



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 108

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 9 de maio de 2023

Presidente: *Deputada Catarina Cabeceiras (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Luís Garcia)*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o sufrágio e conseqüente eleição do Sr. Deputado Lubélio Fraga Mendonça como Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Seguiu-se a [Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral](#), apresentadas pela Representação Parlamentar da IL, tendo intervindo os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), Célia Pereira (*PS*), Ana Quental (*PSD*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Valdemira Gouveia (*PS*), Délia Melo (*PSD*), Sandra Faria (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*), Vera Pires (*BE*), Alberto Ponte (*PSD*) e Patrícia Miranda (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*), o Sr. Secretário Regional das

Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*), a Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*), a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Posteriormente, avançou-se para o debate e votação da [Anteproposta de Lei n.º 21/XII – “Assistência à maternidade nas ilhas sem unidade hospitalar, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade”](#), apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Feita a apresentação do diploma por parte do Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Vera Pires (*BE*), José Pacheco (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Isabel Teixeira (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Nuno Barata (*IL*).

Submetido à votação, em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*) e a Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*).

Por fim, deu-se início à apreciação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII – “Aprova o Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores;

A apresentação da iniciativa coube à Sra. Secretária Regional da Educação e dos

Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Joaquim Machado (*PSD*), Rodolfo Franca (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Délia Melo (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*) e Carlos Furtado (*Independente*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 27 minutos.

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares, vamos dar início à sessão.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para realizar a chamada.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente, bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lorenzo da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima de Sousa

Flávio da Silva Soares

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Ricardo Beato Gomes Vieira

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria Salomé Dias de Matos

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Vera Lúcia Pinheiro Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum, declaro aberta a sessão, pode entrar o público. Vamos então entrar na agenda da nossa reunião. Antes de entrarmos na ordem de trabalhos vamos proceder à eleição do Secretário da Mesa. Estão cumpridos todos os formalismos da apresentação da candidatura do Sr. Deputado Lubélio de Fraga Mendonça para o exercício desta função, pelo que solicito a distribuição dos boletins de voto, se faz favor.

Estão distribuídos os boletins de voto, vamos então iniciar a votação. Peço ao Sr. Secretário que proceda à chamada.

(Procedeu-se à votação com a chamada dos Deputados)

Presidente: Está concluída a contagem dos votos, solicito o Sr. Secretário da Mesa que faça o anúncio do resultado da votação.

Secretário: O Sr. Deputado Lubélio Fraga Mendonça foi eleito Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com 49 votos sim, 3 não e 4 votos de abstenção.

(Aplausos dos Deputados de todas as bancadas e dos Secretários Regionais da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Educação e Assuntos Culturais, Saúde e Desporto e do Mar e Pescas)

Presidente: Está então eleito o Sr. Deputado Lubélio Fraga Mendonça, como Secretário da Mesa, desejo-lhe as maiores felicidades no exercício desta nova função. Agradeço, e, não posso deixar de o fazer ao Sr. Deputado Tiago Branco pela disponibilidade com que desempenhou as suas funções, por todo o apoio fundamental nesta Mesa, e, estando já aqui, o Sr. Deputado Lubélio Fraga Mendonça, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

O ponto número 1 da agenda, conforme deliberado em Conferência de Líderes é a **Sessão de Perguntas ao Governo Regional com resposta oral apresentado pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal**. A presente Sessão de Perguntas versa sobre o tema: *políticas de desenvolvimento sustentável e crescimento socioeconómico da ilha de São Miguel*, rege esta matéria, os artigos 180.º e 181.º de nosso Regimento e conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, esta Sessão de Perguntas tem um período global de 3 horas com os seguintes objetos.

1º objeto - Assuntos Sociais, Saúde, Cultura e Educação;

2º objeto - Mobilidade, Transportes e Comunicações;

3º objeto: Desenvolvimento Económico e Sustentabilidade.

O proponente tem a oportunidade de fazer três perguntas sobre cada objeto do requerimento, assim como o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, o CDS, o Bloco de Esquerda e o PPM têm direito a duas perguntas por objeto e o CHEGA e o PAN uma pergunta por objeto.

Relativamente ao n.º 4 do art.º 181.º do nosso Regimento, tem sido interpretação da Mesa que apenas o proponente tem direito a réplica, cada pergunta tem o tempo máximo de três minutos, para responder o Sr. Secretário Regional dispõe de cinco minutos, sendo que na resposta à réplica o tempo máximo é de três minutos.

Vamos então dar início à sessão para a primeira pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros

do Governo.

A ilha grande, a ilha grande abandonada, digo eu, tem hoje a maior taxa de pobreza dos Açores, a maior taxa de beneficiários do rendimento social de inserção dos Açores e dos cinco concelhos portugueses com maior percentagem de beneficiários do rendimento social de inserção, quatro estão na ilha de São Miguel, Ponta Delgada, a maior cidade do arquipélago, Ribeira grande, uma das maiores cidades do arquipélago, Lagoa uma das cidades do arquipélago e povoação.

Cerca de cem pessoas vivem nas ruas, desses, oitenta vivem em Ponta Delgada.

O quadro é por isso, confrangedor, as políticas do passado e do presente apontam para a coesão, mas deixam de fora a ilha grande, deixam de fora os micaelenses, deixam de fora a maior percentagem de cidadãos desta Região.

Começamos então por aquele que é um dos problemas mais complexos da Região, a Saúde, a Unidade de Saúde da freguesia da Maia, está instalada num edifício de renda que proporciona condições desadequadas aos profissionais de saúde e aos seus utentes e é um posto de saúde, que serve cerca de 5 mil utentes.

A Iniciativa Liberal inscreveu no Orçamento e no Plano 2021, programa 12, projeto 18, ação 4, uma verba para o Centro de Saúde da Maia, a pergunta que faço à Sra. Secretária, que deixo aqui é, qual é o ponto de situação deste processo e a que se deve o atraso de já dois anos na sua prossecução?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado. Informo que o Governo para responder dispõe de cinco minutos, dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, muito obrigada pela sua pergunta, o Governo está aqui, como sempre tem estado, para esclarecer, para dar informação que detém em sua posse e, portanto, o que lhe posso dizer é que de facto há um atraso em

relação ao processo, não há como esconder, mas também lhe posso dizer que também há avanços, felizmente, e, no final do mês de março, foi finalmente aprovado, porque já tínhamos identificado o terreno, que é o terreno que está associado à fábrica de tabaco, portanto, já tínhamos identificado o terreno, havia aqui um constrangimento relativamente aos proprietários do terreno, que também neste momento já lhe posso dizer que foi totalmente esclarecida essa situação e já há um entendimento, nomeadamente com a Santa Casa da Misericórdia, para que seja feita a desanexação da parcela do terreno que será afeta ao Centro de Saúde da Maia.

Portanto, neste momento posso afirmar à Assembleia que o Governo está preparado para avançar com o programa preliminar, relativamente ao Centro de Saúde da Maia, muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional. Pergunto ao Sr. Deputado Nuno Barata se quer usar da réplica, dispõe de 3 minutos.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional, muito obrigado pelo seu esclarecimento, mas temo dizer que estamos perante um caso, eu não diria de má gestão, eu diria de gestão danosa. O caso do Posto de Saúde da Maia, por intervenção do Deputado da Iniciativa Liberal, poderia estar já adiantado, não fosse uma teimosia do Governo Regional em adquirir um terreno à Santa Casa da Misericórdia da Maia, sabe-se lá para dar um jeito a quem!? Quando, na verdade houve a cedência de um terreno pública, uma cedência pública por intervenção minha da Casa do Povo da Maia, num terreno contíguo às atuais instalações da Casa do Povo da Maia, para lá se instalar o Posto de Saúde da Maia, além disso, além disso, numa reunião posterior àquela que tive com a casa do povo em que a casa do povo cedeu o terreno, o Sr. Presidente da Câmara da Ribeira Grande cedeu e prontificou-se a pagar e a

oferecer o projeto para o Posto de Saúde da Maia.

Ou seja, este processo só não andou mais depressa, porque o Governo Regional teimosamente quis comprar um terreno à Santa Casa da Misericórdia da Maia, em vez de prosseguir com o projeto que era oferecido pela Câmara Municipal e com o terreno oferecido pela Casa do Povo, não se sabe bem porquê, mas se calhar um dia vamos saber, se calhar um dia nós vamos ter que criar aqui uma comissão de inquérito...

Deputado João Bruto da Costa: Sr. Deputado só podemos criar uma Comissão por Legislatura.

O Orador: ... para percebermos todo esse processo, e, não se consegue explicar aos açorianos por mais esforço que se faça, não se consegue explicar aos açorianos porque é que o Governo Regional insiste em gastar meio milhão de euros num projeto e num terreno quando se tinha um terreno e um projeto oferecido, muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado. Para responder, tem a palavra a Sra. Secretária Regional, dispõe de 3 minutos.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários.

Eu vou só apenas corrigir aquilo que disse é que o Governo não está pronto para avançar para o programa preliminar, o programa preliminar está concluído, portanto, isto é só mais um avanço que, eu de forma incorreta avancei.

Em relação à sua explanação, pois, eu acho que tem que se perceber bem o que é que se quer para o Posto da Maia para então depois se decidir também pelo melhor terreno possível, nestas circunstâncias, o Governo decidiu pelo terreno que o Sr. já identificou e eu também, porque nos parece o terreno mais adequado...

Deputado Carlos Silva (PS): Mais adequado em quê? Defina lá isso.

A Oradora: ... para dar a melhor resposta ao Posto de Saúde face às necessidades e ao dinamismo que se quer dar a este setor, parece-me, de facto, o terreno reúne

melhores condições, foi o terreno que o Governo escolheu, como já referi o programa preliminar está pronto e em breve teremos os restantes desenvolvimentos. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária. Agora dou a palavra à Sra. Deputada Célia Pereira para colocar uma questão, dispõe de 3 minutos.

(*) Deputada Célia Pereira (PS): Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Plano e Orçamento aprovado este ano para 2023, prevê, comparativamente a 2020 menos 140 milhões de euros, um sinal claro de desinvestimento na ilha de São Miguel.

Deputado Gustavo Alves (PPM): S. Miguel nasceu ontem!

A Oradora: A ilha de São Miguel é a que concentra mais população, maior atividade e dinamismo económico, mas é também a que concentra os principais focos de pobreza dos Açores, de tal modo que, no âmbito da estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social, o anterior Governo Socialista dinamizou nesta ilha a criação de polos locais de desenvolvimento e coesão social nos territórios prioritários das freguesias de Arrifes, Fenais da Ajuda, Água de Pau e Rabo de Peixe. Repetidamente, este Governo autoproclama que o Orçamento para 2023 é o de maior pendor e responsabilidade social de sempre e, todavia, não conseguiu até agora rever tão pouco apresentar uma estratégia integrada de combate à pobreza em conjunto com os territórios e sobre os polos de desenvolvimento e coesão social até agora nada se sabe.

É também um facto que, a par da Região, a ilha de São Miguel se encontra em contraciclo, contrariando o bom caminho que vinha a ser feito até 2020, enfrentando atualmente uma série de degradação das condições de vida e o aumento da pobreza e exclusão social.

Faltam técnicos e recursos no terreno, falta um trabalho integrado e articulado

entre os atores locais, faltam políticas sociais e socio-sanitárias inovadoras e adequadas aos desafios que S. Miguel e os seus territórios prioritários enfrentam. É também este o sinal de alerta dos resultados do inquérito feito às entidades envolvidas no combate à pobreza e exclusão social no Concelho de Ponta Delgada, conforme dá conta uma reportagem do Açoriano Oriental deste domingo passado.

Fica claro com este inquérito que no Concelho de Ponta Delgada, tal como acontece nos demais concelhos de São Miguel, o desinvestimento e a ausência de políticas sociais de proximidade provocou nos últimos dois anos e meio, um agravamento da pobreza, porquanto, aumentam os pedidos de apoio alimentar, a toxicod dependência relacionada com a disseminação das novas substâncias psicoativas, o acesso dificultado à habitação excessivamente dispendiosa e o surgimento de mais situações de criminalidade e, em especial, os casos de violência doméstica e face à inoperância deste Governo e ao agravamento e incidência da pobreza, os municípios de São Miguel têm sentido necessidade de desenvolver estratégias locais e integradas de combate à pobreza e exclusão e de definir processos de desenvolvimento e coesão social, os municípios estão a fazer aquilo que o Governo Regional não está assegurar.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Perante este cenário, qual a justificação para o Governo ter abandonado a intervenção territorializada e especializada na ilha de São Miguel e em particular, nas freguesias dos Arrifes, de Água de Pau, dos Fenais da Ajuda e de Rabo de Peixe?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada. Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada, muito obrigada, pelas questões colocadas que me cumpre a mim responder em nome do Governo, na medida em que o Sr. Vice-Presidente que tem esta tutela, como é sabido, está na Comissão Bilateral nos Estados Unidos.

Temos, nesta matéria social, um grave problema nos Açores e em São Miguel, é sabido aqui há alguns anos nesta Casa, foi denunciado que havia quatro escolas nos Açores onde mais de 90% dos alunos precisavam de apoio da ação social escolar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Hoje mesmo no noticiário nacional referia-se a preocupação porque 4 em cada 10 jovens do território continental, 4 em cada 10, precisavam de apoio da ação social escolar, 4 em cada 10 e era uma notícia de âmbito nacional de grande preocupação.

Ora nos Açores, em São Miguel, existia já em 2017, 2016, 2018, 2015, quatro escolas onde 9 em cada 10 alunos precisavam do apoio da ação social escolar, 9 em cada 10.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Carlos Silva (PS): Por isso é que o Governo abandonou a estratégia.

O Orador: Aliás, nos Açores, a média nos Açores, a média era 6 em cada 10.

Ora esta preocupação nacional de 4 em cada 10 é justificada, nos Açores também é justificada, agora a questão que fica Sras. e Srs. Deputados, o que fez um Governo de matriz supostamente socialista durante 24 anos para alterar este cenário?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: O que fez um Governo de matriz supostamente socialista para alterar esta situação?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “Mão estendida”!

O Orador: Não vemos, foi, não só dar a mão, mas prender a mão a quem se dava.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O objetivo, as políticas não eram de resolver os problemas das pessoas com dificuldades, era de aprisioná-las à pobreza e à exclusão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi isso que se fez ao longo de 24 anos e agora andam de sorrisos abertos em carrinhas do Banco Alimentar, como se agora é que fossem resolver esse problema.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: Digo-vos, não precisamos citar a Bíblia para que uma mão não veja o que a outro faz, não precisamos chegar a tanto, mas um pouco de pudor na solidariedade anunciada e não concretizada, talvez fizesse bem a este Partido Socialista e aos seus principais responsáveis.

Em relação a esta matéria, no caso de São Miguel, já foram desenvolvidas várias ações de formação no âmbito do rendimento social de inserção, estão outras previstas, há uma diminuição daqueles que dependem e necessitam do rendimento social de inserção e isto tudo tem a ver também com o novo paradigma e de uma nova postura, que é, por esse paradigma, por essa mudança, por essas reformas de políticas que foram feitas, temos a maior população ativa da história, a maior população empregada da história, os maiores rendimentos da história...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: ... e é isso que se faz, a pouco e pouco e que se vai construindo e que se vai libertando as pessoas da pobreza, é através das oportunidades de trabalho, do combate à precariedade, solidariedade e pouco vezes concretizada, tem um nome feio, tem um nome muito feio na nossa sociedade.

A verdadeira solidariedade é aquela que dá sem olhar a quem, que dá com a mão

sem a outra ver e é aquela em que tenta libertar as pessoas da pobreza e não aprisioná-las à pobreza para se servir dessa pobreza para efeitos políticos eleitorais, essa é que é a diferença e é esse o novo caminho que estamos a trilhar, que é dar às pessoas a oportunidade para se libertarem, dar aos sujeitos da autonomia, autonomia.

Deputado Vasco Cordeiro: Por isso é que os números da pobreza estão a crescer. Vá dizer isso a quem anda revirando os caixotes do lixo à procura de comida!

O Orador: Dar aos sujeitos da autonomia, dar-lhes autonomia.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, penso que queria, talvez, fazer a defesa da honra, relativamente à sua governação, ...

Vozes das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: ... terá oportunidade certamente para o fazer, mas essa defesa da honra o Sr. deve fazê-la perante os milhares e milhares de cidadãos que o Sr. deixou aprisionados à pobreza...

Presidente: Sr. Secretário, peço que termine.

O Orador: ...é perante esses que o Sr. tem que pedir desculpa, a nós, convictos da mudança de paradigma, o que temos a fazer é continuar este caminho de dar autonomia aos sujeitos da autonomia, para que todos eles tenham oportunidade de crescer, serem felizes nas suas terras e aqueles que não podem no momento, dar com uma mão sem que a outra veja, ao contrário dos sorrisos...

Presidente: Sr. Secretário, peço que termine.

O Orador: ...que vemos no Banco Alimentar.

Vozes das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Sra. Deputada Célia Pereira pede a palavra para?

(*) Deputada Célia Pereira (PS): Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS)**: Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Apenas deixar registado, pedir para a Mesa registar que o Sr. Secretário Regional não respondeu à minha pergunta, fez um discurso demagógico, não respondeu à pergunta sobre a justificação para o Governo ter abandonado a intervenção territorializada e o que irá dinamizar nas freguesias referidas. Muito obrigada, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada. Está registado. Vamos dar seguimento a esta sessão de perguntas relativamente a este primeiro objeto. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD)**: Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Os cuidados de saúde primários são a primeira linha de contato dos indivíduos da família e das comunidades com o sistema de saúde, e, têm uma missão aumentar a proximidade dos cuidados de saúde aos locais das pessoas onde elas vivem e trabalham, com todos os ganhos em saúde que daí advêm.

No entanto, as acessibilidades aos mesmos nem sempre têm sido facilitadas aos micaelenses, apesar dos esforços deste Governo para atrair médicos de família e da crescente abertura de vagas.

Prova disso foi o aumento do número de utentes a procurar resposta no próprio dia para situações de doença aguda e ligeira, sabendo-se que os médicos de família têm três vagas por dia no seu horário e o mesmo não era suficiente para responder às necessidades da população, o que levou à decisão de abrir uma consulta complementar, a chamada consulta de dia, nos cuidados de saúde primários do Centro de Saúde de Ponta Delgada, a partir das 17:00 até às 22:00, com recurso, obviamente a horas extras dos médicos que existem.

Sra. Secretária, perante tal cenário e sabendo que o recurso a este tipo de consulta

não permite dar seguimento ao utente ao longo de seu ciclo vital, como se preconiza nos cuidados de saúde primários, está este Governo a trabalhar na captação de médicos de família para São Miguel? Como está a cobertura atual? E o que está previsto para o futuro a nível de Centro de Saúde de Ponta Delgada? Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada. Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Ana Quental, de facto a nível da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, tem havido essa preocupação, tal como as outras, porque há uma necessidade crescente e a intenção deste Governo, quanto antes ter uma cobertura aproximada dos 100% a nível dos utentes e do seu médico de família atribuído.

Nesse sentido, posso, e, gostaria primeiro de fazer um esclarecimento, ou seja, nós temos as consultas que estão programadas no âmbito da medicina geral e familiar e que são feitas pelos médicos de família, temos ainda consultas médicas urgentes que decorrem na unidade básica de urgência e temos, eu penso que é aqui que poderá haver uma ligeira confusão que importa esclarecer, as consultas de acessibilidade aos doentes em situação de doença aguda e estas consultas são dirigidas para os utentes que até têm médico de família atribuído, mas que não terá vaga naquele dia para ser observado.

Foi opção e decisão da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel e bem, abrir esta consulta, que conta com cerca de 60 vagas diárias para dar resposta a esta situação e que inicialmente funcionou num período que estava entre as 5 e as 10 da noite. O que se verificou foi que a partir das 8 da noite, havia um decréscimo da procura,

mais uma vez, a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel e bem, decidiu alterar o horário, antecipando o início destas consultas para o meio-dia, sendo que agora estão a funcionar entre o meio-dia e as 8 da noite, como referi e, que diariamente tem possibilidade de assistir cerca de 60 utentes da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel. Portanto, esta é uma situação que está a decorrer conforme previsto, dentro da normalidade que tem dado resposta aos utentes, que tentamos também que se retire ou que se alivie um pouco de pressão sobre o serviço de urgência do Hospital do Divino Espírito Santo e, que pretendemos que continue a funcionar se tudo continuar a decorrer dentro desta normalidade.

Em relação às consultas médicas urgentes também estão a funcionar em pleno na Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, dizer também só para conhecimento desta Casa, que, relativamente ao ano de 2021, foram prestadas cerca de 32 mil consultas e, em 2022, cerca de 43 mil e 800 consultas.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Portanto, estamos a dar resposta aos utentes do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente aos utentes do Concelho de Ponta Delgada e é nossa intenção assim continuar.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Para finalizar e uma vez que falou de um assunto que eu considero essencial para o bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde, relativamente à taxa de cobertura de médicos de família, posso anunciar hoje, nesta Casa, que há uma subida muito significativa comparativamente ao ano de 2019, ou seja, hoje na ilha de São Miguel temos uma taxa de cobertura da população com médico de família de cerca de 95%.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

A Oradora: Este valor torna-se mais relevante, porque em 2019, esta taxa de cobertura era de 85%, portanto, há aqui um aumento muito significativo, sendo que este aumento ainda se torna mais significativo quando estamos a falar de pessoas e, portanto, há este esforço, ou houve este esforço da Unidade de Saúde de Ilha, do Governo, de aumentar a cobertura aos utentes da ilha de São Miguel, posso dizer também, ainda que recentemente terminaram na última época de exames, cerca de 7 internos da especialidade de Medicina Geral e Familiar e que o objetivo da Unidade de Saúde de Ilha é, de facto, promover a abertura de concursos para que sejam integrados, tendo em conta e muito bem, ou já acautelando eventuais reformas de colegas que estarão a atingir, portanto, esse patamar, de forma a que não haja aqui nenhum decréscimo deste valor muito significativo de 95% de cobertura e que, para que nenhum utente da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, a quem já tenha sido atribuído o seu médico de família, seja prejudicado em virtude de reforma de outros médicos que assim atinjam este patamar. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Nesta sessão de perguntas sobre a ilha de São Miguel, gostaríamos de começar, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, por abordar justamente a questão da saúde, do acesso à saúde, da modernização do Serviço Regional de Saúde e das suas diversas instituições.

A ilha de São Miguel, como é natural é aquela que tem maior número de Centros de Saúde, tem um hospital que é o hospital de fim de linha da Região que serve a

ilha de São Miguel em primeiro lugar, mas serve praticamente todos os utentes da Região, e, é preciso lembrar que este Governo iniciou funções pintando um cenário que era praticamente catastrófico, daquelas que eram as condições ao nível da saúde nos Açores e em São Miguel em muito particular.

Recordo a todos que o Secretário da Saúde, o então Secretário da Saúde, Clélio Menezes, realizou um périplo pelos centros de saúde, denunciando aquilo que era o estado catastrófico das instalações, da falta de modernização, dos diversos centros de saúde da ilha de São Miguel.

Dois anos depois, olhamos à volta e o que é que vemos? Vemos exatamente a mesma situação, sem avanços praticamente nenhuns dignos de registo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é muito baixo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E presta-se o Bloco de Esquerda a esse papel!

O Orador: A maioria dos centros de saúde estão na mesma e a necessitar de forte investimento na modernização e na conservação das infraestruturas.

E, nós temos, com exceção do Centro de Ponta Delgada, que é uma infraestrutura recente, temos praticamente as mesmas instalações e importa aqui perceber, Sra. Secretária, o que é que o Governo tem para dizer sobre isto, o que é que tem previsto, o que é que já fez ao nível da modernização nos Centros de Saúde do Nordeste, de Vila Franca, da Povoação e da Ribeira Grande, que nesse caso, recordo que está prevista uma verba para um projeto no Orçamento, no Plano, o que é que está feito a esse respeito, porque efetivamente nessa cidade, com uma população com enormes carências, que tem uma população que tem provavelmente as piores condições ao nível do acesso à saúde da Região.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso não é de agora!

O Orador: Para não falar também na necessidade da melhoria do Centro de Saúde de Lagoa.

No que diz respeito ao hospital de Ponta Delgada, Sra. Secretária, são por demais

evidentes as enormes necessidades de modernizar, de ampliar diversas instalações, o serviço de urgência funciona, em parte, é óbvio que isso aliviou e procurou melhorar o acesso ao serviço de urgência, as condições no serviço de urgência, mas funciona em parte em instalações provisórias que não são, nem nos passa pela cabeça que sejam definitivas, o serviço de urgência há anos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quando?!

O Orador: ... que se reconhece que necessita de uma ampliação.

O Governo já está em funções há dois anos, não tem desculpas e não vale a pena dizer que herdou isto assim, as desculpas já estão gastas, ...

Presidente: Sr. Deputado, peço que termine.

O Orador: ... já estão gastas, são precisas soluções, eu sei que estou a incomodar ali a bancada da coligação, mas vão ter que ouvir até ao fim.

Presidente: Sr. Deputado, peço que termine.

O Orador: Termino, as desculpas, já estão gastas, Sra. Secretária, no que diz respeito à unidade de hemodiálise que está a rebentar pelas costuras que não consegue aceitar mais doentes.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Isso não é verdade!

O Orador: Foi aprovado no Orçamento por proposta do Bloco de Esquerda, um projeto para uma nova unidade, é preciso saber o que é que o Governo vai fazer, porque esta situação não pode prolongar-se, Sra. Secretária, não há desculpas, a Sra. chegou agora, mas o Governo está em funções há dois anos e meio. Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): O Marcos Couto diz que tem lugar na hemodiálise da Terceira.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Passo a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do

Governo.

Muito obrigada, Sr. Deputado António Lima, pelas suas questões. De facto, são precisas soluções, sem sombra de dúvida, concordo inteiramente consigo, mas tenha cuidado em algumas das palavras que proferiu para não criar um alarmismo desnecessário, e, digo-lhe isto em relação à hemodiálise do H10, dizer que não há capacidade neste momento não é verdade, ainda há possibilidade para admissão de mais dois utentes e fique descansado que neste momento estamos apenas a aguardar o projeto da “Baxter”, fornecedor que nos fará, portanto, a instalação dos postos para garantir no H10 a breve prazo, cerca de dezoito postos de hemodiálise, portanto...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... peço desculpa, seis postos, dezoito lugares, estes lugares correspondem a doentes, que é isso que nos interessa é dar a resposta aos utentes. Neste momento ainda temos capacidade para admitir dois, em breve prazo irão decorrer as obras para aumentar esta capacidade para mais dezoito utentes e, portanto, não venha dizer que o Governo não está a fazer nada, ...

Deputado António Lima (BE): Em 2 anos e meio!

A Oradora: ... é esta a solução, é este plano que está em curso e é isso que em breve vai ser instalado, muito bem, em relação ainda ao H10, dizer também que decorrem atualmente obras no quinto piso do hospital, são os pisos superiores que tinham ficado inacabados, portanto, os pisos do topo, e que, o Governo e bem, pretende aumentar as áreas de zonas clínicas, e portanto, o que está aqui a decorrer é um investimento de cerca de meio milhão de euros, portanto, um investimento bastante considerável que vai aumentar a zona clínica do hospital e passar os serviços administrativos para a zona do topo. Portanto, o Governo está aqui empenhado em encontrar soluções, é preciso aumentar a capacidade de resposta do maior hospital da Região e é isso que estamos a trabalhar para efetivamente

dar uma resposta satisfatória e ainda melhor aos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em relação aos centros de saúde, pois também deixe-me que lhe diga, concordo consigo quando fala e quando identifica o Centro de Saúde da Ribeira Grande com uma estrutura que está de facto a necessitar de uma substituição urgente e o Governo também já assumiu isso e já está inscrito em Plano essa mesma construção, sendo que, obviamente, de forma faseada, atualmente e para que não restem dúvidas, porque isso é obviamente um processo que demora algum tempo, o Centro de Saúde da Ribeira Grande serve cerca de 30 mil habitantes do Concelho, que é um valor bastante significativo e, que obviamente lhe dá algum desgaste e para também não restem dúvidas, a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel está atenta a este desgaste e posso-lhe dizer também, que irão iniciar-se a nível do Centro de Saúde da Ribeira Grande obras para melhorar, portanto, o internamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados e posteriormente, irá proceder-se à substituição do piso, a nível da unidade básica da urgência, porque efetivamente, é necessário tornar aquele espaço mais apto e de forma mais apetecível ou mais condigna aos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Também ainda no decurso das obras, dizer que felizmente estão a ser concluídas obras a nível do Centro de Saúde da Vila Franca do Campo, a nível também da Unidade de Cuidados Continuados de Vila Franca de Campo e com estas obras que a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel decidiu avançar, foi possível aumentar a capacidade de internamento de nove para dezasseis doentes. Ora, mais uma vez, o Governo está à procura de soluções para dar a melhor

resposta possível aos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

A Oradora: Para terminar, uma palavra de facto para o novo Centro de Saúde, dizer que o Governo também já identificou o local em que será construído o novo Centro de Saúde, tem estado no terreno em parceria também com a autarquia, porque de facto convém que haja aqui uma solução concertada e este sim, em breve prazo...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o terreno Sra. Secretária?

A Oradora: ... iremos avançar com o programa preliminar do novo Centro de Saúde da Ribeira Grande. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): “Breve prazo”, é uma coisa assim...meio abstrata.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Fiquei a saber através da intervenção da Sra. Deputada Célia Pereira, que afinal, na ilha verde, até novembro de 2020, vivia-se uma vida cor-de-rosa e que parece que não aconteceu nada de 2020 para cá, parece que não houve uma crise pandémica, não houve problemas nas cadeias de abastecimento, não houve uma crise inflacionista, não houve guerra, enfim.

De qualquer das formas neste primeiro objeto eu vou centrar a intervenção, esta primeira intervenção nas questões da saúde, e, uma vez que a Região Autónoma dos Açores é uma Região, obviamente, além de arquipelágica, mas é rodeada por mar, as práticas marítimas são felizmente, algo que é também um dos atrativos e

nomeadamente a prática de mergulho e, por isso, a existência de equipamentos que possam colmatar estas especificidades são extremamente importantes e falo especificamente da medicina hiperbárica e, neste caso, das câmaras hiperbáricas, que estão na Região, nomeadamente uma no H10, na ilha de São Miguel, sendo a maior ilha do arquipélago e sendo aquela que porventura poderá também levar ao maior número de praticantes, é primordial e essencial que ela exista, aliás, como também é essencial e presta um bom serviço à comunidade, aquela que existe no Hospital da Horta e o Grupo Ocidental também tem uma que era importante, mas não sendo o foco a ilha das Flores, mas também era importante que depois estivesse disponível.

De qualquer das formas, a medicina hiperbárica, também não se resume única e exclusivamente às questões dos acidentes de mergulho, felizmente, tem muitas outras utilizações, o que de certo modo, também levam à importância de manter estes equipamentos, não só para as situações agudas, mas exatamente para todo um trabalho de medicina hiperbárica, nomeadamente na recuperação de feridas do pé diabético, que são extremamente importantes e é uma mais-valia para a Região e para os utentes da Região.

Também importa salientar que no todo nacional existem apenas seis câmaras hiperbáricas, tendo a Região três delas ou pelo menos duas delas de maior dimensão e uma terceira que é a que está nas Flores.

Por isso, Sra. Secretária e atendendo àquilo que foram as notícias recentes e porque me parece que é importante também, de alguma forma, saber qual é que é o ponto da situação, porque motivo e como é que estamos de planos de manutenção destes equipamentos e obviamente, também de certo modo, tranquilizar ou saber se é possível tranquilizar aqueles que são os utilizadores, neste momento, seja por algum motivo acidental agudo ou seja aquilo que é a prática neste momento da medicina hiperbárica na Região, que foi obviamente uma mais valia para todo o Serviço Regional de Saúde e para todos os utentes da

Região e por isso, julgo que é importante, nesta Casa, esclarecermos, tanto quem nos ouve, todos os açorianos, como, obviamente, os Deputados, até...

Presidente: Sr. Deputado, peço que termine.

O Orador: ... termino já Sra. Presidente, até para sabermos qual é que é o ponto de situação destas intervenções, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Passo a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde e do Desporto.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Pois de facto, este problema das câmaras hiperbáricas vem também por a nu aquilo que eu considero que é uma ausência de planeamento relativamente à manutenção dos equipamentos da Região, que, esta ausência não é algo recente, os equipamentos de facto tem semivida que até poderemos considerar longa, mas obviamente que requerem de manutenções e certificações, isto é válido quer para a câmara hiperbárica, quer para a maioria de todos os aparelhos que atualmente fazem parte, quer de serviços com a capacidade interventiva na realização de exames complementares de diagnóstico, quer em laboratórios dos hospitais da Região e, portanto, há aqui uma necessidade urgente de fazer esse levantamento, de mapear esses aparelhos, e, obviamente, sinalizar atempadamente a necessidade da certificação.

Em relação às câmaras, de facto ambas as câmaras hiperbáricas, quer do Faial, quer do Hospital de Ponta Delgada, têm 13 anos, portanto, têm 13 anos, deviam ter sido certificadas ao fim de 10 anos, portanto, esta questão da certificação não é um problema recente.

Em relação à câmara das Flores, foi transferida para as Flores em 2007 e não

funcionou, ou melhor, funcionou pontualmente se haveria a presença de um médico que tinha conhecimento para trabalhar com a câmara, como devem calcular, não há presencialmente nas Flores nem um médico nem outros recursos humanos que sejam necessários para garantir o normal funcionamento da câmara. Relativamente à câmara do Hospital da Horta e do Hospital de Ponta Delgada, ultrapassou a certificação, mas tem feito a manutenção de forma regular, de forma a garantir a segurança. A manutenção é feita pelos técnicos dos hospitais com regularidade, ao passo que a certificação que implica que a câmara seja toda desmantelada, essa sim convém ser feita pelo fabricante, conforme foi dito, só existem seis câmaras semelhantes no país, sendo que duas delas estão neste momento na Região.

Vamos falar em valores, em agosto de 2020, foi feita uma proposta para certificar a câmara do Hospital da Horta, valor esse que na altura eram cerca de 290 mil euros, valor esse que atualmente subiu para 340 mil euros, em relação à câmara de Ponta Delgada, estamos a falar de valores ainda maiores, na medida que aquilo que se pretende é aumentar a capacidade da câmara de oito para doze postos e assim, proceder à sua certificação.

Obviamente que isto requer um investimento na ordem dos 700 mil euros e, portanto, as câmaras não estão certificadas, é verdade, têm feito a sua manutenção de forma regular, pretendemos, e, obviamente que estamos a desencadear todos os esforços, primeiro para visitar os contratos que existem entre os hospitais e que foram feitos há 13 anos atrás, que não são nada favoráveis aos hospitais...

Deputado Carlos Silva (PS): Ao ponto que isto já chegou!

A Oradora: ... entre o fornecedor e os proprietários das câmaras, primeiro do que tudo visitar esses contratos e em simultâneo, porque é urgente proceder de imediato à certificação da câmara de forma a garantir a segurança e também de forma que possamos assegurar aqui que não irá haver nenhum evento em contrário, aumentar a periodicidade destas mesmas manutenções de forma que ao

mínimo erro, à mínima inconformidade seja de imediato suspensa a atividade. Além disso, podemos ainda selecionar, ou melhor devemos selecionar apenas aqueles doentes que são considerados doentes sem risco e, portanto, têm menos probabilidade de sofrer algum efeito adverso durante o funcionamento da câmara, obviamente que ao mínimo pormenor, ao mínimo sinal, a atividade é toda suspensa e será interrompida.

Nesta fase aquilo que o Governo pode fazer é avançar de imediato para a certificação e é isso que estamos a fazer. Muito obrigada.

Vozes das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

É sempre assim, em momentos de guerra, de crise económica, de problemas sociais que obviamente se agravam num contexto mais difícil, há sempre quem os queira cavalgar com o populismo de sempre, com a demagogia de sempre.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: E a questão fundamental aqui, o que há a fazer neste contexto por parte dos democratas, por parte de quem defende as instituições democráticas nos Açores e em Portugal, o que se deve fazer é o discurso da verdade, combater os populistas, aqueles que fazem um discurso demagógico, aqueles que tentam nos Açores criar divisão entre açorianos entre as nossas sociedades e as nossas ilhas, o que se deve fazer é combatê-los sempre com a verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó Sr. Deputado, é preciso ter lata!

O Orador: E a verdade é esta, é que São Miguel, a população de São Miguel e eu conheço bem a história de São Miguel, nunca gostou do discurso miserabilista,

de que eles são menos que os outros, não, porque em São Miguel temos o essencial da atividade económica dos Açores, São Miguel é a locomotiva desta Região, do ponto de vista da atividade económica, em que tem as melhores instalações, o mundo académico, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Parole, parole!

O Orador: ...as respostas sociais efetivas, um grande conjunto de respostas que São Miguel tem e que foram construídas ao longo destes anos, portanto, este discurso, é um discurso falso e é um discurso que a população não se revê, porque a população não gosta...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O que a população não gosta é desse exercício de demagogia!

O Orador: ... de quem tenta atacar a ilha de São Miguel, que tem um potencial incrível que está a crescer, que do ponto de vista económico está a mostrar uma vitalidade tremenda, mesmo num contexto tão difícil e, depois nós temos, são as respostas que mostram que aquele discurso é um discurso falso, a Sra. Secretária da Saúde acabou de dizer, do ponto de vista das respostas sociais que são necessárias, vamos à saúde, foi questionada sobre a saúde e apresentou aqui um número que mostra uma evolução notável num contexto tão difícil como este que estamos a enfrentar, de médicos de família, a cobertura de médicos de família, na ilha de São Miguel passou de 85% para 95% em apenas dois anos e meio, é ou não é?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A verdade que mostra até que ponto este discurso é demagógico e é populista. Por isso já vimos aqui também a resposta em relação ao esforço que se está a fazer para dotar a ilha de São Miguel de melhores infraestruturas, a começar pelo hospital, com andares que foram durante anos e anos abandonados e que agora estão a ser reabilitados para dar maior capacidade de resposta, e, também

nos centros de saúde com um programa ambicioso, que o Governo acabou aqui de descrever mais uma vez a realidade e a verdade combate a demagogia e o populismo e por isso...

Ó Sr. Deputado, ainda me faltam 40 segundos...

Deputada Andreia Costa (PS): Já passou o tempo!

O Orador: ... para atingir o tempo que V. Exa. atingiu na sua pergunta. E termino, Sra. Presidente, porque eu respeito sempre quem conduz os trabalhos, Sra. Presidente e por isso termino já, faço a pergunta e digo-lhe o seguinte, a pergunta é esta, quais são os números, mais uma vez, apelo à verdade, aos factos, quais são os números em relação ao crescimento da atividade assistencial do H10 de 2019 a 2022 muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado José Contente (PS): Essa do populismo e da demagogia será para algum parceiro?!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado. Passo a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradeço a sua pergunta e parece-me justo, também aqui falar, à semelhança do que se fez para a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel falar da atividade assistencial do Hospital do Divino Espírito Santo.

E, portanto, sendo o hospital que mais produz, obviamente, por maior escoamento de doentes e pela resposta que tem que dar à Região, também aqui não posso dizer que houve uma alteração, ou seja, se olharmos para os valores a nível de consultas médicas, a nível de cirurgias, a nível de atuação em hospital de dia, há de facto aquilo que é um crescimento notório comparativamente ao ano de 2019 para 2022.

Posso dizer que em 2019 realizaram cerca de 170 mil consultas, no ano 2022 temos perto de 175 mil consultas, portanto, há também aqui um crescimento de 5 mil consultas realizadas neste hospital, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... sendo que até ao final do primeiro trimestre deste ano, já íamos em 48 mil consultas realizadas e, portanto, há de facto aqui um aumento da atividade e de facto, é algo que me deixa muito satisfeita porque estamos a dar resposta aos utentes do Serviço Regional de Saúde, mas também sabemos que ainda há muito a fazer...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e muito a melhorar e não pretendo aqui negar essa situação.

Em relação ao número de cirurgias realizadas, dizer que em 2019, o número total de cirurgias situou-se nos 8.430, em 2022 temos perto de 9.500 cirurgias, portanto, há também aqui um aumento crescente e deixa-me fazer este reparo, tenho a certeza, porque há de facto um projeto concluído e que em breve irá ter desenvolvimentos relativamente a obras no recobro da cirurgia do H10 e tenho a certeza que, após a execução dessas obras, estes números serão ainda melhores e satisfarão ainda mais açorianos e utentes do Serviço Regional de Saúde.

Relativamente ao hospital de dia, que é uma valência que talvez não seja tão valorizada pela população em geral, mas que permite dar uma resposta muito satisfatória, consegue evitar por vezes internamentos, consegue desviar utentes do serviço de urgência e, portanto, é uma valência que está em crescimento, neste sentido, também gostaria de dizer que desde 2019 até 2022, tem também neste ponto havido um crescimento satisfatório, sendo que em 2019 realizaram cerca de 26.000 sessões em hospital de dia, que correspondem a cerca de 3.600 utentes, já em 2022, este número serviço subiu para 31.330 sessões, abrangendo cerca de 4.030 utentes.

Estamos no caminho certo, estamos empenhados...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sempre a melhorar!

A Oradora: ... e queremos, obviamente, profissionais de saúde motivados a desenvolver cada vez mais uma atividade que sirva os interesses dos Açores, dos açorianos e das açorianas. O Governo está também a acompanhar toda esta situação e pretende, obviamente, que nada se inverta, pelo contrário, pretendemos continuar no bom caminho, a melhorar a resposta que tem sido dada e, obviamente, a tornar o Serviço Regional de Saúde, cada vez mais capaz, cada vez mais pronto para dar resposta aos desafios que são contínuos e com dinamismo que todo o setor assim o exige.

É para isso que cá estamos, é para isso que queremos continuar e espero que os açorianos percebam o esforço que tem sido feito diariamente para que, de facto se ultrapassem todos os constrangimentos. Muito obrigada.

Vozes das bancadas Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Antes de mais um bom dia a todos.

A maior ilha dos Açores, tem os mesmos problemas numa maior dimensão de qualquer ilha dos Açores, obviamente que a dimensão que tem São Miguel, sentimos muito mais e até pelo distanciamento geográfico de alguns concelhos.

Aqui já se falou da pobreza e eu gosto muito, já que se invocou a Bíblia, gosto muito daquela parte que é ensinar a pescar e não dar o peixe, e, quanto a pobreza, os experimentalismos que fomos fazendo ao longo dos anos e que ainda se grita e rasgam-se vestes no combate à pobreza, a verdade é que 24 anos depois,

continuamos a ser a região mais pobre de Portugal.

Deputada Andreia Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: Isso é importante dizer, isso é importante dizer, porque nós não estamos a conseguir e temos um elevado número de pessoas dependentes do RSI, isto é uma verdade, não podemos negar, não vale a pena passar culpas uns aos outros, não vale a pena, vale a pena, é começar a resolver esse problema e já começamos a resolver alguma parte deste problema com os programas ocupacionais que a única coisa que faziam era depositar as pessoas nas escolas ou noutros lugares e não resolvia o problema das pessoas.

Algumas pessoas hoje aflitas dizem que estiveram 15 anos da sua vida a trabalhar e que não vão ter uma reforma digna, olha meus amigos, foi o que fizeram! Mas não quero falar de pobreza porque aqui já foi levantado, não quero falar do Centro de Saúde de Ponta Delgada, que não tem uma urgência, porque eu espero que em breve o tenha, quero falar de uma coisa que aos micalenses tem sido dramática, fruto desta crise da especulação imobiliária até fruto de algum sucesso do Turismo, neste momento, uma grande preocupação em São Miguel, mas também em todos os Açores é o acesso à habitação, especialmente para a classe média, mas a classe média baixa, entenda-se, um casal que ganhe um pouco mais ou o ordenado mínimo, o marido e a mulher, neste momento, não conseguem ter acesso ao crédito habitação, não conseguem comprar um terreno ou uma casa a um preço justo, a um preço que eles consigam pagar, isto é impossível, nós estamos a viver um drama, uma parte da sociedade a ter tudo de graça e aqueles que querem ter o que é seu, pagando pelo que é seu, não têm acesso, e, isto nós não podemos continuar a esconder, nós não podemos continuar a fingir que isso não existe, isto existe em várias áreas, mas a habitação é uma área fundamental, é uma área fundamental, as pessoas não podem continuar a viver em casa dos pais, as famílias não podem ter num apartamento 10/15 pessoas, nós não queremos viver da subsidiabilidade, nós queremos viver do nosso trabalho, é isto que os

açorianos me dizem todos os dias, todos os dias!

Srs. governantes, quanto à habitação, especialmente para a classe média e esta classe média baixa empobrecida, que cada vez mais vemos profissões que eram de classe média/média alta, neste momento, naquilo que podemos chamar o limiar da pobreza, Srs. governantes, ...

Presidente: Sr. Deputado, peço que termine.

O Orador: ...vamos fazer quanta habitação daqui para a frente, sem olhar para trás, porque olhar para trás é perder o nosso tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Para responder passo a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado José Pacheco, muito obrigado, também pelas questões que me colocou e que se referem a uma componente da população açoriana que, de facto, muitas vezes fica um pouco à margem.

Não são os pobres excluídos, não são a classe média que tem acesso ao crédito à habitação, nem a classe superior, são a classe média baixa que chega à porta do Banco e não tem condições para contrair um empréstimo a um crédito habitação. Não consegue, obviamente, encontrar um lote para construir uma casa na lógica, da autoconstrução, e, é especificamente para esse tipo de público, Sr. Deputado José Pacheco, que no âmbito do PRR, desde logo, há dois caminhos que estamos a trilhar, um deles tem a ver com o arrendamento com opção de compra, exatamente para aquele tipo de famílias que não tem condições para ir a um crédito à habitação e que, com arrendamento com opção de compra, consegue fazer face às rendas que são diluídas ao longo dos anos, esta é uma resposta que existe e que vai ser incrementada e que teremos algumas centenas de habitações no âmbito do PRR, que vão ser destinadas para este tipo de público.

Mas também para os lotes, em sede de reprogramação do PRR, o Governo da Região propôs à estrutura de missão nacional uma verba para a aquisição e cedência de lotes para a habitação e que, no caso de São Miguel, estamos a falar de cerca de 4 milhões de euros para aquisição de terrenos, loteamento e cedência, para depois processos de autoconstrução.

Deputados Gustavo Alves e Bruto da Costa: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Neste aspeto, quer seja através destes lotes para autoconstrução que depois terá apoios, quer seja através do arrendamento com opção de compra, são dois caminhos que estão a ser trilhados, vão ser melhorados certamente e vamos conseguir dar resposta a muitas mais pessoas destes públicos, como disse o Sr. Deputado e muito bem que não sendo pobres, têm rendimentos, mas cujos rendimentos não lhes permitem aceder a um crédito à habitação ou até à aquisição de lotes.

Para esses tipos de públicos são estas as respostas que nós temos no terreno. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu ia fazer uma pergunta relativamente ao Centro de Saúde da Ribeira Grande, já foi respondido, obviamente, apesar de ser em breve, nós não sabemos o que é que será breve, esperemos que seja mais cedo do que o próximo Orçamento Regional, porque nem que seja por causa da verba e que foi obviamente publicitado pelo Governo, nomeadamente pelo Sr. ex-Secretário Regional da Saúde, foi a fim de agosto princípio de setembro.

Mas vou falar sobre a taxa de risco de pobreza a nível nacional e na Região

Autónoma dos Açores, nomeadamente São Miguel, é a fatia maior que nós temos em termos de taxa de pobreza, obviamente, e também para corrigir que nós não somos a Região mais pobre do país, a Madeira é a mais pobre do país, por umas décimas, é apenas por umas décimas...

Deputado Nuno Barata (IL): Fomos ultrapassados!

O Orador: ...fomos ultrapassados pela Madeira, já não somos os últimos, já não somos os últimos e é engraçado verificar que as três regiões do país com a taxa de pobreza maior é o Algarve, os Açores e a Madeira porque será? Mas eu vou responder, Turismo, Turismo, o problema é que este setor, que está a ser bastante amplificado pelo Governo e, basta olhar pelos cruzeiros que preferem meter os cruzeiros com 1600 pessoas do que estar a descarregar cereais no Porto dos Açores, o Turismo está em voga, não está a ter sustentabilidade que nós necessitamos. E pergunto, e já para não falar, isso também para os açorianos saberem que, apesar da taxa de pobreza, a Madeira ultrapassou-nos, mas continuamos a ser a maior taxa em termos do coeficiente de Gini, para quem não sabe o que é, são as desigualdades salariais, nós continuamos a ser a pior região do país em termos de desigualdades salariais, nomeadamente quem ganha muito ganha muito, quem ganha muito pouco ganha muito pouco, a disparidade é enorme, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso não é novidade.

O Orador: ...temos um extremo, e, eu faço uma pergunta, obviamente que o Governo pode decidir quem é que há de responder, não vou pedir diretamente, qual é o setor que o Governo está a pensar promover, porque a promoção do Governo pode alterar totalmente em termos económicos, porque como promove a Lavoura, como promove o Turismo, qual é o setor que o Governo está a pensar para conseguirmos ultrapassar a nossa hegemonia, tanto em termos da Lavoura, como também em termos de Turismo, para não termos o mesmo que a Madeira está a ter cada vez mais pobres por causa do Turismo, porque os empregos do

Turismo não são sustentáveis.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ao menos têm emprego!

O Orador: ... o ordenado não é sustentável. Qual é o setor que o Governo está a pensar para os próximos anos para a ilha de São Miguel e nomeadamente para a Região Autónoma dos Açores? Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Passo a palavra agora ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública para responder.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Pedro Neves, muito obrigado, pela sua questão, e, que coloca aqui a nossa ótica no futuro, no futuro próximo e no futuro mais distante e eu percebo aquilo que coloca.

Mas, em primeiro lugar, devo dizer que não há uma explicação racional e homogénea para que possa daí intuir-se que onde há mais Turismo há mais pobreza.

Deputada Vera Pires (BE): É só uma coincidência.

O Orador: Não é assim que se passa na generalidade dos casos, não é assim que a ciência económica, explica nem ensina.

O que estará aqui em causa e, desde logo no âmbito do Turismo a própria realidade dos Açores é muito diversa da realidade da Madeira, do Algarve ou de outros destinos turísticos.

Nós não temos o Turismo dos grandes grupos económicos, isto não é a República Dominicana e, portanto, temos aqui alguns hoteleiros, alguma indústria hoteleira, temos muito Turismo e muito alojamento turístico, que é produto de uma certa democratização do capitalismo, porque são as famílias que vão investindo nos espaços e, com isso, criando condições para receber turistas e, esta democratização do capitalismo na área da oferta turística está bem patente em

ilhas como São Jorge, como o Pico, Graciosa, como o Faial, está bem espelhada e nessas ilhas não se pode dizer, antes pelo contrário, que o Turismo vá criar maiores desigualdades sociais, antes pelo contrário, têm sido uma forma de sustentação de muitas famílias destas ilhas todas e também em São Miguel e na Terceira

Agora à pergunta, quais serão os setores que vamos privilegiar? Isso é a pergunta que todos nós nos fazemos e que tem uma resposta que não é única, certamente o Sr. poderá ter uma visão...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... o Governo poderá ter outra, numa ilha poderá ter um caminho, noutra ilha poderá ter outro caminho, agora o que temos é que potenciar as realidades que existem, eu dou-vos um exemplo em relação ao setor primário, não podemos olhar a pecuária como um setor do passado nos Açores, há exemplos de que é um setor do futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Há exemplos de novos produtos que estão a ser valorizados, há exemplos de subprodutos ou desperdícios de alguns anos que hoje em dia, na área dos laticínios, são altamente valorizados.

Deputado Carlos Silva (PS): Em quê?!

O Orador: Sr. Deputado António Lima, eu dou-lhe o exemplo do soro dos laticínios que hoje em dia é um produto altamente valorizado, como pode haver outros produtos, a cana roca certamente temos que estudar outras soluções.

Sr. Deputado António Lima, se se produzirem através da cana roca, ou de outro produto qualquer que não é aproveitado, se se produzirem produtos que possam substituir os plásticos, se se produzirem produtos que possam criar riqueza e emprego.

Deputado António Lima (BE): Acho muito bem!

O Orador: Muito bem, vejo que concorda. Mas na área do leite isto acontece, na

área da carne está-se a valorizar melhor a carne, na área das pescas é ver novas ofertas que se estão a fazer, valorizando os nossos produtos da pesca, na área do turismo há caminhos que se estão a trilhar na animação turística que são importantes, há nas novas tecnologias muito a fazer, já não é a primeira vez que o cito, mas nós temos que apostar nas novas tecnologias, que é o que vem recentrar os Açores.

Com as novas tecnologias não temos distância, também não temos desculpas, com as novas tecnologias. temos oportunidades, precisamos qualificar altamente os açorianos e atrair pessoas de fora dos Açores, porque nós estamos num espaço com standards sociais e ambientais e segurança muito bons e queremos ter oportunidade não só para os nossos jovens se fixarem, mas também para outros que possam para cá vir trabalhar com o fuso horário que é altamente benéfico para as duas costas do Atlântico, com esta natureza que nos inspira e com a criação de condições infraestruturais para podermos continuar nesta área das novas tecnologias, a eliminar a distância e a reduzir também as desculpas, eu diria que nas novas emanações da área da pecuária, das pescas, do turismo, das novas tecnologias, temos muito a fazer, com o novo sistema de incentivos o CONSTRUIR2030, vamos potenciar e vamos potenciar também os pequenos negócios nas nossas pequenas comunidades, pode ser um defeito meu, mas donde nasci e donde vivo é uma Terra muito pequena, eu sei bem o que é que as terras pequenas precisam e sei bem o que é que um jovem que saia da Calheta de Nesquim ou do Faial da Terra, a erosão que cria social e economicamente nessas comunidades...

Presidente: Sr. Secretário, peço que termine.

O Orador: ... e temos que potenciar, para que eles se fixem e as novas tecnologias, nesse aspeto, também podem ser um caminho.

Deputado Carlos Silva (PS): Em quê?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional. Vamos passar à **segunda pergunta do primeiro objeto**, refere-se à Mobilidade, Transportes e Comunicações. Passo então a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor destruiu o Terceira Tech Island!

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Os apertes são regimentais, mas nós já vamos no Terceira Tech Island. Estamos a falar de São Miguel, Terceira foi há dois meses.

Quem ouve o Governo e está lá em casa, quase que julga que vivemos numa Região em que tudo está resolvido, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não se pode dizer isso!

O Orador: ... em que não há problemas, até se vive numa Região onde um Deputado não pode ter o desprate de vir aqui plasmar claramente os problemas de uma ilha, é a oitava vez que agendo uma sessão de perguntas sobre uma ilha, já fiz sobre o Corvo, as Flores, o Faial, São Jorge, Terceira, Graciosa e Santa Maria faltava, São Miguel e Pico, hoje estou aqui para fazer uma sessão de perguntas sobre São Miguel e vou ter a liberdade de plasmar todos os problemas que São Miguel tem, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Fale para a esquerda.

O Orador: ... até parece que há pejo em falar dos problemas de São Miguel, não, finalmente ouvi aqui alguém dizer e assumir que São Miguel é a locomotiva dos Açores e é um facto inegável!

Mas essa locomotiva está a andar cada vez mais devagar, porque cada vez se põe mais peso nos vagões e essa é que é a realidade e nós não podemos permitir que isto continue a acontecer, em nome de uma coisa que entenderam chamar de desenvolvimento harmonioso que carrega peso nos vagões enquanto a locomotiva deixa de andar sem força para andar, essa é que é a questão, nós não temos

problema nem vamos usar aqui de demagogia para falar dos problemas de São Miguel.

E um dos maiores problemas que neste momento se vive em São Miguel e regozijo-me por saber, Sra. Secretária, de que temos 95% de cobertura de médicos de família, pois há ilhas que têm 100%, há ilhas...

Deputado Bruto da Costa (PSD): Mas não é a minha

O Orador: ... que têm 100%, ainda lhe digo mais uma coisa, 5% da população de São Miguel sem cobertura de médico de família é muita gente, é muitíssima gente, é muito mais gente do que a totalidade de habitantes que vivem em algumas ilhas dos Açores e, mais ainda, Sra. Secretária, essa cobertura, e essas taxas, números que não enchem a barriga a ninguém, porque essas taxas de cobertura não me garantem de facto cobertura, eu vou-lhe dar um exemplo, uma consulta adiada, apontada para dia 18 de maio, porque é tolerância de ponto foi marcada para setembro,...

Deputado Bruto da Costa (PSD): Ah e nas outras ilhas isso não acontece?!

O Orador: ... isto não é cobertura de médico de família, isso não é cobertura de médico de família.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Isso não é pra si Sr. Deputado!

O Orador: E ainda há uma outra questão que é a cobertura de médicos de família com proximidade que não há na ilha de São Miguel, há muitas distâncias que não são compatíveis com a vida das pessoas e com a pobreza das pessoas, e, não estou a falar dos mais pobres, eu estou a falar daqueles que agora estão a entrar em situação de pobreza, daqueles que, apesar de terem emprego, dois empregos, de serem remunerados, não conseguem acudir ao seu dia a dia, e, não é por causa da guerra, nem é por causa da pandemia, nem de nada disso, é de má gestão!

E, Sra. Secretária Regional, agradecia que me respondesse, qual é o prazo de atraso de faturas do H10 em relação a fornecedores, há fornecedores que dizem que desde 2020 têm faturas atrasadas, 2021, 2022, e, não serve de nada dizerem a

esses fornecedores que a culpa é do Nuno Barata, que não aprovou o endividamento, porque isso são dívida de orçamentos passados e os orçamentos passados...

Presidente: Sr. Deputado, peço que termine,

O Orador: ...os Srs. tiveram a liberdade de fazer a dívida que quiseram e vos apeteram.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado. Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, lamento, mas vou ter de fazer um comentário àquilo que o Sr. disse, porque eu nunca, ao longo do debate e até este momento, houve aqui qualquer intenção de quartar ou de muito menos de não permitir...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ...que o Sr. quisesse fazer as perguntas que entendesse, pelo contrário, eu respondi de forma transparente a todas as perguntas que o Sr. fez, a todas as perguntas que foram feitas nesta bancada e, portanto, é para isso que eu cá estou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E também dizer que lamento que não reconheça que esta taxa de cobertura de 95% é muito melhor do que aquilo que era verificado há três anos atrás, porque efetivamente estamos a falar de utentes, sem sombra de dúvida, e, também devia ter percebido ao longo da minha intervenção que há aqui, de facto, a intenção de chegarmos aos 100%, inclusive lhe disse que recentemente tinham terminado a especialidade cerca de sete internos e que a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel acautelando possíveis reformas ao longo do ano, manifestou desde

já a intenção em ficar com estes internos, de forma a que nenhum utente, a quem já tenha sido atribuído médico de família perca esta mesma...

Deputado Carlos Silva (PS): Quantos contratos já foram assinados?

A Oradora: ... faculdade e, portanto, há de facto esta preocupação, o Governo está atento e pretende de forma bastante significativa manter os 95%, obviamente, se for possível melhorar esta taxa, pois é para isso que esses sete recém especialistas também servirão, para dar uma cobertura ainda melhor.

Em relação às dívidas que o Sr. tanto fala e que tanto tem causado celeuma às diferentes bancadas, como se fosse possível apagar, em certa parte, aquilo que tem sido feito ou aquilo que é um passado que este Governo herdou, e, que infelizmente, tarda, é certo ou não tem sido resolvido da melhor forma que nós pretendíamos.

Posso-lhe dar por exemplo, a título de exemplo, a nível de dívidas a fornecedores em factoring que, em 2021 e 2022, o H10 já pagou cerca de 16 milhões de euros, portanto, há de facto aqui um caminho que tem que ser feito, é certo e eu reconheço, há a intenção do Governo em fazê-lo, não estamos a tentar esconder esta situação, mas é preciso lembrar aquilo que foi a herança e não é uma herança simpática, quando a 31 de dezembro de 2020 se recebem valores que podem rondar os 145 milhões de euros e, portanto, 145 milhões de euros de dívidas a fornecedores a 31 de dezembro de 2020.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para terminar, gostava também de dizer que a nossa ação tem sido um desafio bastante grande, que estou cá para, obviamente cumprir ou fazer cumprir aquilo que está estipulado, mas temos sido surpreendidos com pequenas pedras no caminho e posso desde já também lançar mais uma que de facto, me tem deixado em certa parte muito preocupada.

Na Região Autónoma dos Açores, entre 2019 e 2022, os gastos do Serviço

Regional de Saúde com medicamentos em ambulatório, portanto, para os doentes que não estão internados, aumentou 44%, repito, os gastos do Serviço Regional de Saúde em medicamentos em ambulatório entre 2019 e 2022 aumentou 44% e porque é que é relevante? Porque, comparativamente ao país, este aumento foi de apenas 18%, portanto, temos que de facto perceber o que é que se está aqui a passar, de facto é um pormenor que não nos deixa tranquilos...

Deputado José Ávila (PS): A senhora é que vai ter que saber isso!

A Oradora: É para isso que estamos aqui, é para isso que estamos a diligenciar para perceber efetivamente que impacto é que isto terá também nas dívidas que estão aqui a ser debatidas, da minha parte, obviamente que terei toda a intenção de trilhar um caminho juntamente com os nossos parceiros para de forma satisfatória ir ao encontro daquilo que são os nossos fornecedores, porque são essenciais de facto, ao normal funcionamento do Serviço Regional de Saúde. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. Pergunto ao Sr. Deputado Nuno Barata se quer utilizar da réplica? Tem então a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional, muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Eu penso que a Sra. percebeu a quem é que eu me referia e a que tipo de intervenção eu me referia quando fiz o introito à minha pergunta, eu agradeço a sua resposta sobre os pagamentos, mas devo-lhe dizer que os empresários que estão lá em casa padecendo à espera das faturas, não ficam satisfeitos. Eu percebo que a bancada da maioria aplauda...

Deputado Bruto da Costa (PSD): Nós aplaudimos a verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... que tenha gostado da sua prestação parlamentar, os empresários lá

em casa estão à espera de receber o dinheiro para pagar aos fornecedores, para poderem continuar a servir o Serviço Regional de Saúde.

Sra. Secretária, eu como tenho sempre uma atitude colaborativa, a Sra. está cá há pouco tempo, não conhece o tipo de intervenção que a Iniciativa Liberal faz, umas vezes mais inflamada, outras vezes menos inflamada, mas sempre colaborando, devo-lhe dizer que, este número que adiantou sobre a prescrição de medicamentos em ambulatório é de facto preocupante, por um lado. significa um apoio social por parte do Serviço Regional de Saúde a alguns utentes, mas por outro lado, vem refletir os grandes problemas sociais que nós temos que encarar, porque, de facto, quando é preciso ser o Serviço Regional de Saúde a fornecer os medicamentos às pessoas, isso quer dizer que, ou alguém no Serviço Regional de Saúde não está a fazer o seu trabalho bem feito e com seriedade ou então lá fora, alguém está a abusar desse sistema, e, então como eu gosto de fazer uma análise com bonomia, são as pessoas que necessitam de facto desse apoio e, portanto, a Sra. vai ter que esclarecer a Câmara e por interposta pessoa os açorianos, onde é que esse número se situa, se é na questão das pessoas precisarem, se é porque há abusos lá fora, se é porque há abusos dentro do Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto para responder.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, permita-me que perceba e que entenda as suas palavras quando falou dos fornecedores, eu percebo que querem, obviamente, uma resposta célere em relação às faturas e também disse que a minha intenção, a intenção do Governo era de forma satisfatória procedermos o quanto antes aqui a um entendimento, em relação àquilo que foi dito, ao aumento de participação dos medicamentos não é a interpretação que nós fazemos

relativamente ao aumento, se está a tentar correlacionar este aumento com outros apoios sociais que o Governo tem, posso-lhe desde já dizer que não está correlacionado, também posso desde já acrescentar, que quando for oportuno, o Governo dará os devidos esclarecimentos e satisfações, estamos a falar de um aumento exponencial, que, vendo aquilo que se passa a nível nacional, que o aumento foi bastante inferior comparativamente ao Serviço Regional de Saúde, como deve calcular, carece de todos nós, sobretudo da parte do Governo Regional e da Secretaria, uma análise muito cuidadosa desta situação e, portanto, é nesse sentido que estamos a trabalhar e devidamente daremos todas as informações, porque é essa a minha intenção com total transparência, informar os partidos e a Assembleia, do que é que estamos a analisar e as conclusões a que chegaremos. Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária. Vamos fazer o nosso intervalo da manhã, regressamos ao 12h05.

Intervalo às 11h42

Os trabalhos recomeçaram às 12h07

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar então continuidade à segunda pergunta do primeiro objeto, Assuntos Sociais, Saúde, Cultura e Educação, está inscrita a Sra. Deputada Valdemira Gouveia, a quem passo a palavra.

(*) Deputada Valdemira Gouveia (PS): Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Perante o aparecimento e disseminação de uma nova tipologia de substâncias

psicoativas, as ditas drogas sintéticas, que, segundo as informações trazidas ao conhecimento público por quem estuda e intervém nestes fenómenos, se trata de compostos químicos artificialmente desenvolvidos com efeitos destrutivos para a saúde física e mental.

Destas novas substâncias psicoativas foram apreendidas em Portugal e, destas mesmas substâncias psicoativas 1/3 foram apreendidas nos Açores e três destas mesmas substâncias não estavam identificadas em nenhum país da Europa.

Daqui resulta um aumento substancial desde 2020 a esta data, de consumos de drogas que se tem tornado assustador para toda a comunidade micalense. Conhecendo-se este grande e grave problema dos consumos de drogas na ilha de São Miguel, dúvidas não restam que há que combater este flagelo, bem como, usar a estratégia de diagnóstico, nomeadamente frequência e prevalência deste problema psicossocial, o que não tem sido feito até esta data.

Também não têm sido tomadas medidas de prevenção, particularmente focadas no consumo destas substâncias sintéticas.

São também muito urgentes as respostas para a recuperação e reinserção social destas pessoas que são maioritariamente jovens e, portanto, com um efeito social e económico devastador para a nossa Região.

É certo que não podemos continuar a olhar para o consumo de substâncias pelo ângulo meramente criminal, mas não podemos ignorar que os efeitos fisiológicos e psicológicos destes consumos vulnerabilizam estas pessoas a comportamentos socialmente nocivos. Ainda recentemente tivemos a trágica notícia de um jovem que agrediu barbaramente o seu pai, levando-o ao internamento hospitalar, é também do conhecimento público as tentativas de homicídio provocadas por estes jovens, tendo em conta o estado deplorável em que se encontram e também toda a criminalidade associada ao crescente aumento destes consumos de drogas desde 2021 a esta data.

Não se pode ignorar este problema, cujo impacto é inegavelmente sistémico.

Também temos assistido a um aumento de internamentos destes jovens, com duração aproximada de 15 dias na Casa de Saúde de São Miguel, duração esta reconhecida por todos os profissionais como sendo insuficiente para o grave estado em que se encontram, acresce que necessitam de um acompanhamento na sua ilha de residência, visto que o afastamento das suas famílias é um fator de agravamento de sintomas de ansiedade e de risco...

Presidente: Sra. Deputada, peço que termine.

A Oradora: ... já vou chegar à pergunta, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Convinha, porque já passou 30 segundos.

A Oradora: ...de risco e de abandono. É verdade que para estes jovens portanto, a preferência é seguir o seu acompanhamento em comunidades terapêuticas fora da sua ilha, mas também não temos conhecimento de qualquer indicador objetivo da eficácia destas comunidades terapêuticas nos nossos jovens, portanto, é imprescindível monitorizar essa eficácia, assim como compreender quais os fatores de risco da recaída de cada um.

Portanto, a pergunta que eu colocava é a seguinte, desde 2021 a esta data, qual é o número de jovens internados em comunidades terapêuticas no continente? Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Passo a palavra para responder à Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada, tenho que lhe dizer que de facto fez uma explanação detalhada de um problema que, de facto, assola a Região Autónoma dos Açores, mas que não é um problema que surgiu em 2020 e basta visitar tudo o que é estudo elaborado pelo SICAD...

Deputado João Bruto da Costa (PS): Isso!

A Oradora: ... que se percebe que o problema da toxic dependência e de outras substâncias aditivas não é um problema novo, é, de facto um problema que, perante a nossa realidade arquipelágica, até e à semelhança também do que acontece na Região Autónoma da Madeira, e, em virtude da pandemia, houve aqui uma procura por outro tipo de substâncias, substâncias essas que de forma isolada, são substâncias lícitas e quando misturadas, são substâncias ilícitas. Muitas vezes nem sequer sabemos bem de que tipo de substâncias estamos a falar, mas uma coisa é certa, são substâncias altamente nocivas e destrutivas não só para o consumidor, mas com um efeito indireto em toda a família...

Deputada Andreia Costa (PS): É exatamente disso que se está a falar.

A Oradora: ... e toda a comunidade que rodeia este mesmo utilizador da droga. Obviamente que este assunto carece de uma abordagem direcionada.

Para problemas excepcionais também medidas excepcionais, como já tive oportunidade de falar recentemente, na passada semana, é um problema que nós temos vindo a acompanhar, temos também dialogado com parceiros, nomeadamente com a Região Autónoma da Madeira, porque tem uma realidade que até em muito é semelhante à Região Autónoma dos Açores, sendo também uma região arquipelágica e, portanto, decidimos, como já foi tornado público, que seria muito importante envolver não só a tutela, mas outros parceiros do setor para, de facto, se pudesse ter uma ação concertada, eficiente e que fosse de encontro àquilo que é a necessidade deste setor.

Em certa parte também estamos aqui a falar de um problema que é recente e que do ponto de vista de resposta, ainda não se poderá saber assim tanto do ponto de vista terapêutico, não é!? Porque estas substâncias são, de facto, altamente destrutivas e causam efeitos do ponto de vista clínico que deixam os indivíduos completamente alterados.

Falou de um caso que foi tornado público, também não vou esconder,

infelizmente, existem outros casos que também já foram tornados públicos e que tiveram as consequências que gostaríamos que não tivessem acontecido e obviamente, é uma situação que nos preocupa, que estamos a acompanhar e que pretendemos que, com a criação da “task force” que se chegue de facto a um bom entendimento, ouvindo e envolvendo todos os parceiros.

Não creio mesmo que este assunto sirva de arma de arremesso político...

Deputado Carlos Silva (PS): Não se esqueça da pergunta.

A Oradora: ... deve ser sim um assunto que deve unir esta Assembleia, deve unir todos os partidos políticos na identificação e na construção de soluções que efetivamente ajudem os Açores a ultrapassar este problema e, portanto, em relação a isso estamos todos de acordo, também temos todos a responsabilidade de forma coordenada e até articulada chegarmos sim a conclusões.

Em relação às comunidades terapêuticas, também não é novidade que a Região optou por não ter comunidades terapêuticas instaladas, não é um assunto novo e a Sra. Deputada também bem sabe, essa resposta tem sido dada através de comunidades terapêuticas no exterior, com os quais a Direção Regional e a Secretaria Regional da Saúde e Desporto tem protocolos, protocolos, esses que funcionam bem e que tem permitido, de facto, identificar as necessidades, porque, como também bem sabe, o tratamento não é padronizado, o tratamento destes utentes, convém que seja aqui dito, é importa saber de que tipo de substância estamos a falar, outras doenças, nomeadamente do foro da saúde mental que possam estar aqui associadas para que se possa, de facto, construir um plano terapêutico que seja efetivo, esses protocolos têm estado a funcionar bem, a Região tem dado resposta atempada aos utentes do Serviço Regional de Saúde, que carecem de ser enviados para comunidades terapêuticas, neste momento, não lhe sei precisar o número de utentes que até agora foram enviados, mas assim que esse número me for facultado, posso fazer chegar à Sra. Deputada.

Uma coisa é certa, o Governo nesta matéria, à semelhança de outras, o Governo

quer de facto transmitir toda a informação e não pretendo nunca esconder, porque, como eu disse, esta matéria em particular não deve ser utilizada como arma de arremesso político, deve servir sempre e sim para uma resposta articulada, combinada entre todas as bancadas desta Assembleia. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Délia Melo.

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Nós passamos esta manhã a falar sobre saúde, a falar sobre pobreza, alguns problemas económicos que desencadeiam outros problemas sociais e parece-me, portanto, pertinente introduzir aqui outra questão que é fundamental e que, de facto, é algo que se apresenta como a melhor garantia para ultrapassar todos os problemas apresentados.

Ora, algo que tem um potencial transformador no desenvolvimento económico e social de qualquer sociedade e obviamente que estou a falar de Educação.

Ora para se sentir também o efeito desta transformação positiva que se quer, é necessário que se invista na educação e é necessário também não nos esqueçamos que a escola é feita de pessoas para pessoas, portanto, deveremos focar a nossa atenção nas pessoas, deveremos trabalhar para criar as melhores condições para todos aqueles que estão na escola, para aprender, para trabalhar, e, sabemos que possibilitar a estabilidade dos recursos humanos nas escolas é também aumentar a probabilidade do sucesso educativo dos nossos alunos, porque há uma correlação direta entre estas duas questões, alguém que consiga de facto um lugar adequado na escola criará um vínculo não só profissional, laboral, mas também um vínculo afetivo com a própria escola, com os alunos, com os colegas, com os pais e encarregados de educação.

Portanto, para além de garantir aquilo que é maior qualidade na vida pessoal e laboral de todos os profissionais, a estabilidade também é muito vantajosa para a própria escola, para o funcionamento das escolas, para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos que são mais consistentes ao longo dos anos, porque há, de facto, maior qualidade no ensino e maior qualidade nos serviços que são prestados, e, em última análise, também há reflexos não só nas aprendizagens dos alunos, mas também na sociedade que nós queremos construir.

Ora, felizmente, este Governo Regional tem dado passos firmes nesta matéria, significativos e tem contribuído para a estabilização pessoal, laboral e familiar de um elevado número de professores e de pessoal da ação educativa nas nossas escolas.

E, há um claro investimento nesta matéria, o que, devo dizer contrasta realmente com aquilo que tivemos até há pouco tempo, num futuro recente e aqui tenho de recordar aquilo que é a quantidade de docentes que escolheu outra profissão devido à precariedade que esta lhes dava, aqui também devo recordar a quantidade de docentes que simplesmente, o número de docentes que iam desaparecendo das listas da bolsa centralizada de professores, porque não tinham de facto essas condições e isso levou ao grave problema com que nos deparamos hoje, a falta de docentes e também recordar as centenas de trabalhadores que estavam nas escolas ao abrigo de programas ocupacionais, sem qualquer vínculo e sem qualquer oportunidade...

Presidente: Sra. Deputada, peço que termine.

A Oradora: ...concluo já! Sem qualquer oportunidade de traçar um plano de vida e por isso mesmo eu pergunto à Sra. Secretária Regional da Educação e de Assuntos Culturais que nos diga qual foi até à presente data, o investimento feito nos recursos humanos nas escolas de São Miguel, qual o ponto de situação em relação a esta matéria? À locação e dotação nas escolas de São Miguel de profissionais qualificados. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Passo a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Agradecendo à Sra. Deputada Délia Melo pela questão que foi suscitada, efetivamente, esta foi uma matéria que tem vindo a merecer, desde logo ao início, mas em contínuo, tem vindo a merecer uma aturada atenção por parte deste Governo, quer no que concerne à colocação e à dotação com regime de estabilidade do pessoal docente nas nossas escolas, quer no que respeita ao pessoal da ação educativa. Efetivamente a situação que nós tínhamos era uma situação em que, vou separar, no que concerne ao pessoal docente, tínhamos um concurso que violava uma diretiva, fizemos aturadas negociações e com a criação dos quadros de ilha, uma medida única e inovadora a nível regional, nós conseguimos garantir que sempre que uma escola recorra a três anos sucessivos na contratação, independentemente da condição de base do docente deste quadro, seja aberto um quadro de ilha e isso tem-nos...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... permitido efetivamente um reforço muito substancial dos professores nas nossas escolas e, desde logo na primeira colocação que foi registada em 2021, já ao abrigo desse concurso, nós logo de imediato acabámos com situações de largas dezenas de docentes que estavam em situação precária e contratados há cinco, há dez, há quinze e até há vinte anos em situação de precariedade, com contratos a termos resolutivos e que, agora estão a entrar nos nossos quadros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: É uma situação que nós continuamos a acompanhar, mas aquilo que se verifica por comparação com 2020 e a dotação que atualmente temos, que nós temos atualmente mais 207 docentes nos quadros em São Miguel, por comparação com este ano de 2020 e, portanto, em 2 anos, os concursos, os próximos sairão em breve, em 2 anos, números efetivos, já colocações efetivas temos nos quadros de São Miguel, quer sejam quadros de escola, quer sejam quadro de ilha mais 207 professores e educadores de infância em regime de total estabilidade.

No que respeita ao pessoal de ação educativa, esse investimento tem sido também feito nas várias áreas, quer para técnicos superiores, quer para assistentes técnicos, quer para assistentes operacionais.

Tínhamos, como é sabido, um número muito significativo de recursos a programas ocupacionais e aquilo que temos tem vindo a fazer, é, tendo implementado um regime mais transparente, com uma nova forma de colocação e de aferição das vagas em quadro, em especial dos assistentes operacionais, temos vindo a fazer um reforço da sua situação em quadro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: As escolas viviam nesta situação de abuso a programas ocupacionais, deparávamos com problemas de duas tipologias na sua essência, por um lado, eram os trabalhadores que estavam numa situação absolutamente precária, por outro lado, a escola que também nesta inconstância também não tinha capacidade de fazer a previsibilidade do seu trabalho e aquilo que nós fazemos é através desta forma agora, os conselhos executivos das nossas escolas sabem o que é que podem prever.

Atualmente com este reforço, aquilo que nós verificamos é que por comparação a 2019, um ano totalmente atípico com a situação atual, é que nós temos em quadro mais 235 trabalhadores da ação educativa nas nossas escolas, repito, em quadro,

são mais 235 trabalhadores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Nas nossas escolas, obviamente, em S. Miguel, estamos-nos a restringir aos números de São Miguel.

Mesmo atendendo à situação e à aferição do recurso a programas ocupacionais, que ainda o fazemos em regime de excecionalidade, aquilo que nós verificamos é um salto positivo nas escolas na ilha de São Miguel, porque se compararmos com o crescimento só de assistentes operacionais, nós aumentámos mais 188 contratos por tempo indeterminado e, portanto, mais 188 assistentes operacionais colocados em quadro e temos uma redução de 136 programas ocupacionais e, portanto, considerando o cômputo total das escolas, nós temos não somente mais trabalhadores em quadro como temos também um aumento líquido do número de trabalhadores nas nossas escolas e, portanto,...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... esse é um trabalho que nós vamos continuar a fazer em contínuo, mas são esses dois resultados de forma imediata. Muito obrigada.

Deputados Paulo Estêvão e João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Nesta segunda pergunta que o Grupo Parlamentar do CDS tem direito, neste primeiro quesito, também vamos falar sobre Educação não obstante, gostaria de fazer aqui um pequeno parêntese ainda na área da Saúde e relativamente às afirmações, Sr. Deputado Nuno Barata, quando diz, Sr. Deputado Nuno Barata, um médico de família nas

Flores, por exemplo, um médico de medicina geral e familiar nas Flores pode dar cobertura a cerca de 30% da população e o Sr. Deputado Nuno Barata quer que este médico vá para São Miguel, que é para a cobertura ser a 100% e as Flores ficar com 65%.

Deputado Nuno Barata (IL): Não disse nada disso. Isso é desonestidade intelectual.

O Orador: A locomotiva do Sr. Deputado Nuno Barata está desejava de largar vagões por essa linha fora é isso que a locomotiva que o Sr. Deputado Nuno Barata defende, porque o Sr. Deputado Nuno Barata, aliás, caiu-lhe a máscara, porque para o Sr. Deputado Nuno Barata, o arquipélago é São Miguel e o resto é paisagem, isso é um facto, é um facto! E o Sr. tem vindo a dizer inúmeras vezes, desde a política de transportes marítimos a tudo o resto, porque o Sr. acha que todas as outras ilhas são um peso para São Miguel, é isso...

Deputado Nuno Barata (IL): Isto é uma sessão de perguntas ao Governo.

O Orador: ... que o Sr. disse aqui hoje de manhã e é isso que o Sr. defende e é por isso, olhe também lhe devo dizer, o Nordeste tem cobertura de médico de família de 99,9%, 99,9% é a cobertura de médico de família no Nordeste, também gostava de saber se queria que o médico do Nordeste fosse para Ponta Delgada? Que era para resolver os problemas de Ponta Delgada, porque aí é que estão mais pessoas.

Pronto, por isso, mas de qualquer das formas isso era só um aparte, peço desculpa, Sra. Presidente, mas eu não tenho receio nenhum e o CDS também não tem receio nenhum de falar dos problemas, e, Sra. Secretária da Educação, devo-lhe dizer que, obviamente São Miguel, sendo uma ilha, sendo a maior ilha dos Açores, obviamente tem inúmeros problemas e é importante que eles sejam resolvidos e que sejam pelo menos discutidos, que é para se poder também resolver os problemas.

E, relativamente à Educação, obviamente é uma forma transversal e já há pouco

a Sra. Secretária da Saúde falou nos planos de manutenção, que é algo que infelizmente, de forma transversal a todos os setores da governação, eram na maior parte das vezes inexistentes e, por isso, desde obras que são novas que nunca tiveram manutenção, umas nem sequer ainda foram entregues e já têm problemas, outras quando foram entregues, ainda em garantia, têm problemas e obviamente houve obras que foram feitas e passaram vinte anos e não tiveram qualquer tipo de manutenção, o que agrava, obviamente depois o parque escolar e por isso pergunto-lhe, qual é que é neste momento, o ponto de situação, obviamente, das inúmeras obras que há em São Miguel e que sabemos que nem todas estão, obviamente, que não foi possível contemplá-las todas, não é possível fazer tudo de uma vez e não estão todas com verbas no Plano e Orçamento para este ano, mas gostava que nos pudesse elucidar sobre as intervenções que vão ser executadas este ano, o que é que está em curso e qual é que é a perspetiva a médio prazo para a resolução dos restantes problemas no parque escolar da ilha de São Miguel. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Passo a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Rui Martins, agradecer-lhe também a questão que foi suscitada, efetivamente São Miguel a par de outras ilhas, mas nalguns casos de algumas escolas numa situação de maior degradação tem um parque escolar que nos requer uma atenção.

Se, como o Sr. Deputado identificou e é bem, permita-me, esta ousadia, nós temos edifícios que, sendo antigos, carecem de uma intervenção até mesmo estrutural e

intervenção a nível de manutenção, temos edifícios antigos que requerem obras, até mesmo novas e que não foram feitas no passado e temos inclusivamente edifícios muito recentes que por erros de projeto agora são, nalguns casos pouco funcionais ou que nos estão a suscitar alguns problemas.

Deputado José Contente (PS): Havia escolas com amianto.

A Oradora: Vou levantar aqui alguns, se me permite, começar por este último caso, edifícios recentes que nos levantam problemas funcionais por erros de projeto EBI da Ribeira Grande é impensável não fazer esta menção, a EBI da Ribeira Grande foi desenhada com janelas nas salas de aula que não abrem e, portanto, com um sistema de ventilação que é inexistente, com janelas que estão em sítios com projeção total à luz solar durante todo o dia, aquilo que acontece é nós estarmos numa situação em que os alunos e os professores nestas salas de aula estão em autênticas estufas até com situação de alunos que não se sentiram bem no passado.

Deputado António Lima (BE): Mas a questão é o que é que o Governo fez para resolver isso?

A Oradora: Ainda este mês passado, estive em reunião com o Conselho Executivo até acompanhada pela Câmara Municipal e nós estamos a delinear um processo de intervenção para que possamos ajudar a uma ventilação mecânica que reforce a entrada de ar natural também nestas salas.

Por outro lado, temos escolas como, por exemplo a EBI da Lagoa, a EBI da Lagoa foi a primeira escola que visitei enquanto Secretária Regional, a EBI da Lagoa é uma escola cujo estado de degradação era tal em que nalgumas salas de aula tinham as portas exteriores já amarradas porque já não têm ombreira da porta e já não têm fechadura que possibilite que a escola possa ser fechada, que a porta possa ser fechada naturalmente e, portanto tínhamos salas, tínhamos e temos salas com portas amarradas e aquilo que nós fizemos e que é inovação e já trabalhamos em articulação com a escola para se construir...

Deputado José Ávila (PS): Imagine o que é que recebemos em 96!

A Oradora: ... um programa fundamental para agora passarmos à fase de projeto para se poder construir uma nova escola para a EBI da Lagoa, que há tantos anos carece que é tão necessitada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Com esta nota adicional de que este trabalho de preparação do programa fundamental, quer nesta escola, como em todas as outras, é sempre articulado com a comunidade educativa daquele local. É impensável nós construirmos unilateralmente uma escola e fazermos unilateralmente obras numa escola.

E esse trabalho foi feito com o Conselho Executivo que também o submeteu aos diversos órgãos da própria escola. Por outro lado, temos a Antero de Quental também não posso, é impossível não falar no Palácio da Fonte Bela, o Palácio da Fonte Bela, quando nós tomamos posse, estava com um risco de colapso iminente da sala dos professores, m Palácio de elevado valor patrimonial, estava mesmo na iminência de colapso e em que nós tivemos, esta foi a primeira intervenção que teve que ser feita pelo Governo Regional, que foi a de colocar modelos de sustentação do teto para que ele não caísse, porque ele estava já em situação de diminuição de quota que era visível a olho nu, essa eventualidade dele poder colapsar.

Hoje está assim, Sras. e Srs. Deputados, hoje está assim a sala de professores no Palácio da Fonte Bela, o trabalho de intervenção que foi feito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: É um trabalho, ao qual ainda temos de dar continuidade, quer nesta sala com a pintura de frescos, quer nas outras salas também adjacentes e que passa sempre e que passou por um processo de desinfestação de térmitas que foi

absolutamente necessário.

Mas, na Antero de Quental fizemos também uma série de outras intervenções, tenho aqui o rol das várias intervenções que fizemos na Antero de Quental, em que, por exemplo, fizemos a recuperação e a manutenção dos portões da escola, uma intervenção para garantir a segurança da varanda sul do Palácio, reparação de vasos e pilaretes, o retelho de salas de aula, das salas 25 a 30, a pavimentação de pátios localizados a sul, a reabilitação de caixas de escoamento na própria escola...

Presidente: Sra. Secretária, peço que termine.

A Oradora: ... a reparação de fissuras, vou terminar, Sra. Presidente, a reparação de infiltrações nos ginásios, a instalação de esteiras para cabos elétricos, a reabilitação da cobertura de fossa, uma intervenção muito diversa, há ainda muito a fazer, é certo, é um trabalho que nós fazemos em contínuo.

Mesmo para terminar, Sra. Presidente, temos também e lançamos finalmente a obra na EBI dos Arrifes, finalmente é uma obra que está a decorrer e que está a decorrer a um bom ritmo e, portanto, é um trabalho que aqui está.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: É sempre um trabalho de acompanhamento em contínuo, é difícil porque temos que fazer a gestão também com parcimónia destes dados orçamentais, mas enquanto no passado se construía escolas como por exemplo a EBI de Ponta Garça de 23.5 milhões de euros...

Presidente: Sra. Secretária, peço que termine.

A Oradora: ... que tinham dado para se fazer outras escolhas e não termos chegado a este estado de degradação nas escolas em São Miguel.

Voices dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado

António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Não sendo este o assunto da minha segunda intervenção, não posso deixar de dizer, Sra. Secretária da Educação e Cultura ou Assuntos Culturais que notei a ausência explícita de referência à Escola Básica e Secundária da Povoação, aliás, o PSD, em 2015 tinha urgência em fazer uma nova escola, chegou ao Governo em 2022 ou 23, aliás, e colocou na gaveta essa intenção, mas é preciso não esquecer que há uma verba para um projeto para a escola que está no Plano e Orçamento.

Mas como estava a dizer, a minha intervenção não se prende com construções escolares, prende-se essencialmente com as questões sociais, no que diz respeito ao emprego, no que diz respeito à habitação, ligadas ao desenvolvimento ou ao crescimento de atividades económicas, nomeadamente do setor do Turismo.

É sabido que na ilha de São Miguel, essa pressão e esse crescimento tem sido mais acentuado e os problemas que associados, muito por conta da ausência de ordenamento do crescimento. É sabido que o Plano de Ordenamento do Turismo está suspenso na ilha de São Miguel há vários anos e que, isto tem significado um crescimento desordenado, sem qualquer tipo de critério, sem qualquer tipo de preocupação com a sustentabilidade social ambiental e nos impactos, por exemplo, no que diz respeito à habitação.

Soubemos através de resposta do Governo Regional ao requerimento feito pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que existem 3.888 camas com parecer favorável da Direção Regional do Turismo para empreendimentos turísticos. Este número significa, só para termos uma ideia, um crescimento de mais de 50% da oferta de camas, que, a concretizar-se trará, como é óbvio, um aumento gigantesco de oferta que terá consequências a vários níveis.

Esta é a política deste Governo Regional, é a política neste setor, como em outros,

do deixa andar ao sabor do mercado.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Não apoiado!

O Orador: Para benefício de alguns, poucos, e, prejuízo da maioria e sem acautelar minimamente as consequências sociais desse mesmo crescimento.

Como é que explica o Governo que apenas numa ilha licencie mais quase 4.000 camas e que elas já tenham tido parecer positivo? O Governo acha que elas são necessárias?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o objeto?

O Orador: Já vou ao objeto Sr. Deputado, tenha calma, acresce a esse número as mais de 10.000 camas que existem em alojamento local, crescimento do alojamento local que como é sabido influencia seriamente a oferta de habitação.

O que também é incrível, é que estejamos numa altura em que muita gente se queixe, os empresários, inclusive, da falta de mão de obra, mas quando se quer aumentar esse nível, termino já Sra. Presidente, esse nível, o número de camas, a oferta, o número de empreendimentos não se pense no impacto que isso terá também sem acautelar as condições de quem já trabalha no Turismo, como é evidente.

E, eu gostaria de perguntar ao Governo, é qual é a medição que faz e a avaliação que faz desse crescimento no impacto à habitação na habitação? Nós temos na ilha de São Miguel preços da habitação, que são cada vez mais elevados, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Em todo o lado!

O Orador: ... em que há senhorios a pedir, e, esses são casos reais, a pedir um ano de rendas adiantadas e dizem aos potenciais arrendatários que vão à banca financiarem-se para poderem pagar um ano de rendas. É isso que está a acontecer e o Governo, termino já Sra. Presidente, e o Governo que se queixava tanto de ter recebido 60 milhões de euros pelo PRR para habitação, apresenta-nos 4,3 milhões de euros como uma grande medida, uma grande vitória para o setor da habitação. Isso é pouco, é muito pouquinho para as necessidades que existem na Região.

Deputada Andreia Costa (PS): O sol quando nasce é para todos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em relação à habitação já tive oportunidade de aqui, no seguimento de uma pergunta do Sr. Deputado José Pacheco, explicitar aquilo que está a ser feito, nomeadamente, para a classe média, aquela classe média que não tem rendimentos suficientes para contrair empréstimos à habitação ou para investir no custo que os lotes têm.

É esse o objetivo que está a ser propugnado, quer seja nas verbas que já temos no âmbito do PRR, quer seja naquelas que nos propusemos dentro dos limites da reprogramação, e, naturalmente, tudo isto também compaginado com aquilo que as próprias autarquias também têm vindo a fazer com as suas estratégias para a habitação e que também têm acedido às verbas do PRR.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário. Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Bem, quem projetou esta sessão de perguntas para tentar puxar São Miguel para baixo, pois viu que os seus propósitos foram aqui contrariados, contrariados pelos factos, contrariados pela verdade.

É evidente que os demagogos, os populistas tentam sempre cavalgar uma realidade alternativa que eles criam e que tentam de alguma forma projetar na sociedade.

E o que é que aconteceu a essa realidade alternativa, a essas perguntas que foram feitas? As respostas foram, há menos médicos de família? Não, há mais médicos

de família, há mais médicos de família do que nunca!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Há menos consultas? Não, há mais consultas na ilha de São Miguel!

Há menos cirurgias? Não, há mais cirurgias na ilha de São Miguel!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Há ou não há um conjunto de intervenções em infraestruturas, quer na área da Saúde, quer na área da Educação, que foram feitas as questões planeadas e em curso? Há um grande número de intervenções planeadas, há ou não há menos impostos no conjunto da Região e em São Miguel? Há menos impostos!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Graças a esta maioria!

O Orador: Há ou não há mais ligações aéreas no conjunto da Região e em particular na ilha de São Miguel? Há mais ligações aéreas!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E tudo isto, estão ou não estão situados em São Miguel os grandes grupos económicos? Estão situados em São Miguel a maioria dos grandes grupos económicos dos Açores! Estão ou não estão localizadas em São Miguel as grandes empresas regionais do setor público empresarial, como a SATA ou a EDA? Estão, é lá que têm a sua sede social.

Bem, eu poderia continuar a enumerar aquele que é o potencial, a energia de uma ilha como São Miguel, que é, como aqui já foi dito, a locomotiva económica da nossa Região, eu diria até que São Miguel está para os Açores, como a Alemanha está para a União Europeia.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que eu quero dizer é, que tudo isto se projeta e não sou eu que o digo é a União Europeia, que projeta para os Açores o maior crescimento económico da Europa, repito, a União Europeia projeta para os Açores o maior crescimento económico da Europa, depois de termos sido durante décadas os

piores, pois agora vamos ser os melhores e isso deve-se à ação deste Governo Regional nas diversas áreas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Stand up comedy a esta hora! O Senhor está alheado da realidade!

O Orador: Puxar São Miguel para baixo não resulta, é evidente que aqui foram referenciados um conjunto de problemas sociais, dizia o Partido Socialista quando estava no Governo, que são precisas gerações para resolver os problemas sociais, pois V. Exas. tiveram 24 anos para resolver e nós herdámos os problemas que V. Exas. não conseguiram resolver, mas vamos fazê-lo, Sra. Presidente, ...

Presidente: Sr. Deputado, peço que concretize.

O Orador: Sra. Presidente, termino já, com uma questão, mais uma vez, projeta aquele que é o enorme crescimento económico dos Açores e particularmente em São Miguel, e por isso é que lhe peço mais um dado que é o número de visitantes nos museus de São Miguel que se registaram e a diferença entre 2019 e agora a atualidade 2023. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Extraordinário, o indicador do progresso económico é pelas visitas aos museus.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Passo a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais para responder.

(*) Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Se me permite o Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu vou responder também ao aparte do Sr. Deputado Berto Messias, porque as questões que envolvem a cultura, a

entrada nos nossos museus não se cingem somente a meras entradas, o Sr. Deputado bem sabe, e, dão resposta a outros setores da atividade, como, por exemplo, a Educação, como por exemplo, o próprio Turismo, e, tem impacto, indubitavelmente no desenvolvimento económico da Região, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... quer seja a curto prazo, quer seja a médio e longo prazo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Vivendo e aprendendo, Sra. Secretária.

A Oradora: E a esse respeito, nós temos vindo a desenvolver com os diretores daqueles que são denominados os serviços externos da cultura e utilizei esta terminologia, porque é efetivamente que está na Lei Orgânica, mas que nós queremos alterar porque esta terminologia de serviços externos transmite até uma noção errada de que os nossos museus, as nossas bibliotecas, estão uma entidade externa à própria Direção Regional dos Assuntos Culturais e que nós queremos incluir cada vez mais, e, esse trabalho está a ser feito numa revisão da orgânica destes serviços externos, já agora, permitam-me este ligeiro desvio, mas que enquadra a priorização que nós estamos a dar no que respeita à operacionalização...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas já tutela o Teatro Micaelense ou não?

A Oradora: ... também dos nossos museus e que tem que passar, no nosso entendimento, por um reforço das competências no relacionamento destes nossos serviços, essas nossas entidades, com os próprios agentes culturais a nível local, quer fornecendo os apoios de que eles careçam para diversas candidaturas que possam surgir, quer a apoios financeiros quer também a parcerias que são feitas, quer cá dentro, quer lá fora e também para podermos ter uma ação mais partilhada, mais interativa no que concerne ao desenvolvimento cultural, e, neste âmbito, os

nossos museus estão, e neste caso em particular, os de São Miguel, mas isto verifica-se em toda a Região, felizmente, estamos a ter números crescentes das entradas em museus, quer sejam por via do Turismo, quer sejam por vias das entradas dos residentes, por comparação com 2019 em São Miguel, enquanto que em 2019 nós tivemos 69.827 entradas em 2022, para poder ter aqui um ano fechado, tivemos 79.787 entradas e, portanto, com um aumento superior a 14%. Neste ano, com dados do início deste mês de maio, já vamos com 27.765 entradas, portanto com dados muito animadores.

Aquilo que estamos a fazer para podermos ainda reforçar esta resposta é rever a Portaria que regula o funcionamento dos nossos museus e das nossas bibliotecas, que foi articulada com os diretores destes nossos serviços, no sentido de podermos adequar melhor os seus horários de funcionamento, quer no que concerne aos pedidos e às diligências que têm sido tomadas a nível local, obviamente que, em articulação com o Turismo e com a resposta lá está turística, que estas entidades também têm que dar, mas também no sentido de podermos rever os seus preços, nós termos em museus entradas a 1 euro, não faz muito sentido quando temos aqui um outro potencial que pode ser gerido, isto, obviamente, sem prejuízo dos próprios residentes, não terem qualquer aumento de custos.

É esse o trabalho que está a ser feito, estamos a estudar museu, a museu, a bilhética e a relação entre a qualidade e esta alteração de preço, mas muito em breve introduziremos alterações a esse nível para podermos ter não somente uma resposta mais adequada às necessidades, mas também com a capacidade de gerar outros proveitos para a Região. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional. Damos assim por concluída esta segunda pergunta sobre o primeiro objeto, passando à terceira pergunta do primeiro objeto. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, retomamos os nossos trabalhos às 15h00.

Intervalo para almoço às 12h53.

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Vamos então dar início aos nossos trabalhos. Íamos agora passar para a terceira pergunta relativamente ao primeiro objeto – Assuntos Sociais, Saúde, Cultura e Educação... Muito bem. Vamos então passar para a primeira pergunta do segundo objeto, uma vez que o proponente assim o entende. Este segundo objeto trata-se da Mobilidade, Transportes e Comunicações.

Como tal, passo a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para colocar a questão.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora cause algum incómodo em algumas bancadas vir aqui falar de São Miguel e dos seus problemas, nós não desistimos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ficamos todos muito contentes!

O Orador: Já fizemos sete sessões de perguntas. Esta é oitava. E estamos sempre disponíveis para defender a nossa terra, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Todos!

O Orador: ... a ilha que nos elegeu e a ilha que habitámos, onde nascemos e escolhemos viver.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi eleito pelo círculo de compensação!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ele está confuso, nem sequer sabe por onde

foi eleito!

O Orador: Apesar de alguns deputados, eleitos tal como eu pelo círculo de compensação, entenderem que São Miguel, apesar de lhes ter dado 500 votos, não representa importância, eu aqui já fiz uma sessão de perguntas sobre a ilha Terceira, que me deu 700 votos, e estou aqui para fazer a sessão de perguntas sobre São Miguel, sem apoucar a minha ilha, sem apoucar as políticas que a minha ilha precisa e sem apoucar a intervenção seja de quem for.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mudou muito! Está muito mudado!

O Orador: A mobilidade terrestre em transporte coletivo de passageiros é de relevante importância, em especial precisamente naquelas duas ilhas que me deram votos para estar aqui, na Terceira e em São Miguel. É precisamente nessas duas ilhas onde a mobilidade terrestre em transporte coletivo de passageiros se revela mais importante e que carece de atenção.

Mas reportando a São Miguel, importa dizer que há pelo menos duas diretivas comunitárias que carecem de ser aplicadas à Região e há concursos para concessões que estão atrasados, ainda do tempo dos governos do Partido Socialista.

É neste sentido que faço a pergunta à Sra. Secretária Regional: o que é que está programado? O que é que está em cima da mesa? Porque, de facto, a mobilidade terrestre em transporte coletivo de passageiros não só é um desiderato da sustentabilidade ambiental, como é um desiderato da sustentabilidade social. E digo isso sem qualquer tipo de pejo, porque, de facto, há pessoas que precisam dos transportes coletivos para se dirigirem para os seus empregos todos os dias. E há pessoas que, infelizmente, têm que fazer um esforço financeiro acrescido, adquirindo uma viatura ou partilhando viaturas para fazerem esse tipo de deslocação, o que é mau, não só para o ambiente, mas também para a economia das próprias famílias.

A pergunta concreta é esta: em que situação é que estão os concursos para as

concessões do transporte coletivo de passageiros em São Miguel e, nomeadamente, a adaptação daquelas que são as diretivas comunitárias, nomeadamente em relação à bilhética e essas coisas todas, que a Sra. Secretária, certamente, saberá melhor do que eu?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, agradeço a sua pergunta e subscrevo as afirmações que fez relativamente à necessidade e à importância que têm os transportes terrestres em todas as ilhas, mas em particular numa ilha com a dimensão de São Miguel. São seis concelhos. São três empresas, atualmente, em exploração. É, portanto, uma situação bastante complexa. E não encontramos, efetivamente, estudos que nos pudessem dar o conforto de abrir, de imediato, um concurso para a prestação de serviços de transportes terrestres na ilha São Miguel. E, por isso mesmo, o nosso primeiro trabalho foi lançar um concurso para a elaboração de um estudo para definição de percursos, de horários, de qualidade de serviço, de tipo de serviço, que deve ser desenvolvido na ilha São Miguel.

Como eu dizia, a ilha é bastante dinâmica do ponto de vista económico, há alterações que se têm vindo a verificar ao nível dos horários de trabalho. Em relação à concessão anterior, foram adicionados contratos para os fins de semana, foram adicionados contratos para os horários noturnos, foram também resolvidos os problemas do transporte escolar.

E há, neste momento, uma situação relativamente complexa, uma que cabe na concessão, outras que são objeto de contratos adicionais, que têm que ser todas elas integradas. E, para isso, dentro dos nossos serviços, também não encontramos

nenhum trabalho feito nesse sentido. Tem que ser estudado, tem que ser bem visto e tem que ser bem trabalhado, para, quando se abrir o concurso público para o serviço propriamente dito, nós estarmos todos confortáveis.

E, portanto, neste momento, o concurso está aberto para o estudo. Foi aberto um concurso em dois lotes: um para a ilha Terceira, outro para a ilha de São Miguel, que são as duas ilhas que apresentam maior complexidade nesse tipo de matriz de percursos e qualidade de serviço que se exige e horários. E, neste momento, já foi aberto o concurso, já foram entregues as propostas. Neste momento, estamos em avaliação de propostas para se realizar o estudo. E depois de realizado o estudo, então abrir um concurso público para a prestação do serviço propriamente dito. E, portanto, é neste pé que está o concurso, que está o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

Obviamente, tudo isso inclui a bilhética e inclui, naturalmente, tudo aquilo que se exige a um serviço capaz de responder às necessidades de hoje na ilha de São Miguel e também na ilha Terceira.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto ao Sr. Deputado se quer usar da réplica. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, se eu fosse membro do Governo, proporia uma alteração orgânica: a sua Secretaria Regional passaria a chamar-se Secretaria Regional dos Estudos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vai para o Governo!

O Orador: Não pretendo ir porque não pretendo atolar-me.

E, de facto, mais uma vez, espero que esse não seja como o assunto dos transportes marítimos de passageiros, que era para fazer o estudo, mas, depois, toma-se a decisão antes de ter o estudo e anunciam-se as decisões antes de ter o estudo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem lembrado!

O Orador: E o estudo não se chega a fazer. Mas tomam-se as decisões porque o estudo vai-se fazer.

E, de facto, essa é mais uma questão em que fica claro, para os açorianos perceberem, que, afinal, passados dois anos e meio, mesmo que tivessem encontrado zero de trabalho feito para trás, seria uma daquelas áreas em que o Governo teria que ter arregaçado as mangas e ter feito mais depressa, porque, se detrás vinha trabalho, era só seguir, se detrás não vinha trabalho, era gravíssimo e então era preciso fazê-lo mesmo a sério.

Mas eu percebo, pois, é mais um estudo. Vamos ficar à espera desses estudos. Eu espero é que não tomem decisões então antes do tal estudo, que é para nós não pagarmos duas vezes, o estudo e a decisão antes do estudo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária para responder. Dispõe de três minutos.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado Nuno Barata, eu compreendo que seja fácil argumentar como o senhor está a argumentar, mas tem que compreender também que ninguém pode lançar um concurso sem estar devidamente fundamentado, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... num trabalho sério, porque de outra forma não estamos a ser sérios.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): Mas pode fazer adjudicações diretas!

A Oradora: O senhor não pode, nem sequer acho que é correto estar a dizer que a Secretaria é dos estudos. Nós já lançamos mais obras... É preciso lembrar a quantidade de trabalho que tem esta Secretaria Regional, com cinco áreas: transportes, turismo, tem as infraestruturas, tem o laboratório, tem imensas áreas... Não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo. E o senhor tem que compreender isso! Há muito trabalho feito, todos os dias! Eu posso apresentar-lhe relatório do trabalho que é feito todos os dias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A questão dos transportes terrestres é dinâmica. A questão dos transportes terrestres está a ser realizada e efetuada de acordo com o modelo atual. Não nos impediu de criar o passe social gratuito.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Não nos impede de criar determinadas atividades que melhorem o serviço prestado e contribuam para o bem-estar dos açorianos. Não nos impede. Quando é para fazer um modelo de fundo, um novo modelo, tem que se ter um trabalho sério, de estudo, um modelo que se possa prosseguir e que possa ser posto a concurso. Essa é uma realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Pelo menos é assim que trabalho, é assim que sei trabalhar. Temos que saber para onde é que vamos, mesmo que muitas vezes pareça que estamos a começar com a casa pelo teto, mas nós sabemos, rigorosamente, quando se põe um bloco, onde é que ele vai terminar e que objetivo é que queremos atingir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E isso só se faz com os estudos, corretos, rigorosos, que nós neste momento estamos a desenvolver.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Obrigada, Sra. Vice-Presidente.

Sra. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A principal porta de entrada de mercadorias em São Miguel, mas também na Região – o Porto de Ponta Delgada – tem sido palco de graves constrangimentos ao nível da sua operação que vêm dificultar a já difícil realidade das empresas no momento atual.

Responsável pela entrada de mais de 65% das mercadorias que chegam à Região, o Porto de Ponta Delgada e, por arrasto, os empresários que dependem deste para receber mercadoria ou escoar a sua produção. As melhorias anunciadas, e diversas vezes dadas como concluídas, não se fazem sentir na melhoria da operação do Porto.

Ainda no passado mês de setembro, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, após verificar, no terreno, o andamento das empreitadas relativas ao Porto de Ponta Delgada, alertou para os atrasos nos trabalhos, nomeadamente nas redes técnicas, referindo-se à empreitada de 40 milhões de euros, lançada ainda pelo anterior Governo Regional do PS, para a melhoria das condições de operacionalidade do Porto de Ponta Delgada.

E contra factos, não há argumentos! As condições de operação têm piorado nos últimos dois anos e meio.

Deputado Gustavo Alves (PPM): É preciso não ter memória!

A Oradora: Assistimos a cargueiros ao largo de Ponta Delgada durante largos dias a aguardar que se reúnam as condições para abastecer a ilha de São Miguel, por não existirem gruas em condições de operar ou reboques para garantir o bom funcionamento do Porto, colocando graves constrangimentos à atividade económica de São Miguel.

A par disto, a gestão do Porto, no que respeita à operação comercial e à operação turística, não tem sido acautelada por forma a evitar situações como as que têm ocorrido. Nada temos contra os navios de cruzeiro, aliás uma aposta dos governos socialistas, porém a conciliação destas operações é essencial para não penalizar a economia micaelense.

Numa altura em que os empresários enfrentam aumentos dos custos de produção como há muito não se via, o Governo Regional, ao invés de agilizar, dificulta, obrigando os empresários a aumentar os níveis de stock ou, no caso das exportações, gerando prejuízos pela perda de qualidade e, logo, de valor em resultado dos atrasos.

Em dois anos e meio, a operação do Porto de Ponta Delgada piorou e a seguir o mesmo rumo não irá lá. Quem paga a fatura? As empresas e, no final, todos nós como consumidores.

Em julho de 2022, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas anunciava a conclusão das obras no Porto de Ponta Delgada, e passo a citar: *“Em setembro deste ano (recordo 2022), portanto, antecipando bastante aquilo que era a programação inicial. O porto, obviamente, tem constrangimentos. Cria muita perturbação em toda a operação marítima, que sai de Ponta Delgada para as outras ilhas e, portanto, para nós é uma ótima notícia saber dessa antecipação e que em setembro ou no final de setembro teremos já o porto quase na sua plenitude em operação”*.

Presidente: Sra. Deputada, peço que conclua.

A Oradora: É a questão, Sra. Vice-Presidente. Obrigada.

Sra. Secretária, por que razão não cumpriu o anunciado, continuando a dificultar a vida dos empresários e a deixar a ilha de São Miguel, também aqui, para trás?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo a palavra à Sra. Secretária Regional para responder. Dispõe de cinco minutos.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, colocou aí duas questões. A primeira, quero esclarecer, o reperfilamento do cais -10 ficou concluído no dia 29 de julho de 2022. Por muito que isso lhe custe, por muito que custe à sua bancada, ficou completo no dia 29 de julho de 2022.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Não são as redes técnicas, de que falava a Sra. Deputada, que estão a levantar constrangimentos ou a colocar constrangimentos ao Porto de Ponta Delgada. Não são as redes técnicas. O reperfilamento do cais -10 está concluído desde o dia 29 de julho de 2022. E nunca ninguém conseguiu contestar isso. Bem tentaram. E a senhora voltou agora ao assunto. Portanto, já está a saber, 29 de julho de 2022. Está concluído, concluídíssimo.

Os constrangimentos no Porto de Ponta Delgada não têm nada a ver com as redes

técnicas nem com o reperfilamento do porto, que é outra empreitada. Os constrangimentos do Porto de Ponta Delgada têm a ver fundamentalmente com, primeiro, o crescimento do movimento do porto, que cresceu mais de 24%.

Deputado João Vasco Costa (PS): Que estudo é que foi?

A Oradora: 24% cresceu o Porto de Ponta Delgada, dados estatísticos do porto, crescimento da movimentação do porto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Segunda razão: equipamentos completamente obsoletos, que os senhores deixaram lá. Completamente obsoletos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O Porto de Ponta Delgada tem uma grua em operação de 2001, 22 anos tem essa grua. Tem uma segunda grua em operação de 2012, 10 anos. São essas duas gruas que fazem todo o serviço do movimento do Porto de Ponta Delgada, completamente obsoletas, sem sobresselentes. Cada vez que é preciso mandar vir, espera-se imenso tempo. E que até já se conseguiu que algumas oficinas em Ponta Delgada fizessem peças sobresselentes, porque muitas delas já nem se fabricam. Foi isso que os senhores deixaram.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Isto é que é o grande constrangimento do Porto de Ponta Delgada, o grande constrangimento: o crescimento do movimento e estes equipamentos desta

maneira. Isto tem que ser dito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o rebocador?

A Oradora: Porque os nossos empresários sabem isso. Não pensem que eu estou a dar novidade nenhuma aos empresários. Ou julga que eles, quando têm um constrangimento, vão ligar para si? Eles ligam é para mim! Eu sei e eles também sabem onde é que estão as dificuldades e quem é que deixou essas dificuldades. Porque não pode haver desinvestimento!

E eu quero, agora, aqui, perguntar aos Srs. Deputados de Ponta Delgada, aos Srs. Deputados de São Miguel, se acham que os Srs. Deputados do Partido Socialista preservaram e mantiveram o equipamento do Porto de Ponta Delgada, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... porque toda a gente de São Miguel sabe que o Porto de Ponta Delgada foi votado ao abandono e ao desinvestimento por parte dos governos do Partido Socialista. Esta é que é a realidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: E, portanto, mas como nós não estamos aqui só para falar do passado, nós estamos aqui para falar daquilo que está a ser feito, eu queria desde já afirmar que já está encomendada uma grua de 100 toneladas para Ponta Delgada, mais uma de 100 toneladas para a Praia da Vitória, mais uma grua automóvel de 80 a 100 para o Porto da Horta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Porque é preciso investir na capacidade quando se quer atividade económica. E para se ter atividade económica, obviamente, aí eu estou de acordo consigo, o porto tem que funcionar, o porto tem que ter condições e todo o seu apetrechamento tem que estar compatível com o serviço que é esperado. Mas agora é que está encomendado. E as gruas não se fabricam nem se compram no supermercado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Quando é que encomendou?

A Oradora: Vamos entregar no final deste ano ou no princípio do ano que vem, principalmente a Ponta Delgada, que foi a primeira a ser lançada a concurso.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, é neste pé que estamos.

Mas, além disso, temos um rebocador em construção, como sabe, o rebocador “Açor”. E temos previsto uma lancha nova de pilotos para Ponta Delgada. Foram já entregues dois empilhadores *Reachstacker* de 45 toneladas. Já foram entregues. Neste momento, prevê-se entregar até ao final do ano quatro empilhadores, dois para Ponta Delgada, de 3,5 toneladas. Uma bomba de dragagem para a Madalena.

Presidente: Sra. Secretária, peço que termine.

A Oradora: É só para terminar isto. Um empilhador telescópico rotativo para Ponta Delgada, até ao final do ano. A grua, que já referi. E, portanto, estamos a apetrechar o Porto de Ponta Delgada para responder às suas necessidades. É isto que nos compete. É isto que estamos a fazer. Mas não podemos deixar de sublinhar a forma como o porto estava antes apetrechado.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por deixar uma nota positiva à iniciativa da Iniciativa Liberal em ter trazido uma sessão de perguntas sobre a ilha de São Miguel, tal como tem trazido sobre outras ilhas.

É verdade que São Miguel tem 60% da população dos Açores, tem cerca de 60% do PIB dos Açores. Apesar disso, é uma ilha que tem problemas sociais, que já foram aqui debatidos. Têm problemas nos resultados da educação, cuja média é inferior à média da Região, ainda que assimetricamente dentro da ilha. Tem problemas de toxicodependência, que já foram aqui tratados. Mas é evidente que é uma ilha que tem uma importância fundamental na Região por aquilo que pesa na economia da Região.

A ilha, também, por outro lado, tem pontos fortes e tem pontos fracos. Tem pontos fortes associados à sua dimensão, associados às economias de escala, nomeadamente aquilo que é o eixo Ponta Delgada, Capelas, Ribeira Grande, Lagoa, Ponta Delgada, no qual vivem cerca de 100 mil habitantes e que representa cerca de 40% da população dos Açores. E isto, naturalmente, constituiu uma mais-valia da ilha.

No conjunto dos problemas da ilha, a Sra. Deputada Sandra Faria trouxe a questão, que tem sido pertinente, do Porto de Ponta Delgada. E tenho que fazer aqui um aparte: aquilo que eram as preocupações do Governo Socialista, nomeadamente em 2020, com a adjudicação da obra, aquilo que foi a declaração da Secretária, na altura, com a tutela das obras públicas é que as obras concretizadas em 29 de julho resolviam todos os problemas do Porto de Ponta Delgada nos próximos 10, 15 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Esqueceu-se de dizer na altura que o porto precisava de equipamento, como já foi dito pela Sra. Secretária.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é que era visão!

O Orador: E, portanto, não passava apenas de uma mera notícia, esquecendo-se de uma parte essencial do problema que está por resolver.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas a minha questão prende-se sobretudo com o futuro do porto. Há um conjunto de problemas que estão identificados, que têm a ver com o aumento do movimento, têm a ver com a falta de equipamento. Mas nós temos que pensar no Porto de Ponta Delgada, não para os próximos 10, 15 anos, mas para os próximos 20 ou 30 anos, naquilo que é a expectativa de crescimento da procura, naquilo que é a importância do porto relativamente à ilha de São Miguel e, sobretudo, também, naquilo que é a evolução dos navios que atravessam o Atlântico e que são potenciais navios com destino a Ponta Delgada, criando também melhores economias de escala e servindo melhor em termos de preço aquilo que é o abastecimento aos Açores e neste caso a São Miguel.

E a pergunta que deixo à Sra. Secretária é: para além das medidas que já anunciou, de melhoria do equipamento, que outras medidas são possíveis introduzir no curto prazo, no sentido de melhorar a operação do Porto de Ponta Delgada?

E, sobretudo, numa perspetiva de médio e longo prazo, se o Governo está disponível para a realização, naturalmente, de um estudo estratégico relativamente ao Porto de Ponta Delgada, no qual seja equacionado, também, eventualmente, a inclusão de um segundo molhe.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Secretária para responder.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Viveiros, naturalmente que o Porto de Ponta Delgada vai ter que ter um plano operacional. O último que nós encontramos é de 2003 e foi realizado ainda pela Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada. 2003.

E, portanto, faz todo o sentido, face ao crescimento do movimento do porto, face à dinâmica normal dos transportes internacionais, regionais e nacionais e o estudo que está a ser realizado, face a toda esta situação que agora se está a viver, que se faça uma perspetiva do que deverão ser os nossos portos, não apenas o Porto de Ponta Delgada, os nossos portos, num período de 10 a 20 anos. Faz sentido.

Claro que a Portos fará cada um individualmente. Mas o Porto de Ponta Delgada, dada a sua dimensão, dada a sua função de principal porto abastecedor da Região Autónoma dos Açores, é o principal abastecedor, porque abastece as empresas que estão sediadas em São Miguel.

Nós gostaríamos, como às vezes eu ouço e leio, seria interessante que os movimentos passassem por um porto ou por outro porto. Aquilo que é possível sem qualquer tipo de constrangimentos, muito bem. Agora, os navios que vêm dedicados a empresas que estão sediadas em São Miguel, isso é um problema privado e das empresas. E são eles que contratam e fazem como bem entendem. Não há aqui decisões administrativas nem decisões da Secretária para o funcionamento da economia. Ela funciona como tem que funcionar.

E, portanto, tendo em conta tudo isso, é natural que se faça um plano operacional, um plano diretor para o Porto de Ponta Delgada. Um plano operacional também vai ter que ser feito, porque é necessário, para já, independentemente do plano

diretor a médio e longo prazo, que haja um plano operacional de curto prazo para o funcionamento.

E aproveito para dizer que esse plano operacional vai ter que reconsiderar a revisão do regulamento e das prioridades de atracagem, porque as prioridades de atracagem hoje não são compatíveis com o tipo de movimento que já se faz, uma vez que temos sido muito procurados por cruzeiros e o regulamento atual dá prioridade aos navios de passageiros. Portanto, isto vai ter que ser alterado de maneira a criar uma quota para uns e para outros e rever todo o regulamento. Essa é a questão que se coloca neste momento.

A médio e a longo prazo, vai ter que haver um plano diretor municipal. Em relação àquilo que vão ser as soluções desse plano diretor municipal, em função dos graneis, etc., pois, será aquilo que tiver que ser e aquilo a que os estudos e os trabalhos conduzirem. Uma coisa é certa, nós temos ainda grande capacidade para otimizar a operação no Porto de Ponta Delgada. Com o reperfilamento do cais - 10, que foi concluído em julho de 2022, com um melhor apetrechamento do porto, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ora, aí está! Devia ter começado por aí!

A Oradora: ... com a alteração do regulamento, como eu referi, e eventualmente com a alteração da estiva de 24 horas sobre 7, com tudo isso, podemos fazer uma grande otimização do Porto de Ponta Delgada. De qualquer modo, isso não impede que se pense a longo prazo e que haja um plano operacional para o Porto de Ponta Delgada, tendo em conta as perspetivas de crescimento do movimento daquele porto.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está agora inscrito o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A indústria de cruzeiros, de lazer ou de expedição, tem cada vez mais expressão como fator de desenvolvimento regional. Tornou-se numa fonte de receita muito importante para as comunidades, funcionando como um catalisador, na medida em que fomenta a criação de novas empresas, empregos e novos setores económicos.

Trazem benefícios económicos de várias ordens, nomeadamente: as taxas portuárias cobradas pelo número de passageiros desembarcados e pela arqueação bruta do navio; os consumos dos passageiros que vão a terra e que procuram expedições turísticas, refeições típicas e levam consigo lembranças e produtos locais; assim como é pertinente salientar o desembarque dos tripulantes dos navios, na medida em que este número é relevante e, obviamente, também são consumidores.

Tudo isto é um sinal evidente de que muito já foi feito em relação ao turismo dos Açores, no entanto, naturalmente, há ainda muito a fazer e uma das alavancas mais importantes são as empresas privadas, que precisam de dados favoráveis de fluxos turísticos de passageiros desembarcados na região, possibilitando desta forma um estudo que defina a sua estratégia com vista a rentabilização do seu negócio.

Sendo assim, pergunto à Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:

O que é que o Governo Regional perspetiva em relação ao número de escalas de cruzeiros em Ponta Delgada, a curto e médio prazo?

E por ser um tema abrangente – e penso que o Sr. Deputado Nuno Barata não se importará de me dar esta latitude –, questiono-lhe se poderia partilhar com esta

Câmara uma breve síntese sobre este tema tão importante.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Secretária para responder. Dispõe de cinco minutos.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Gustavo, queria agradecer a pergunta e, mais do que perspetivar a médio e a longo prazo, posso-lhe dizer quais foram os números do ano passado. Portanto, em 2022, nós tivemos 200 escalas de cruzeiros. E, dentro dessas escalas, seis foram em *turnaround*, o que significa que deixa muito mais valor acrescentado, porque os passageiros vêm de avião, tomam aqui o cruzeiro, fazem o cruzeiro e podem voltar por cá ou não. Mas, de qualquer maneira, têm uma estadia muito mais prolongada e deixa muito mais valor acrescentado na Região. E, portanto, passam cá mais alguns dias.

Isto para dizer que estes 200 cruzeiros que escalaram o Porto de Ponta Delgada, e já neste trimestre tivemos exatamente um número idêntico à escala, ou seja, um quarto disso, significam – de acordo com o estudo que o Porto de Lisboa fez para os cruzeiros, cada passageiro deixa cerca de 85 euros cada vez que desembarca num porto nacional, isso foi um estudo feito pelo Porto de Lisboa, como eu dizia –, mesmo que aqui não fiquem os 85 euros, se for 85 euros, 200 cruzeiros, nós estamos a falar de 34 milhões de euros. 200 cruzeiros vezes cerca de 2000 passageiros cada um, deixa cerca de 34 milhões de euros. Mesmo que seja um pouco menos, nós estamos a falar de um valor muito significativo de receita anual

dos cruzeiros para o Porto de Ponta Delgada. Estou a falar de receita direta para o porto e receita indireta na economia da Região.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é receita indireta, Sra. Secretária!

A Oradora: Direta para o porto porque pagam taxas.

Deputado Carlos Silva (PS): São 85 euros que a senhora está a dizer?

A Oradora: A partir daí, já se verifica, mantendo este ritmo, e nada nos diz que não será mantido, porque, efetivamente, já o primeiro trimestre leva exatamente um conjunto de escalas em linha com aquilo que foram as escalas de 2022, nós podemos prever que nos vamos manter na rota dos cruzeiros internacionais com este movimento que eu aqui referi.

Muito obrigada.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu volto à questão da mobilidade e do transporte coletivo. São evidentemente precisos estudos para muitos assuntos. Mas esta resposta do “está em estudo, aguarda o estudo” adia sempre a resposta, e a responsabilidade!, políticas para as calendas. Há um trabalho político, não é técnico, que é o da definição das políticas, das políticas!, a serem seguidas pelo Governo Regional. Qual é a política deste Governo em matéria de transportes terrestres? Qual é o papel que o Governo Regional entende dever ser cumprido pelo transporte coletivo no cumprimento do direito à mobilidade da população e, já agora, também, quanto à sustentabilidade

ambiental dessa mobilidade?

O modelo de exploração e o conjunto de concessões do transporte coletivo terrestre em São Miguel datam do século passado. Três concessionários com zonas divididas a esquadro respondem a cadernos de encargos de há décadas, de costas voltadas entre si, sobrepondo oferta em alguns trajetos e horários e não conseguindo fornecer resposta articulada às necessidades de muitos utentes – para dar um exemplo, a deslocação em autocarro entre a Lagoa e a Ribeira Grande obriga a um transbordo em Ponta Delgada, que não só aumenta em muito o tempo total da viagem como a encarece substancialmente. Mesmo com passes, e neste caso serão dois passes porque os sistemas tarifários são parcelares, não integrados e válidos apenas por percurso, uma viagem diária como esta representa ao fim do mês uma despesa de cerca de 100 euros. Há ofertas de emprego que ficam por ocupar por quem, não tendo emprego, também não tem carro próprio nem transporte público que sirva as suas necessidades.

A sustentabilidade ambiental dos Açores e a qualidade de vida dos seus habitantes passa também pelo direito à mobilidade, acessível e ela própria sustentável.

Que ações prevê o Governo Regional para constituir o transporte coletivo como alternativa viável ao automóvel individual, com a oferta integrada de um serviço público, com qualidade e a preço acessível para todos?

Pretende o Governo Regional criar um plano integrado de transporte coletivo, nomeadamente para a ilha de São Miguel? Se sim, para entrar em vigor quando?

Reconhece o Governo a necessidade de melhorar o serviço de transporte coletivo terrestre, promovendo a igualdade social na mobilidade bem como a gestão inteligente e sustentável dos recursos e do ambiente?

Por último, está o Governo disponível para rever e ampliar o modelo existente de passes mensais de mobilidade, de forma a torná-los mais abrangentes, económicos e atrativos?

A Sra. Secretária Regional falou ainda há pouco no passe social que foi criado. E

eu lembro que isto não é uma medida de promoção do transporte público, como nós desejaríamos que fosse, é um remendo para quem tem menos possibilidades de comprar, um remendo que foi apresentado ao mesmo tempo em que, ...

Presidente: Sra. Deputada, peço que termine.

A Oradora: ... para uma quantidade de passageiros, o valor do transporte aumentou em 5%.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária para responder. Dispõe de cinco minutos.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Vera Pires, nós, há bem pouco tempo, estivemos nesta Casa a fazer essa discussão, a discussão de um diploma que o Bloco de Esquerda trouxe aqui e que por acaso já era um diploma recauchutado de 2014.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não, não!

A Oradora: E fizemos essa discussão. Portanto, nós vamos falar exatamente daquilo que falámos há algum tempo atrás.

Deputada Vera Pires (*BE*): A senhora enganou-se na casa, não foi nesta!

A Oradora: E a Sra. Deputada, quando faz todas as considerações, até fazer o conjunto de perguntas que fez, está exatamente a dar-me razão. Há um conjunto de situações que têm que ser estudadas, trabalhadas, para podermos ter uma oferta e uma solução adequada e que responda a esses problemas que levantou. Portanto, está-me a dar razão, que não há forma de responder a esses problemas que levantou senão através de um estudo, de uma matriz de percursos que responda a essas situações.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Deputada Vera Pires (*BE*): Voltamos aos estudos técnicos!

Deputado Berto Messias (PS): Mais um estudo!

A Oradora: Se fosse fácil, já a senhora tinha proposto no seu diploma. E não propôs. E, portanto, essas situações têm que ser trabalhadas, têm que ser resolvidas, mas têm que ter por base um estudo, como eu aqui referi, que vai ser desenvolvido. Estamos neste momento a analisar as propostas, para entregar a uma empresa que faça esse trabalho. Concurso público. Portanto, estou-lhe a dizer já que isso é indispensável. E toda a sua argumentação vem exatamente a favor desta solução, porque não há outra maneira de o fazer. Não há outra maneira.

Podemos criar um passe gratuito, como nós criámos, podemos fazer mais uma coisa aqui, outra ali, todas elas ajudam a prestar um melhor serviço ao ir ao encontro de necessidades concretas das pessoas, mas não vamos resolver o conjunto, como pretende e como nós também pretendemos, se não houver esse trabalho de base feito.

E esse trabalho tem que conduzir a uma nova matriz de percursos, como eu aqui referi, à bilhética, porque sem a bilhética não se consegue ter aquilo que referiu, um plano integrado de transportes para toda a ilha, com três operadores distintos. Se se mantiverem esses, porque, depois, tem que ser aberto um concurso, mas partindo do princípio que eles continuam cá, como são empresas regionais, naturalmente, irão concorrer, mas ganhando ou não, tem que se colocar no caderno de encargos de prestação de serviços a necessidade de bilhética, porque só assim é que se consegue ter um plano integrado de transportes, onde as pessoas consigam, qualquer que seja a empresa que utilizem, poder ter acesso ao mesmo bilhete, ao mesmo valor e ter um serviço completo.

Estamos de acordo nos objetivos. O caminho para chegar lá não é um caminho fácil, porque, se fosse fácil, já estava feito há muito tempo, porque, como disse e bem, isto já vem do século passado. Com mais um contrato para o serviço noturno, com mais um contrato para o serviço de fim de semana, com mais os estudantes e o transporte de alunos, tudo o resto já vem do século passado. Estou de acordo

consigo. Agora, para sairmos do século passado, não se dá um salto no escuro, precisamos de um trabalho que nos conduza aos dias de hoje. É isso que está a ser feito, porque tem que ser um trabalho sério e sustentado.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Vera Pires, pede a palavra para...

Deputada Vera Pires (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, a interpelação é no sentido de, para além de notar a deselegância da forma como apelidou o projeto, legítimo, do Bloco de Esquerda, que não é recauchutado, é tão legítimo como qualquer projeto ou proposta apresentados por qualquer força política nesta Casa...

Presidente: Sra. Deputada, a interpelação é à Mesa. Peço que se dirija à Mesa.

A Oradora: É para a Mesa fazer chegar à Sra. Secretária esta interpelação.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O essencial desta interpelação é que a Sra. Secretária se enganou na casa. E, portanto, como a Mesa conseguirá confirmar, o projeto do Bloco de Esquerda não foi discutido nesta Casa, está em apreciação ainda em comissão. E, portanto, não são verdadeiras nem corretas as palavras ...

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: ... com que a Sra. Secretária começou a sua intervenção.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): É a arrogância endémica da Sra. Secretária!

Presidente: Está registada a sua interpelação, Sra. Deputada.

A próxima inscrição é do Sr. Deputado Rui Martins, para uma questão.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo começar esta intervenção dizendo, Sr. Deputado Nuno Barata, que jamais teria a ousadia de dizer aqui ou em qualquer lugar que sou o maior ou mais defensor da ilha do Faial do que qualquer um dos meus conterrâneos que foi eleito diretamente por esta ilha, que eu até nem fui. Jamais teria essa ousadia.

Da mesma maneira que não são só os que foram eleitos por aqui, qualquer um dos deputados que foi eleito por qualquer uma das ilhas, eu tenho a certeza de que estão aqui com a responsabilidade de tomar as decisões que são, na sua consciência, melhores para a Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Estão aqui todos para defender a Região, um arquipélago e não a ilha A ou B. E ninguém está aqui a apoucar a ilha A ou a agigantar a ilha B.

Presidente: Sr. Deputado, peço que coloque a questão.

O Orador: E coloco a questão, Sra. Presidente. Mas, quando há referências, também temos que falar.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não fiz referência nenhuma!

O Orador: E também a Sra. Presidente vai-me permitir. Obviamente, eu defendo a unidade regional, a solidariedade regional. E a solidariedade regional não a podemos exigir à República quando dentro de portas não se pratica.

Deputado Nuno Barata (IL): Não podia fazer uma sessão de perguntas sobre São Miguel! Podia ser qualquer ilha, menos São Miguel!

Presidente: Sr. Deputado, peço que coloque a questão.

O Orador: E coloco, coloco, Sra. Presidente.

Até porque estamos, aqui, hoje à tarde, ainda, a debater numa sessão de perguntas sobre a ilha de São Miguel e relembro que, no plenário passado, sobre a ilha do Faial, o debate acabou à uma da tarde, independentemente de haver mais uma hora de debate.

E, então, eu devo dizer uma coisa: Sra. Secretária, vou-me dirigir à Sra. Secretária...

(Burburinho)

Presidente: Srs. Deputados, peço que reúnam as condições para o Sr. Deputado Rui Martins colocar a questão. Muito obrigada.

O Orador: Sra. Secretária das Infraestruturas, vou-lhe perguntar relativamente ao cais NATO do Porto de Ponta Delgada e pelo facto de ele estar parcialmente inoperacional. E porque é que eu falo no cais NATO? O cais NATO não é, obviamente, uma responsabilidade direta do Governo Regional, mas, ainda a 25 de fevereiro de 2023, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Mais uma pergunta que já devia ter sido respondida!

O Orador: ... tenho uma notícia do Diário dos Açores que fala no cais NATO do Porto de Ponta Delgada estar parcialmente inoperacional. E qual é que é a importância desta inoperacionalidade? Dificulta e, em alguns casos, impossibilita a movimentação de máquinas, como gruas, por exemplo.

E refira-se que uma das últimas avarias verificadas numa das gruas que estava inoperacional à altura foi a quebra de um eixo ao passar no referido desnível/rampa existente neste cais NATO.

E esta inoperacionalidade parcial está a criar uma dificuldade e uma limitação à

normal operação no principal porto dos Açores. E isto é algo que é por demais importante para nós não falarmos aqui.

E, então, relembro ou também trago à colação uma Resolução do Conselho de Ministros, de 6 de setembro 2021, a Resolução n.º 125, que tem aqui na sua resolução o ponto 1, que é: “Autorizar a realização da despesa até ao montante máximo de 14 253 000 euros, dos seguintes projetos enquadrados no NATO Security Investment Programme (...)” E a primeira alínea é exatamente executar o cais de Ponta Delgada. O segundo ponto desta resolução aprova a repartição plurianual das despesas. E o terceiro ponto determina que os encargos orçamentais decorrentes da presente resolução são integralmente suportados através do Fundo Comum da OTAN, ou seja, da NATO.

Presidente: Sr. Deputado, peço que conclua.

O Orador: E tem, então, depois, aqui, um quadro em que logo na primeira alínea tem: reparação do cais NATO de Ponta Delgada, com uma verba para 2021 de 250 mil euros; para 2022, 2 400 000 euros; para 2023, 1 325 733 euros. Um valor que ascende praticamente a 4 000 000 de euros.

A pergunta que lhe faço... Obviamente, a obra não está executada. Supostamente, esta divisão de verbas vem desde 2021. E a última tranche seria este ano. A pergunta que faço, Sra. Secretária, é: se a Região tem conhecimento de quando é que esta obra... Se já foi lançada, onde é que se executou esta verba? Ou se alguma vez esta verba foi transferida para a Região, ...

Presidente: Sr. Deputado, peço que concretize.

O Orador: ... para que pudesse ser levada a cabo (e termino já, Sra. Presidente) esta intervenção, que é, como disse ao início, por demais importante e é uma limitação demasiado grave para a normal operação do maior porto da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, pede a palavra para...

Deputado Nuno Barata (IL): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para a Mesa esclarecer se a decisão de terminar o debate sobre a ilha do Faial à uma da tarde, na sessão plenária passada, não foi uma decisão unânime da Conferência de Líderes, na qual V. Exa. estava presente.

Presidente: Posso prestar o esclarecimento. Efetivamente, os trabalhos terminaram à uma da tarde por deliberação unânime da Conferência de Líderes.

Uma interpelação, Sr. Deputado? Tem a palavra.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Apenas para dizer que, obviamente, por questões pessoais, não me foi possível estar no último plenário.

Só para referir que, independente daquilo que são as decisões da conferência de líderes, que são soberanas, e não estou a contestar, mas, obviamente, enquanto faialense, cumpria-me fazer este registo, de que na sessão de perguntas referentes à minha ilha não foi, efetivamente, usado o mesmo critério que está a ser usado agora. É só, única e exclusivamente.

Muito obrigado.

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Deputado Nuno Barata (IL): Qual interpelação?

Deputado Berto Messias (PS): O que se conclui daqui é que o CDS está todo perdido!

Presidente: Vamos dar continuidade aos trabalhos.

Para responder, passo a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, Sr. Deputado Rui Martins, há 210 metros de cais NATO em Ponta Delgada, que está com grandes dificuldades de operação por força, exatamente, como disse, do pavimento.

E corresponde à verdade que há uma diferença substancial de quota entre o reperfilamento do cais -10 e o cais NATO. E essa diferença provocou uma das avarias de uma das gruas, que teve exatamente a ver com essa diferença de quota no pavimento entre o cais -10 e o cais NATO.

Relativamente às obras, não temos conhecimento do que se possa estar a passar. Essas obras terão que ser feitas pelo Ministério da Defesa, ou seja, pelo Governo da República. Até agora, não se tem conhecimento de nada, mas também já não é novidade, porque já se percebeu que, desde as OSP, as transferências para o “Lorenzo” e todas as outras situações em que nós contamos com a solidariedade do Governo da República, nada chegou, nada chega. E continuamos a aguardar. Isto é bem mais antigo. É mais uma a juntar a todas essas que nós, infelizmente, estamos a sofrer de falta de solidariedade do Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sempre muito cordiais, dizem que sim a tudo, mas, quando chega a hora, não se concretiza nada.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Tenho agora inscrito o Sr. Deputado José Pacheco. Passo a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Este dossier esteve na sua gaveta quando a senhora foi Secretária de Estado da Defesa!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Em 2021!

Deputado Berto Messias (PS): Ficou na gaveta!

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me, Sra. Presidente, se o Sr. Deputado Berto Messias assim o deixar, eu gostaria de dizer o seguinte:

Deputado Berto Messias (PS): Peço desculpa.

O Orador: Nasci na freguesia de São Roque, resido na freguesia da Ribeira Chã. Ou seja, sou micalense, sou de São Miguel. No dia em que fui eleito, não fui eleito como deputado de São Miguel nem da compensação, fui eleito como deputado dos Açores. É assim que a lei diz. Ou seja, nós estamos aqui, somos deputados de todas as ilhas.

Mas também quero dizer que o facto de residir numa ilha, não importa se é maior ou não, eu não posso excluir e não posso ignorar aquilo que me rodeia, aquilo que as pessoas me dizem e aquilo que me vêm dizer todos os dias. E é assim que deve ser. Não há aqui... Não se pode querer agradar a todos.

E esta coisa de compensar, às vezes, eu vou defender mais aquela ilha para não dizerem que eu sou bairrista e estou a defender a minha, eu nunca concordei com isso. Devemos defender as ilhas com justiça e com igualdade. É para isso que fomos eleitos. É para isso que aqui estamos. Gostem ou não, é assim que o sistema funciona. É assim a lei que existe.

Quanto a transportes e quanto a barcos, olha, de barcos só conheço mesmo o “São Macaio” e esse já deu à costa.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): O resto são navios!

O Orador: Eu gostaria muito de falar de uma coisa e colocar a questão à Sra. Secretária, de transportes e comunicações, dentro da ilha de São Miguel, porque é isto que está aqui em discussão, mas que também podíamos falar da ilha Terceira, a estrada que vai de Angra à Praia da Vitória, que é ver cada buraco que lá está, que é uma pouca-vergonha para a Região. E nada foi feito. Os buracos não apareceram ontem, os buracos já lá estão há muito tempo.

Mas vamos falar de São Miguel, que, realmente, tem nalguns casos algumas acessibilidades, algumas estradas que, sim, senhor, de uma visão ou outra, podem melhorar a vida das pessoas. Por exemplo, temos uma via rápida que vai até ao Nordeste, que melhorou muito a vida das pessoas da Vila do Nordeste, prejudicando fortemente todas as freguesias que atravessam o concelho do Nordeste.

Agora, o que é que nos falta? Falta-nos a décima ilha, que antigamente era o Nordeste e que atualmente é o concelho da Povoação. Nós sabemos que, apressadamente, em 2020, o PS apareceu com uma estrada ali mal-amanhada, meio feita à pressa, um projeto que teve que andar ali às cabeçadas, contra até a vontade da população. A verdade é que o projeto já está em andamento, já há um investimento, que já não se pode recuar.

Deputado Flávio Soares (PSD): O Sr. Deputado Vasco Cordeiro é que tinha a solução!

O Orador: E estamos a falar da ligação até ao final das Furnas. Agora, o que liga mesmo à Povoação, que é aquela estrada que é difícil de percorrer entre as Furnas e a Povoação, esta é que é a grande questão. E é a questão que os povoacenses constantemente ligam. Quando é que há... Nós não estamos aqui a falar de uma via rápida. Estamos a falar de melhorar uma estrada que, infelizmente, até já teve alguns momentos trágicos.

E a pergunta que coloco, Sra. Secretária, é: para quando o melhoramento desta estrada que vai ligar neste caso Vila Franca até à Povoação?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Secretária para responder.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado José Pacheco, a questão que coloca é da maior pertinência, sem dúvida nenhuma. Eu sou a primeira a concordar que a Povoação ficou esquecida. A Povoação ficou isolada do resto da ilha de São Miguel, depois das vias, conhecidas por SCUT, realizadas em São Miguel pelo Governo anterior.

E tem que se dizer também o que o Governo fez e o que deixou por fazer. Mas fez. E isso melhorou muito as acessibilidades dentro da ilha de São Miguel.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

A Oradora: É evidente que agora temos uma fatura grande que temos que pagar, já pagávamos e nós continuamos a pagar, que são custos fixos muito significativos para o orçamento da Região. Mas também é verdade que as pessoas já estão a usufruir desse bem-estar, dessa melhoria da acessibilidade, de uma melhor qualidade de vida em geral.

E, portanto, na mesma lógica, poderemos equacionar a médio prazo uma ligação até à Povoação que satisfaça os mesmos parâmetros de qualidade das outras vias, tendo em conta a orografia e as circunstâncias particulares da distância que medeia as Furnas ou Vila Franca à Povoação.

Contudo, já está a ser feito o primeiro lanço dessa estrada, que é mais uma variante às Furnas, mas que não deixa de ser o primeiro lanço de um projeto mais alargado até às Furnas. Esse lanço está a ser financiado pelo PRR.

Poderia ter havido muitas alternativas de aplicação das verbas do PRR. E para a

Povoação podia ter sido uma delas, mas não foi essa a opção do Governo anterior. E eu também não vou discutir isso, porque tudo o que está a ser feito também tem as suas vantagens e também cumpre os seus objetivos.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual foi a opção do seu Governo?

A Oradora: E, portanto, neste momento, em São Miguel, nós temos, ao abrigo do PRR, essa variante às Furnas que eu falei, que é o primeiro lanço Furnas-Povoação. Tem uma pequena variante em São Roque, que já está concluída.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores deviam ter alterado o PRR, Sra. Secretária!

A Oradora: Temos uma variante às Sete Cidades, que é a Portal do Vento. E temos para executar ainda a variante às Capelas, para o lado norte da ilha.

Isto são, neste momento, as nossas prioridades. O Governo Regional tem, em todas as ilhas, com exceção de Flores e Corvo, variantes e estradas candidatas e aprovadas pelo PRR. Tem marcos e metas para cumprir. Tem que estar executado até 2026, o mais tardar.

Deputado Berto Messias (PS): Se não faz, é culpa do Governo do PS. Se faz, é graças a este Governo.

A Oradora: E, portanto, estamos concentrados nessas obras. Estamos concentrados em cumprir esses métodos, marcos e esses objetivos. E estamos a fazê-lo. E é, neste momento, essa a nossa prioridade.

Em relação à Povoação, voltando ao que disse no início, é um objetivo, vamos planear a médio prazo, porque é efetivamente uma obra que poderia já estar em execução. Mas, não estando e tendo estas todas entre mãos, temos que planear essa para médio prazo. Mas vamos planear.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

De momento, não tenho mais nenhuma inscrição. Pergunto ao Sr. Deputado Pedro Neves se se quer inscrever. Muito bem. Já foi inscrito alguém do Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

O Sr. Deputado da Iniciativa Liberal quer passar então... Vamos passar para o terceiro objeto desta sessão de perguntas, que versa sobre o tema: desenvolvimento económico e sustentabilidade.

Para tal, passo a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para colocar a questão.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural estava ali impaciente desde manhã, ávido de falar. E eu não iria permitir que essa sessão de perguntas passasse sem que V. Exa. tivesse a oportunidade de responder pelo menos a uma pergunta.

Deputado Pedro Neves (PAN): Só tem 20 minutos.

O Orador: É por só haver 20 minutos que eu arrisco, senão era um perigo.

Sr. Secretário Regional, numa exploração agrícola, e não só, mas em especial numa exploração agrícola, as pragas constituem uma ameaça enorme à atividade económica.

E nós vamos entrar numa fase relevante das sementeiras, vamos passar o verão, vamos entrar depois nas colheitas do milho. E há uma comissão que foi criada nesta Região – Comissão de Gestão Integrada de Pragas – que se dedica essencialmente aos roedores, apesar de haver outras e que constituem também perigo para a saúde pública, como as gaivotas, outras que constituem perigo para a economia e para as culturas, como agora a nova rola-turca, enfim... Mas vamos centrar nos roedores. Esta Comissão de Gestão Integrada de Pragas foi criada em 2011 e reuniu pela última vez em janeiro de 2019.

Trata-se, obviamente, de um problema de saúde pública. E a Iniciativa Liberal gostava de saber o que é que está planeado em termos de combate integrado às pragas, nomeadamente roedores, que têm destruído não só culturas, como invadido explorações agrícolas e zonas urbanas bastante próximas de zonas agrícolas.

O que nós sabemos pelas visitas que fizemos a algumas juntas de freguesia é que foi distribuído rodenticida, mas não é feita uma gestão integrada dessa distribuição, não é feito um acompanhamento e a sua utilização não é adequada. Porque é que a comissão não reúne desde 2019? E porque é que essa gestão integrada de roedores não está a ser levada a efeito?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Secretário do Desenvolvimento Rural. Dispõe de cinco minutos para esclarecimentos.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Deputado Nuno Barata, pela oportunidade de, uma vez mais, falarmos sobre essa questão, sobre esta atividade económica tão importante para os Açores. É um assunto também tão importante, que tem a ver com pragas. Pragas que não se limitam só aos roedores, mas também à rola-turca e ao pombo-torcaz.

Deputado Nuno Barata (*IL*): Não são pragas! Algum dia vão ser, mas ainda não são!

O Orador: Obviamente, como sabem, essas últimas duas espécies são protegidas, mas devido à sua exponencial multiplicação estão-se a tornar uma praga, designadamente nesta altura de sementeiras.

Quer a Secretaria da Agricultura, quer a Secretaria do Ambiente e das Alterações Climáticas, estamos numa ação conjunta relativamente a essas últimas duas para

haver um controlo populacional. Em breve, iremos remeter à Comissão Europeia uma necessidade de diminuir o número dessas espécies, uma vez que já há um controlo que, efetivamente, está fora daquilo que é a normal quantidade dessas espécies na Região Autónoma dos Açores, com consequências ao nível do rendimento dos agricultores, designadamente na altura das sementeiras, mas também em toda a alimentação que é dada aos animais. E elas mesmo estão a competir com os animais de produção.

Relativamente aos roedores, dizer-vos que o combate aos roedores é algo que preocupa o Governo dos Açores. Tem várias Secretarias interligadas no combate aos roedores, porque é um assunto, obviamente, em primeira instância, de saúde pública, mas também é um assunto que traz prejuízos económicos, designadamente à agropecuária.

Nesse sentido, para 2022... Aliás, em 2021 e 2022, duplicamos em 32% a quantidade de rodenticida distribuída na ilha de São Miguel. Ou seja, em 2019 e 2020, a quantidade cifrou-se nos 38 715 kg. E passamos para uma quantidade, em 2021 e 2022, de 51 405 kg. Ora, aumentamos, por esta via, o combate aos ratos. Bom, mas isso não é suficiente. Claro que não. É preciso, de facto, uma atuação interligada.

A comissão da qual se referiu está em revisão, porque são precisas uma melhor coordenação e uma melhor interligação, não só entre o Governo Regional, mas também com as autarquias, com as juntas de freguesia e com as associações de agricultores.

Fizemos uma experiência na ilha Graciosa, em que houve um combate interligado do Governo Regional com a câmara municipal e com as juntas de freguesia, que agora estamos a avaliar os resultados, para poder avançar para outras ilhas, ou seja, de uma forma que permita alguma prevenção relativamente a outros animais para não serem afetados, de uma forma que permita não contaminar o ambiente, mas também de uma forma que permita uma interligação alargada e uma frente

de combate aos ratos.

Ora, estamos a avaliar os resultados, resultados em termos ambientais, resultados para outras espécies e resultados económicos, para poder, de facto, avançar para outras ilhas.

De qualquer modo, a comissão está a ser revista, para que possamos ter um combate mais operacional, eficaz e eficiente.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alberto Ponte...

Peço desculpa. Pergunto ao Sr. Deputado Nuno Barata se quer utilizar a réplica.

Tem a palavra, Sr. Deputado. Peço desculpa.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, muito obrigado pelo seu esclarecimento, mas eu quase que fiquei na mesma. O senhor devia estar preparado para outras perguntas.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não, não.

O Orador: Eu, de facto, também sei que o senhor estava preparado para outras perguntas, por isso é que fiz essa. E, de facto, é lamentável, porque a distribuição de rodenticida indiscriminadamente pelas juntas de freguesia não resolve o problema.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não é indiscriminadamente!

O Orador: O problema tem que ser resolvido de uma forma integrada. E não é só com as juntas de freguesia, tem que envolver outras entidades. Daí eu ter feito a pergunta da Comissão de Gestão Integrada de Roedores, porque esta é que é, de facto, a questão. Porque é que, desde 2019, e o senhor já está no Governo desde 2020, o senhor até é daqueles que entrou com este Governo, tomou posse em novembro de 2020, porque é que até maio de 2023 ainda não houve uma revisão desta comissão e esta comissão ainda não reuniu? A questão era só essa.

O senhor pode-me dizer assim: até é política deste Governo, que não quer reunir essa comissão, que quer alterar essa comissão, que vai mudar todo o processo. Agora, não pode é dizer que, outra vez, é mais um estudo.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é estudo!

O Orador: Estamos outra vez aqui no ramerrão, a empurrar para a frente, com uma questão que ainda por cima é relevante.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não apoiado!

O Orador: Nós já discutimos aqui n questões de agricultura. Nós já discutimos aqui milhares de euros, milhões de euros, dos rateios, que o senhor gosta tanto de apelar, de tantas outras coisas, e que tem razão para dizer, mas, é um facto, isto ninguém sabe quanto é que custa à Região, ninguém sabe quanto é que custa aos agricultores e ninguém sabe quanto é que custa em vidas, porque já morreu gente nesta Região com leptospirose.

E eu já passei por esta Casa há 25 anos, fui deputado nesta Casa há 25 anos e já se falava desse assunto. E, portanto, as responsabilidades são bipartidas, são responsabilidades destes que lá estiveram há 20 anos, dos senhores que também lá estiveram há 20 anos, num outro passado, e dos senhores que já estão lá há dois anos e meio. E era essa resposta que eu queria. Eu queira que o senhor me dissesse concretamente que plano é este e o que é que vou fazer. Porque o senhor, há dois anos e meio, na Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, certamente,

já passou por ter ouvido agricultores a queixarem-se desse problema.

Eu vim há dias da Graciosa, e na Graciosa tive reclamações. Em São Miguel tive reclamações em todas as jutas de freguesia e em todas as explorações agrícolas por onde passei.

Aliás, basta atravessar os jardins da Delegação da Assembleia em Ponta Delgada, em plena cidade de Ponta Delgada, durante o fim da tarde e o início da noite, para perceber que é um problema que existe, inclusivamente no centro da cidade de Ponta Delgada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É assim em qualquer cidade!

O Orador: E estamos a falar de espécie rústica, não estou a falar de ratos urbanos.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Ah, esses são piores!

O Orador: E, portanto, é preciso o senhor perceber que este é um problema, de facto, que existe na Região e que tem que ter uma solução integrada de combate.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário para responder. Dispõe de três minutos.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O combate aos ratos falou-se, fala-se e vai-se continuar a falar. Não é uma praga fácil de combater. É preciso perceber essa situação. Porque há responsabilidade de todos os envolvidos. Basta alguém não ter a sua quota de responsabilidade naquilo que é a aplicação do rodenticida relativamente ao combate aos ratos, que eles continuam a multiplicar-se indiscriminadamente. E, portanto, basta alguém, basta um pormenor de falta de responsabilização para isto continuar.

Bom, o facto de a comissão não reunir, e o senhor que é contra a existência de comissões e de reuniões de comissões, isso não significa que não exista uma operacionalização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Pelo contrário, em todas as ilhas, em todos os concelhos, a Direção Regional de Agricultura tem operacionalizado um combate, com as juntas de freguesia, com a câmara municipal daquele concelho e com as associações agrícolas daquele mesmo concelho, ou seja, há um combate mais próximo e efetivo daquilo que é a necessidade.

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é bem assim!

O Orador: Ora, e se dúvidas houvesse, basta verificar que aumentamos a quantidade de rodenticida em 32%. E há duas entidades a distribuir: as juntas de freguesia e os serviços de desenvolvimento agrário em cada ilha.

E, portanto, o que é que falta aqui? Falta mais responsabilidade de todos os intervenientes. Basta a falta de aplicação de alguém para continuar a multiplicação.

Agora, o assunto dos ratos, nós podemos ter uma maior ou menor população relativamente ao número de ratos, mas os ratos vão sempre existir. É preciso ter essa consciência. E o combate aos ratos encontra, por vezes, muitas dificuldades ambientais de combate. É preciso também verificar isto, porque são cada vez mais as restrições no combate aos ratos, que podem afetar outras espécies animais.

E, portanto, tudo isto tem que ser feito com cautela, respeitando toda a legislação, quer europeia, quer nacional, quer regional, para não afetar outras espécies. E é esse cuidado que se está a ter, senão podíamos distribuir indiscriminadamente por todos os caminhos, por todas as canadas, por todas as pastagens o rodenticida. Não, mas isso irá afetar o ambiente, irá afetar outras espécies. E é esse cuidado que é preciso ter no combate aos ratos. E a responsabilização de todos neste mesmo combate. Tem que ser um combate localizado, tem que ser um combate onde se identifique onde efetivamente estão as zonas de alimentação dos ratos, para se poder combater. É preciso definir as zonas de perigo. E é isso também que se está a fazer, definir as zonas de multiplicação e de perigo.

Ora, não é algo fácil, mas é algo que eu tenho que conhecer que tem havido uma intervenção eficaz das associações agrícolas, das juntas de freguesia e dos serviços oficiais, naquilo que podem atuar.

Nós, desde logo, aumentamos em 32% aquilo que é a quantidade de rodenticida a distribuir pelas explorações agrícolas e por quem entender vir a levantar esse mesmo veneno de combate aos ratos.

Bom, fazemos o nosso papel. Mais do que comissões, que o senhor é contra as comissões, é a operacionalização no terreno de forma eficaz e eficiente, respeitando a legislação em vigor relativamente às questões ambientais e à questão de proteção de outras espécies.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo então, agora, sim, a palavra ao Sr. Deputado Alberto Ponte.

Deputado Alberto Ponte (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura é, cada vez mais, uma atividade económica e social nos Açores, dela depende também o futuro da nossa Região. E digo mais, sem a agricultura não há desenvolvimento dos Açores. Sendo assim, importa saber sobre os investimentos já realizados por este Governo Regional em São Miguel.

Sr. Secretário, gostaria que me fizesse uma caracterização rápida dos investimentos e dos resultados da agricultura em São Miguel. E, se possível, comparando com os resultados e investimentos do anterior Governo do PS.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Secretário Regional para responder. Dispõe de cinco minutos.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Deputado, pela questão.

Bom, por vezes, tem-se a ideia de que os investimentos em agricultura, essencialmente nas infraestruturas, quer no abastecimento de água, quer em caminhos agrícolas, quer em eletrificação, que são essenciais ao desenvolvimento e à necessidade de investimento em tecnologia para melhorar a qualidade dos produtos, são feitos mais em outras ilhas do que em São Miguel.

Bom, não é verdade. São Miguel merece a mesma atenção política em termos de investimento nas infraestruturas do que outras ilhas. E fazendo aqui uma comparação, como o senhor próprio exigiu, comparando os anos de 2019 e 2020 com 2021 e 2022, este Governo conseguiu investir na ilha de São Miguel mais 8% em infraestruturas que têm a ver com caminhos agrícolas, abastecimento de águas e eletrificação agrícola.

Em caminhos agrícolas foi um aumento de 59%. Quando se fala em investimento em 2019 e 2020, quando comparado com 2021 e 2022, investimos mais 59% relativamente àquilo que é a pavimentação, repavimentação e manutenção de caminhos agrícolas, no total de 3 662 000 euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas também se fizemos uma outra comparação, relativamente àquilo que é o apoio à compra de terras agrícolas para emparcelamento, na necessidade de criar dimensão nas explorações agrícolas, chegamos à conclusão que, por exemplo, o investimento aumentou em 64%, no total de 2 723 000 euros.

Houve um aumento de área abrangida em 15%. E houve um aumento de aprovações abrangido em 17%.

Ora, mas também se formos aos caminhos florestais, rurais e agrícolas no âmbito da dependência da Direção Regional dos Recursos Florestais, verificamos que, relativamente a 2019 e 2020, quando comparado com 2021 e 2022, em asfaltagem, reasfaltagem e manutenção tivemos um aumento de 10%.

Isso não significa que está tudo feito, pelo contrário.

Aliás, já disse e volto a dizer que, quer São Miguel, quer a ilha do Pico, são as duas que exigem uma maior intervenção em termos de caminhos rurais e agrícolas.

Não está tudo feito. É de acordo com a nossa possibilidade em recursos financeiros, em recursos técnicos. Em São Miguel, há muitos caminhos que necessitam de uma intervenção urgente, quer rurais, florestais, como agrícolas. É isso verdade. Mas estamos a fazer dentro das nossas possibilidades.

Eu só evidenciei esses números para comparar as nossas possibilidades. Mesmo de acordo com as nossas limitações, nós ainda conseguimos fazer mais investimento comparativamente a 2019 e a 2020.

Também poderei falar sobre outros resultados que são essenciais para a ilha de São Miguel. E aí estão de parabéns os produtores e as suas associações agrícolas. Por exemplo, o leite biológico aumentou, de 2020 para 2022, 2 419 000. Em 2022, produz-se na ilha de São Miguel 2 419 179 litros de leite biológico. Em 2020, produzia-se zero litros. E antes de 2020, também se produzia zero litros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A área de produção biológica aumentou 63% relativamente a 2020.

Em 2022, o número de produtores de Ananás DOP aumentou 2%. O número de produtos Mel dos Açores DOP aumentou 66%. O número de candidaturas para a fruticultura, a banana, a vinha, a floricultura, ou seja, no âmbito da diversificação agrícola, aumentou cerca de 3%.

O queijo, verificou-se o maior aumento dos últimos 10 anos. E um aumento relativamente a 2020 em 4%. É um sucesso.

O iogurte, a produção de iogurte, houve o maior aumento dos últimos 10 anos. E um aumento de 47.6% relativamente a 2020.

O leite pasteurizado para consumo local, significa mais consumo, aumentou 1060% de relativamente a 2020. O que é também um sucesso.

E um sucesso também é a redução de leite o UHT, que reduzir 20% relativamente a 2020. E a redução de leite em pó, que reduziu 9,5% relativamente a 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, a ilha de São Miguel tem bons resultados. Não significa que são os melhores resultados. Podemos alcançar ainda melhores resultados. Mas, relativamente a 2022, quando comparado com anos anteriores, há bons resultados, há um bom desenvolvimento, há uma boa produtividade. Há, sim, sinais de boa esperança para a agricultura em São Miguel. E havendo sinais de boa esperança para a agricultura em São Miguel, são sinais de esperança para agropecuária nos Açores.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um bem-haja para o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal por falar sobre os roedores.

E devem, obviamente, conhecer o manual de controlo de roedores. Depois, mudou de nome para controlo integrado de roedores, que foi feito pelo Governo anterior. E eu falei sobre isso em janeiro de 2018, porque o manual, muito bem feito, onde a prevenção era a chave desse manual, onde, tanto as empresas, como as entidades governamentais, como as entidades autárquicas, bem como os habitantes, e neste caso falo da ilha de São Miguel, tinham que ser integrados dentro do problema da prevenção.

Isto tem a ver com um animal que é oportunista. E se houver disponibilidade, seja ela de alimentação ou seja de abrigo, vai proliferar. É assim que funciona, Sr. Secretário.

E o que é que o Governo anterior fez? Fez o controlo, neste caso o manual, um manual espetacular, cheio de bonecada. Mas dava e deu, em 2018, 140 toneladas às juntas de freguesia de rodenticida. Estava resolvido o assunto. Bastava meter as sacas nas juntas de freguesia, metia-se indiscriminadamente... Pessoas que não têm formação nenhuma, não tinham formação nenhuma. E, depois, quais eram os problemas que nós tínhamos da flora e da fauna? Nós tivemos aqui um problema no Faial, em março de 2018, com alguns animais e com uma criança, relativamente à forma como a junta de freguesia metia o rodenticida.

O que é que faz este Governo? Exatamente igual.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não, senhor! Está enganado!

O Orador: Não há prevenção. O controlo é feito com o rodenticida. E o Sr. Secretário está-me a dizer que faz um aumento de 35% daquilo que existia. Se já eram 140 toneladas, eu agora estou com medo com aquilo que se está a passar

relativamente ao controlo de pragas. E o controle de pragas é feito maioritariamente pela prevenção.

E estamos aqui a falar sobre os ratos. Não vou falar, como disse o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, a dizer que também as gaivotas são uma praga. Não são uma praga, mas tem que haver um controlo efetivo de prevenção.

Deputado Nuno Barata (IL): Um problema de saúde pública!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem... na parte das gaivotas.

O Orador: Existem várias medidas feitas pelos nossos investigadores da Universidade dos Açores, que sabem fazê-lo muito bem.

Por isso, eu pergunto: este Governo está preparado para fazer prevenção, neste caso uma promoção sobre os nossos açorianos, sejam empresários ou sejam habitantes dos Açores, relativamente à forma como nós podemos fazer uma limitação, de como é que damos a disponibilidade, nomeadamente a matéria orgânica, daquilo que nós temos, seja na lavoura ou seja em termos urbanos, para que haja uma prevenção maior, um controlo, neste caso dos roedores, Sr. Secretário, ou vai ser exatamente igual ao Governo anterior, em que mandávamos umas sacas para a junta de freguesia e o problema estava resolvido?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Só para dizer que atingimos o nosso tempo regimental para esta sessão de perguntas, mas prevê o nosso Regimento que os partidos que ainda não fizeram nenhuma questão neste objeto o possam fazer. E, por isso, vamos dar continuidade aos trabalhos.

E passo a palavra ao Sr. Secretário para responder. Dispõe de cinco minutos.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa ação governativa não se limita a distribuir rodenticida só pelas juntas de

freguesia nem os seus próprios serviços aceder a este veneno. Não, nós também, no âmbito da prevenção, temos disponibilizado vários cursos de formação. Em São Miguel, por exemplo, a ilha que se está a falar, nós realizamos duas ações de controlo integrado de roedores em 2022. Estão previstas para este ano quatro ações de controlo aos roedores, ou seja, no âmbito daquilo que o Sr. Deputado muito bem salientava e apontava, que é a prevenção.

A prevenção é feita pela informação. A prevenção é feita pela formação. A prevenção é feita na altura em que se fazem as candidaturas aos apoios comunitários. A prevenção é feita dentro da Secretaria, na melhor forma de todos termos responsabilização. A prevenção é feita em articulação com as associações agrícolas, as câmaras municipais e as juntas de freguesia. Ou seja, a prevenção é feita de modo a respeitar a legislação, quer europeia, quer nacional, quer regional. Sim, é feito esse tipo de prevenção.

Digo e volto a dizer, o combate aos ratos não é um assunto fácil. Se fosse, já todos tínhamos resolvido. É um assunto que irá permitir diminuir a sua população. Oxalá um dia possamos erradicar esta praga. Mas não será possível erradicar. Será possível, com a responsabilização de todos, diminuir os efeitos em termos de saúde humana e em termos de consequências económicas para as atividades envolvidas. Para isso, é verdade, é preciso de todos nós maior exigência, quer a nível político, quer a nível operativo, no âmbito técnico, no âmbito da informação e no âmbito da formação.

Estamos neste esforço de eficiência e de eficácia, tentando fazer o nosso melhor para que, de facto, esses efeitos tenham consequências negativas, quer na saúde, quer nas atividades económicas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Esta figura regimental está, nesta legislatura, muito valorizada por ação deste Governo. O Governo apresenta-se aqui com a bancada cheia, com responsáveis que respondem a todas as questões que são levantadas pelos diversos partidos da oposição e partidos que apoiam o Governo Regional.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade!

O Orador: E deixou de ser necessário o conhecimento enciclopédico do Sr. Deputado Berto Messias, que era, normalmente, o responsável por despachar estes assuntos das perguntas e da fiscalização parlamentar. Muita coisa mudou. E é importante sempre lembrar o passado.

Deputado Berto Messias (PS): Mudou para pior!

O Orador: Eu devo dizer, e esta é a minha última intervenção, que, ao longo desta manhã e durante este início de tarde, foi possível verificar e foi muito importante que esta sessão de perguntas se fizesse porque foi possível desmistificar muitas das críticas e muitas das construções propagandísticas que circulavam em algumas áreas da nossa oposição parlamentar. Vimos aqui como também a questão da saúde foi desmistificada, foram apresentados dados que mostram que se está a fazer um bom trabalho e que há um progresso real em muitos índices, em muitos indicadores.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

O Orador: Também a mesma coisa foi possível verificar em setores como o setor agrícola, o setor da educação e da cultura, o setor dos transportes, o setor do turismo. Em todos estes setores foi possível mostrar que, afinal, muita dessa

informação, muita dessa opinião que se tenta construir é uma opinião que tenta cavalgar as redes sociais, o populismo. E é sempre receita nestes tempos de guerra, de dificuldades económicas, há sempre forças extremistas, há sempre populistas, há sempre demagogos que tentam construir uma imagem artificial para atacar as instituições democráticas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E o Governo Regional esteve muito bem a desmistificar muita desta construção propagandista que tenta atacar as instituições e a sua eficácia.

Presidente: Sr. Deputado, peço que se centre aqui no nosso terceiro objeto.

O Orador: Com certeza, Sra. Presidente. Como sempre, vou centrar-me na questão. Era só uma contextualização, uma vez que é a minha última intervenção. E dizer aqui que há, de facto, condicionalismos. Continua a existir condicionalismos. Nem tudo é bom, evidentemente.

E uma das coisas que considero que é essencial resolver e que constitui um grande problema para o crescimento económico, porque é isso que nós estamos a falar, na atividade económica, é, de facto, a situação que se vive em relação ao Aeroporto de Lisboa e as suas consequências nos Açores.

Presidente: Sr. Deputado, peço que concretize.

O Orador: A incapacidade do Governo “Galamba/António Costa” em resolver este problema é algo que eu considero gravíssimo e é algo que tem que ser resolvido. É algo que tem consequências para os Açores.

Sra. Secretária, o que lhe peço é que me descreva o conjunto de dificuldades que os Açores estão a ter neste âmbito. E que tem uma óbvia projeção do ponto de vista económico e muitas dificuldades que assim nos são criadas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Secretária para responder. Dispõe de cinco minutos.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a questão que coloca, efetivamente, é de uma tal importância que eu tenho que reconhecer que fez bem em colocá-la aqui.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Claro!

A Oradora: Nós temos que começar a olhar muito a sério para aquilo que se está a passar em Lisboa relativamente ao Aeroporto de Lisboa. O Governo da República está há mais de dez anos para decidir o que é que vai fazer, ...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Oh my God!

A Oradora: ... se vai ter um novo aeroporto, se vai ter um segundo aeroporto, se vai ter um grande aeroporto ou o que é que vai ter. E os principais prejudicados desse processo vão ser, já estão sendo, os Açores e a Madeira.

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: É preciso que se tenha consciência disso. Às vezes, nós pensamos que isso está longe, que isso não tem nada a ver connosco. Isso tem tudo a ver connosco.

Neste momento, o maior ativo das companhias aéreas são os *slots* no Aeroporto de Lisboa.

Deputado Tiago Branco (*PS*): Que vocês vão vender!

A Oradora: Quem vai vender é Lisboa! Quem vai vender é o Governo da República, não somos nós! Nós o que precisamos é de *slots* para as companhias continuarem a vir para os Açores. E, neste momento, isso está em risco.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Neste momento, isso está em risco. E está em risco em dois planos: o primeiro plano é nas companhias atuais, em que qualquer atraso significa um enorme atraso porque não há *slot* logo a seguir, tem que esperar. Já aconteceu, certamente, a todos os que aqui estão, terem esperado uma hora, meia hora, uma hora e meia no Aeroporto de Lisboa para levantar quando há um pequeno atraso da aeronave que vem normalmente de outro aeroporto. Um problema, um problema muito grande.

Deputado Tiago Branco (PS): Temos um bode expiatório para a Comissão Eventual!

A Oradora: Mas pior do que este vai ser o condicionamento de novos *slots* para as companhias, que vão pensar duas vezes se vale a pena ter um *slot* para vir aos Açores ou se colocam esse *slot* de Lisboa para fazer outra rota mais rentável do que os Açores. E esse é que é o grave problema que nós temos! Esse é que é o grave problema que nós temos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, nesse sentido, Srs. Deputados, eu penso que temos de estar todos conscientes desta realidade, temos que estar todos preocupados com esta realidade e temos que estar unidos nesse desiderato.

Deputada Vera Pires (BE): E vai despachar os *slots* da SATA Internacional!

A Oradora: O interesse dos Açores não é o interesse do Governo, é o interesse de todos os que representam a Região Autónoma dos Açores, que foram eleitos e estão aqui nesta Casa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

É preciso resolver esse problema rapidamente. Se é mais um aeroporto no Montijo ou não é, rapidamente tem que se resolver. Nós não podemos estar à espera do aeroporto D. Sebastião, que nunca mais chega. Não podemos estar à espera disso. Temos que ter um segundo aeroporto rapidamente, para resolver o problema do congestionamento do Aeroporto de Lisboa.

E, portanto, nesse aspeto, eu apelo a todos que tomem consciência desta realidade e que todos juntos façamos tudo o que estiver ao nosso alcance para se resolver esta questão.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Carlos Silva, pede a palavra para... Uma interpelação?

Sr. Deputado Nuno Barata, vamos permitir que o Sr. Deputado Carlos Silva faça a interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, faço uma interpelação para informar que irei entregar na Mesa cópia do caderno de encargos da privatização da Azores Airlines, que prevê, pelo Governo Regional, a alienação do certificado de operador aéreo findo três anos. E, aparentemente, a Sra. Secretária desconhece. Irei entregar para distribuir.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Peça por link!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Está registado. Iremos proceder à distribuição assim que nos chegarem os documentos.

Pede a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para... Uma interpelação?

Tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma interpelação para pedir a V. Exa. que tenha a bondade, depois, também, de redistribuir ao Sr. Deputado Carlos Silva cópia da auditoria que o Tribunal de Contas fez à SATA, de 2013 a 2019, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito bem!

O Orador: ... para ele perceber porque é que estamos no processo de privatização. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Está registada a interpelação.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Presidente: Srs. Deputados, peço que permitam que a Sra. Deputada Patrícia Miranda possa fazer a sua intervenção e assim, também, concluirmos esta sessão de perguntas, que já vai longa.

Muito obrigada.

A Oradora: Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos nós conhecemos as dificuldades que o setor agrícola atravessa, temos o exemplo do aumento dos custos de produção, a subida das taxas de juro e a falta de mão de obra.

Uma das formas de ajudar as explorações agrícolas a ultrapassar esta fase difícil é através da criação de competitividade, mas para isso é preciso investimento.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: E neste sentido fica claro o desinvestimento que se vê na agricultura, em especial na ilha de São Miguel.

Vejamos, para a agricultura de São Miguel, em 2020, havia investimentos na ordem dos 50 milhões de euros, para 2023 (uma altura crítica) temos investimentos, apenas, na ordem dos 27 milhões de euros.

Ao contrário daquilo que o Sr. Secretário disse ainda há pouco, é factual, são os dados que o comprovam, os Agricultores de São Miguel estão a ficar para trás. A Agricultura, em particular a de São Miguel, está claramente pior hoje do que em 2020.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: Outro exemplo claro diz respeito ao setor do leite e lacticínios. Para este setor, a solução mágica do Governo foi criar um apoio à redução da produção, defendendo que esta era a medida que iria valorizar o preço pago ao produtor.

Mas, em bom rigor, o que de facto aconteceu, e é importante aqui lembrar, foi que no ano passado os mercados começaram a mudar! A procura começou a aumentar! O preço ao consumidor começou a subir! E, em novembro de 2022, o preço ao produtor teve que, obrigatoriamente, começar a ver refletidas essas mudanças.

Em Portugal Continental, por exemplo, não houve nenhum programa de redução

de produção de leite. E o que é facto é que, o ano passado, o preço do leite ao produtor subiu mais rápido e com maiores aumentos do que nos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: Este governo procurou dar a entender que o aumento do preço ao produtor teve, única e exclusivamente, a ver com esta medida.

Infelizmente, passados seis meses, o preço do leite já começou a baixar.

Conclui-se, a estratégia deste governo falhou. Alias, não só falhou, como já nasceu condenada. E não foi por falta de aviso!

Uma medida definida como estratégica para o setor, mas baseada numa expectativa, sem contrapartidas asseguradas a longo prazo e sem analisar, devidamente, as consequências que daí podiam surgir, é claro que tinha tudo para falhar!

Alias, a estratégia deste governo, ou melhor, o resultado da estratégia deste governo foi apenas de retirar aos produtores de São Miguel cerca de 10 milhões de euros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: E mesmo com o apoio à redução da produção, prometido pelo governo, os produtores de São Miguel ainda ficam a perder 6 milhões de euros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: Quando o preço subiu, veio o governo rapidamente reclamar os méritos quando não os tinha. Agora que desceu, o governo remete-se ao silêncio e não foi por falta de oportunidades de falar sobre o assunto. E acrescento que continua sem pagar os apoios que prometeu.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Deve estar a falar da República!

Presidente: Sra. Deputada, peço que concretize, por favor.

A Oradora: Termina já.

E a acrescentar a este flagelo, a Federação vem denunciar que a atual descida no

preço do leite vai custar aos produtores dos Açores 30 milhões de euros. Tendo em conta que São Miguel representa 67% da produção regional, os produtores Micaelenses têm a perder cerca de 20 milhões de euros.

Sr. Secretário da Agricultura, tendo em conta que a estratégia deste governo, para valorizar o preço do leite pago ao produtor, falhou, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não falhou!

A Oradora: ... qual é a estratégia que este governo vai agora adotar para combater esta descida do preço do leite?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário para responder. Dispõe de cinco minutos.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não acredito naquilo que ouvi, sinceramente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninguém acredita!

Deputada Patrícia Miranda (PS): Olhe, pergunte aos agricultores, porque eles acreditam!

O Orador: Ninguém acredita. Ora, um Executivo, um Governo do PS que, em 2020, por via dos rateios, retira, corta o rendimento direto aos agricultores em 1,8 milhões de euros só numa medida, que são as antigas indemnizações compensatórias, por opção política, ou seja, por vontade própria, e ainda vem aqui criticar este Governo?! Muito mal estaríamos nós se continuássemos a retirar uma medida de apoio ao rendimento direto, de 1,8 milhões de euros por ano!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Em 2020, em 2019, em 2018, por ano, o Governo anterior retirou, por opção política própria, 1,8 milhões de euros, numa medida que é uma medida que permite manter as explorações. Por ano, 1,8 milhões de euros, que é uma medida que permite manter as explorações agrícolas em zonas desfavorecidas, por opção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor sabe que isso não é assim! O senhor sabe que isso não é verdade!

O Orador: Nós retomamos este apoio. E agora o montante é de 4,5 milhões de euros. É muito mais.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor retirou 10 milhões de euros!

O Orador: É este o PS que é capaz de que criticar este Governo, quando, em 2018, diminuiu o escalão dessas mesmas medidas, retirando 30 euros por escalão?! E nós voltamos a repor!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Qual é a estratégia?

O Orador: É este o Governo e a estratégia que corta e impede que existam novas candidaturas à agricultura biológica?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Nós retomamos essas mesmas candidaturas e aumentamos em 47% o rendimento relativamente a essas mesmas candidaturas!

É este o Governo que, em 2020, em termos de montantes aprovados em 2020, para a medida de instalação de jovens agricultores, aprovou zero euros?! Nós aprovamos, em 2022, 2 milhões de euros!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E pagar os apoios?

O Orador: É este o Governo que, relativamente ao investimento nas explorações agrícolas, em 2020, teve uma aprovação de zero euros?! Nós tivemos uma aprovação de 3 milhões de euros!

Portanto, os números são evidentes. Os números são eficazes. Continuar com a estratégia e as políticas públicas do anterior Executivo é, de facto, continuar com a quebra de rendimento direto aos produtores. Um rendimento justo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Retiraram o rendimento aos produtores por opção, por vontade própria. Nós retomamos.

Deputado Berto Messias (PS): Não retomaram nada!

O Orador: E a estratégia dos Açores, em conjugação com a Federação Agrícola dos Açores, não é produzir em quantidade, é produzir em qualidade.

Nós não temos dúvidas que o aumento do preço do leite verificado, pelo menos 10% se deve à nossa estratégia.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Ah, agora já são 10%!

O Orador: Aliás, o leite ainda não desceu nos Açores todos. Desceu naquelas que são as empresas multinacionais.

Mas, agora, o PS tem uma grande oportunidade para mostrar que está em defesa dos agricultores. Ora, a comissão acabou de aprovar uma ajuda de Estado de 137 milhões de euros. Foi publicada a 3 de maio. Vamos ver qual é que é a solidariedade nacional perante essa ajuda para os agricultores dos Açores. Veremos. Até porque, não sendo aplicada a reserva agrícola, que é um fundo de crise que está a ser só aplicado para os países que fazem fronteira com a Ucrânia, essa ajuda do Estado foi aprovada, de 137 milhões de euros.

Bom, nós esperamos que a República, na ausência da reserva agrícola, e não há outra opção, eu espero que não haja outra opção... É impensável que os agricultores açorianos não sejam apoiados, como também seus colegas no continente, nesses 137 milhões. É impensável que isto aconteça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, agora, o PS tem a possibilidade de, obviamente, influenciar junto do Governo da República. Não é para que sejam compensados, é para que sejam compensados justamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E pelo menos 10% daquela fatia, que foram os critérios que foram atribuídos para o montante no âmbito da reserva agrícola, sejam atribuídos aos agricultores dos Açores. 10% de 137 milhões. 13,7 milhões, no mínimo, é aquilo que se existe. Nós não aceitamos menos do que isso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quando é que vai pagar?

O Orador: Bom, tudo o que seja abaixo disso, obviamente, é uma medida que prejudica os agricultores. Essa medida é essencial por causa dos custos de produção.

Sras. e Srs. Deputados do PS, Sra. Deputada, aconselho vivamente o seguinte, para ter credibilidade política nas suas de intervenções...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): V. Exa. é um portento de credibilidade!

Presidente: Sr. Secretário, peço que termine.

O Orador: Sempre que se dirija ao Governo, diga o seguinte: nós não fizemos, mas gostaríamos que os senhores fizessem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E pagar? Quando é que paga?

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não respondeu a nada!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Por acaso, esqueci-me de falar de pagar. Pagar é um problema do IFAP.

Deputado Carlos Silva (PS): Só representa 5%, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): O IFAP é que faltou.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Patrícia Miranda pede a palavra para... Uma interpelação?

Tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu faço a interpretação no sentido de deixar registado que a pergunta foi clara e vou repetir: qual a estratégia que este Governo vai agora adotar para combater a descida do preço do leite? O Sr. Secretário não respondeu à questão que eu coloquei.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito bem. Está registada a sua interpelação.

Uma interpelação? Não, Sr. Secretário. O Sr. Secretário não dispõe de mais tempo.

Vamos dar continuidade aqui aos nossos trabalhos. De momento, a Mesa não possui nenhuma inscrição. Pergunto aos partidos que ainda não se inscreveram se pretendem inscrever-se no âmbito deste objeto, desta pergunta. Não? Muito bem. Então, sendo assim, damos por concluída esta sessão de perguntas.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É no sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Muito bem, Sr. Deputado. É regimental. Vamos fazer então um intervalo de 15 minutos.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Presidente: Boa tarde, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 09 minutos.

(Neste momento, o Deputado Luís Garcia reocupa o seu lugar na Presidência da Mesa da Assembleia)

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário e Sras. Secretárias, vamos então dar continuidade à nossa agenda com o ponto 2 da nossa agenda - **Anteproposta de Lei n.º 21/XII – “Assistência à maternidade nas ilhas sem unidade hospitalar, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e o Decreto de Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade”,** é uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM.

Os tempos definidos na Conferência de Líderes já estão afixados nos nossos

écrans, o PS e o Governo dispõem de 22 minutos, o PSD de 20 minutos, o CDS-PP de 14 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM de 12 minutos, as Representações Parlamentares de 10 minutos cada, o Sr. Deputado Independente de 5 minutos e aos proponentes é dado mais 5 minutos a cada um dos proponentes.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Nascer nos Açores é nascer ilhéu. é deparar-se, desde logo, com os desafios da ultraperiferia e da nossa dimensão arquipelágica e ultraperiférica. Desafios sentidos de forma diferente de ilha para ilha e sentidos, de forma mais significativa, quando relacionados com a saúde ou, no caso da iniciativa que hoje discutimos, num momento de especial exigência e cuidado, como é a gestação e parto de um filho.

Em 6 das nossas 9 ilhas dos Açores, onde não existem unidades hospitalares, neste momento as grávidas têm, necessariamente, que se deslocar para o Faial, a Terceira ou São Miguel, para a realização do parto.

Aí, permanecem longe do conforto da sua casa, da sua família e da sua rede de amigos e comunidade, num momento tão singular como é o da preparação para a maternidade e a realização do parto.

Muitas das vezes, quando o trabalho a isso permite, o acompanhante recorre a férias ou estabelece acordo com a entidade patronal, sendo certo que paga o empregador aquilo que deveria ser responsabilidade do Estado, da Segurança Social da República.

Ou seja, é o empregador em que incorre em encargos financeiros desse trabalhador e eventual substituição por esse período, uma situação que também penaliza e discrimina os empregadores de 6 das 9 ilhas da Região e penaliza e discrimina o setor público e privado.

Ora, a coesão territorial e as políticas demográficas, de incentivo à fixação de

população e à natalidade também devem considerar esta dimensão. É este o mote desta Anteproposta de Lei, que a Coligação PSD/CDS-PP/PPM trouxe à discussão e que mereceu o acolhimento unânime das entidades ouvidas em Comissão.

Com este diploma, pretende-se criar o direito à licença para a assistência na deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência, para realização de parto, no âmbito da proteção na parentalidade, prevista no Código de Trabalho.

Esta licença será aplicável sempre que se mostre imprescindível e pelo período considerado necessário e adequado à deslocação, por prescrição médica, e pode ser exercida pelo cônjuge ou equiparado, parente ou afim na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.

Com este diploma também se pretende criar, para os acompanhantes da grávida, o subsídio por necessidade de assistência para deslocação a um hospital fora da ilha de residência para realização de parto. Será um subsídio com um valor igual a 100% do salário do acompanhante e que equivale ao já existente para as grávidas que tenham de se deslocar para outra ilha para a realização de parto em unidade hospitalar.

Será um subsídio que salvaguarda também as situações em que o acompanhante esteja desempregado, numa medida efetiva de proteção da parentalidade e de apoio à assistência à maternidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O efeito prático da alteração legislativa proposta passa, sobretudo, por desonerar as Entidades Empregadoras do pagamento da dispensa do acompanhamento da mulher grávida e por transferir o referido encargo decorrente para o Orçamento do Estado.

Não é justo que as empresas sedeadas nas ilhas sem hospital, tenham de continuar a substituir-se ao estado em algo que é obrigação deste.

Mais do que falar em coesão territorial, como alguns se limitaram a fazer durante

anos, urge ter a proatividade de criar condições para essa coesão territorial. É este o espírito da iniciativa da Coligação PSD/CDS-PP/PPM.

Deputado João bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais do que falar em coesão territorial e despovoamento de zonas do país, urge ter a proatividade de mostrar caminhos de cooperação e solidariedade com vista à proteção social e à igualdade na assistência à gravidez. É este o espírito da iniciativa da Coligação PSD/CDS-PP/PPM.

Disse.

Deputado João bruto da Costa (PSD) e Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Vera Pires, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda considera muito positiva a Anteproposta agora apresentada pela coligação, porque possibilita às mulheres grávidas residentes nas 6 ilhas açorianas sem unidade hospitalar condições de maior igualdade na satisfação do direito e necessidade de acompanhamento familiar na deslocação para a preparação e realização do parto noutra ilha.

É assim facilitado o apoio e assistência à grávida num momento de tanta importância para a família, sem que os direitos laborais e o rendimento habitual da pessoa acompanhante sejam prejudicados.

Para além dos aspetos já referidos, saliente-se ainda o impacto positivo desta medida, que deverá ser inserida num conjunto mais alargado de políticas de apoio à natalidade e que poderá ajudar a combater o decréscimo demográfico que se vem verificando nestas ilhas.

Respondendo à questão levantada por alguns dos pareceres recebidos e por

considerarmos que ela é relevante e pertinente no contexto da proteção e incentivo à maternidade, entregamos a proposta de alteração ao presente diploma que visa a inclusão, quer no âmbito da atribuição da licença à mulher deslocada e acompanhante, quer no do subsídio para deslocação e assistência para deslocação a instituição de saúde localizada fora da ilha de residência, para a realização de procriação medicamente assistida.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Da parte do CHEGA, iremos acompanhar naturalmente esta proposta e tudo o que possa ser de valorizar, de incentivar, de ajudar as famílias e aquilo que será e deve ser o apoio à natalidade, estaremos sempre aqui para poder apoiar.

Bem-haja por isso e que possamos cada vez mais combater este flagelo que tem sido a desertificação das nossas ilhas, por força do decréscimo da natalidade. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Mais inscrições? Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A iniciativa que agora aqui discutimos surge exatamente pela aquela que foi a alteração à Lei do Trabalho em 2019, no que concerne aos acompanhantes das grávidas das ilhas sem hospital em que passou a esses acompanhantes terem efetivamente de articularem com a sua entidade patronal, muitas vezes com base em tirar as suas férias ou de algum acordo estabelecido com a entidade patronal, dado que durante esse período de ausência a entidade patronal é que assegura o pagamento desses dias e, como tal, desde 2019 que esta situação nos tem sido

transmitida por parte dos empresários das ilhas sem hospital, que é onde esta questão se coloca, uma vez que as grávidas têm de se ausentar durante longos períodos para as ilhas onde vão realizar o parto e, como tal, surge esta iniciativa exatamente nesta medida porque consideramos que é uma desigualdade que neste momento está a existir nas ilhas com hospital e sem hospital, que muitas vezes tem sido um constrangimento por parte da entidade empregadora e, que tal não se verifica nas entidades empregadoras das ilhas com hospital, uma vez que esta questão não se coloca e daí, que surge esta iniciativa no sentido de colmatar esta realidade, colmatar esta injustiça que nos parece que neste momento está a acontecer.

Entretanto, também surgem aqui outras propostas de alteração, foi realizado o trabalho em Comissão em que os pareceres são favoráveis a esta iniciativa e onde são levantadas algumas questões, nomeadamente no que concerne à procriação medicamente assistida, percebemos a pertinência de levantar aqui esta questão, a verdade é que neste momento, por exemplo, aqueles casais que realizam tratamentos de fertilidade, as suas faltas são justificadas por âmbito da baixa médica, em que os primeiros três dias nada recebem e depois recebem 60% a partir do terceiro dia e é desta forma que neste momento justificam as suas faltas e é esta a remuneração que estes casais apresentam.

O que se coloca aqui é a realização, passar a existir um subsídio para estas situações, o que nos parece realmente pertinente e que poderia ser até incluído no âmbito de um pacote de medidas de estímulo à natalidade, mas a questão que nos coloca e percebendo a pertinência desta questão, a única questão que nos é levantada quanto a estas alterações é no sentido de querermos estar aqui a misturar diversos assuntos no âmbito desta iniciativa e de querermos alargá-la com outras situações que realmente merecem atenção, e, que, efetivamente poderão merecer, como disse, até no âmbito de um pacote de medidas de estímulo à natalidade, e queremos a fadar essa abrangência e que depois disso também que não

conseguimos alcançar aquele que é o nosso objetivo, sabendo que isto depende da República, que é efetivamente solucionar esta questão que tem sido, que tem sido levantada não poucas vezes por parte das empresas que se sentem discriminadas por viver numa ilha sem hospital. E, é só esta ressalva que também queria fazer, parece-nos que é de todo importante que efetivamente se consiga resolver esta questão e que estes empresários e que estas próprias famílias não sintam os constrangimentos que têm sentido até agora.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Deputada Isabel Teixeira (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tal como já foi referido aqui a presente iniciativa, pretende alterar o regime em vigor para acompanhamento de grávida que se desloque a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência para realização de parto, ausência esta legalmente configurada como falta justificada, paga pelo empregador, passando a consagrar-se um regime de licença, com transferência dos encargos para o sistema de proteção social, tal como já acontece relativamente à deslocação da grávida à unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência para realização de parto.

Para esse efeito é necessário alterar o Código do Trabalho, bem como os regimes de proteção social no âmbito da parentalidade, concretamente o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril (para os trabalhadores abrangidos pela proteção social convergente – titulares de relação jurídica de emprego público constituída até 31 de dezembro de 2005) e Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril (o sistema previdencial, que abrange os trabalhadores por conta de outrem, os trabalhadores

independentes, e o subsistema de solidariedade, que abrange os cidadãos não abrangidos por qualquer regime de proteção social de enquadramento obrigatório), em ambos os casos, desde que preencham condições comuns de atribuição dos respetivos subsídios.

O Regulamento da Deslocação de Doentes, previsto na Portaria n.º 28/2015, de 9 de março, no seu artigo 24 n.º 2, diz o seguinte: as grávidas e parturientes podem escolher livremente o Hospital da Região, onde pretendem efetuar o parto, ou ser seguidas na consulta de alto risco obstétrico. Não é o que acontece, as grávidas de São Jorge e de outras ilhas sem unidades hospitalares, estão impossibilitadas de optar pelo HDES, será por orientação da tutela ou do HDES?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh Sra. Deputada!

A Oradora: Qualquer uma contraria os direitos previstos no regulamento referido. Esta opção a maioria das vezes prende-se com o facto de terem família ou amigos próximos na ilha de São Miguel, pelo apoio e conforto que estes lhes garantem, num momento como é o da gravidez e após o parto. Por vezes a escolha da ilha para vivermos, limita-nos, no entanto, somos todos açorianos, resilientes e firmes que nem rochas de basaltos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: A queda da natalidade é um fator extremamente preocupante em todas as ilhas, e não só, é imperioso criar medidas precisas de forma a combater o envelhecimento da população, pois sem crianças hoje, não teremos adultos amanhã.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Essa palavra para intervir neste debate, mas antes do qual, tenho que forçosamente de fazer uma observação, este Deputado que está aqui, que durante este dia de hoje foi impedido regimentalmente por intervir numa sessão de perguntas, impedido regimentalmente, mas também pedido pela Conferência de Líderes que deliberadamente aceita que um Deputado representante do povo nesta Casa seja impedido de fazer perguntas sobre ilhas dos Açores nesse caso em concreto numa sessão de perguntas que foi feita ao Governo, isto, no meu entender, não é democrático e deixo a observação aos Srs. líderes das bancadas parlamentares que em Conferência de Líderes aceitam.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, esse tema já foi ultrapassado e faça o favor de se cingir ao tema que está...

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente, eu vou-me cingir à intervenção, eu vou é fazer a intervenção, Sr. Presidente, mas é importante que os açorianos percebam como é que a democracia funciona na Assembleia Regional.

Presidente: Sr. Deputado, o Sr. Deputado foi advertido uma vez, diz o 91, n.º 3 do nosso Regimento que, sendo advertido pela segunda vez e persistindo naquilo que na orientação da sua intervenção, posso lhe tirar a palavra e, portanto, eu não lhe queria tirar a palavra.

O Orador: Eu tenho a intervenção para fazer, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor.

O Orador: Relativamente à iniciativa em causa, sim faz todo o sentido que os portugueses, nesse caso, açorianos que residam em ilhas que não têm hospital, tenham o direito de livremente poderem ter filhos, de livremente poderem acompanhar as gravidezes, nesse caso, os acompanhantes das grávidas, no sentido de que não se sintam discriminados relativamente aos outros açorianos, aos outros portugueses já basta o encargo de não ter um hospital na sua ilha como ainda o encargo de ter que, de alguma forma, negociar muitas vezes com a entidade patronal, negociar férias que também é um direito, negociar a condição de poder

acompanhar a esposa ou a companheira numa gravidez.

É por isso da maior justiça que essa Casa aprove essa iniciativa, essa Anteproposta de Lei, relativamente a uma informação que temos que dar à República, que as açorianas e os açorianos que vivem em ilhas que não têm hospital não se sintam diminuídos relativamente a todos os outros, porque esses açorianos também são filhos dessa nação, não são apenas contribuintes na hora de pagar, mas na hora também de terem benefícios, terá de ser a República a assumir esse custo e assumir esse custo que desde logo é uma missão nas ilhas mais pequenas, nas ilhas que não têm hospital ter filhos é um encargo adicional por essa razão, porque não há hospital, porque a falta desse hospital, de uma unidade de saúde que satisfaça todas as necessidades, de pós nascimento até, mas que antes do nascimento que essas ilhas sintam o conforto de pelo menos ter um Estado, a nação portuguesa que assuma estes custos dessa gravidez.

Por isso, obviamente vou acompanhar essa iniciativa, entendo que a proposta de alteração apresentada pelo PAN faz sentido porque às famílias que não conseguem de forma normal ter uma gravidez, ainda têm o custo adicional com os tratamentos de fertilização e os encargos que isso também representa em termos sociais e em termos económicos, essas famílias, portanto, faz algum sentido que essa situação seja acautelada, tanto mais que, se essas famílias que não conseguem de forma natural chegar a esse objetivo, se sentirem que por parte do Governo não há essa atenção, pois estaremos muito mal.

E, neste momento, e, percebendo que essa iniciativa tem que ser aprovada na Assembleia da República, uns provavelmente dirão, não podemos exigir muito à República, sob pena da iniciativa não ser aprovada, não, essa iniciativa terá, no meu entender, mesmo de ser aprovada, porque é um direito, e, se muitas vezes, ou se ainda o mês passado houve quem dissesse nesta Casa que temos que ser exigentes para a República no sentido de exigir aqueles que são os nossos direitos, aliás, quando estávamos a defender uma Anteproposta de Lei que, apresentar à

República para que seja revisto o modelo eleitoral no sentido dos Açores terem dois Deputados em representação no Parlamento Europeu, ou seja, se os açorianos se entenderam na altura, se os Deputados dessa Casa entenderam na altura que era importante defender esse direito dos açorianos, também há de ser importante defender o direito dos açorianos relativamente aos tratamentos de fertilização. Muito Obrigado.

Presidente: Muito Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu queria ler o título desta Anteproposta que estamos a discutir e vou passar a lê-lo: “*Assistência à maternidade nas ilhas sem unidade hospitalar, alterando o Código do Trabalho...*” e eu escuso-me a ler estes números todos, “... *que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade de maternidade, paternidade e adoção...*” mais alguma conversa jurídica, e, *que estabelece o regime jurídico de proteção social da parentalidade*, ora porque é que eu estou a reler o título do documento que todos tem em mãos e que todos sabem que estamos a discutir? É porque não conseguimos compreender as reservas que o CDS-PP, não sabemos se toda a coligação, põem em relação a incluir a questão da procriação medicamente assistida neste diploma, porque se há assunto que não é mistura com assuntos que não façam sentido é este! Estamos a falar da assistência à maternidade, de proteção de parentalidade, de eventualidade da maternidade.

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito bem!

A Oradora: Portanto, a questão da procriação medicamente assistida, para a qual já existe, aliás, neste momento, a possibilidade da dispensa da mulher que pretende fazer esses tratamentos, mas que, como é evidente uma dispensa, só dá resposta a uma deslocação dentro de uma mesma ilha e já não responde às

situações das ilhas sem unidade hospitalar ou sem instituição de saúde que possa tratar desta questão, faz por isso todo o sentido, dizia eu, incluir também, juntamente com a necessidade do acompanhamento e do pagamento do subsídio à grávida e ao acompanhante por na sua ilha não ter condições para serem realizados, quer o parto quer um conjunto de outras questões, faz todo o sentido, dizia eu, que a proteção para a procriação medicamente assistida seja incluída neste pacote, digamos assim, porque não cabe em nenhum lugar melhor do que neste, basta ler de novo o título. Muito obrigada.

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra., Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, peço desculpa, Sr. Presidente, estivemos aqui presididos por uma. Sra. Presidente depois de alguns anos e por isso...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Já tinhas saudades!

O Orador: ... eu agora enganei-me e peço-lhe desculpa por isso. Mas, Sr. Presidente, o que é importante aqui referenciar nesta medida é mais uma vez o facto de o legislador nacional desconhecer a realidade, o legislador nacional, muitas vezes, independentemente do partido, independentemente de quem é o responsável, muitas vezes desconhecer a realidade dos Açores e que, evidentemente é muito diferente legislar para aplicar uma legislação num território contínuo, do que legislar tendo em conta as circunstâncias específicas, que por exemplo, têm as nossas 6 ilhas que não têm hospital.

E por isso, obviamente há aqui, não é a mesma coisa do que ter, obviamente localidades que têm um hospital e depois uns concelhos que em redor não o têm, mas podem utilizá-lo e, portanto, que há essa comunicação fácil, há essa continuidade geográfica e, portanto existem outro tipo de oportunidades e

circunstâncias, digamos assim, circunstâncias que não são tão difíceis como aquelas que enfrentam as grávidas que vivem em ilhas que não têm hospital e que por isso se têm que deslocar para estas ilhas com hospital e é justo, é necessário, é muito importante que o possam fazer acompanhadas.

E que possam fazer acompanhadas e que não sejam prejudicadas e quem as acompanha não seja prejudicado do ponto de vista laboral, do ponto de vista daquele que é o seu desempenho profissional e que não venham a ser prejudicados até do ponto de vista financeiro também e do ponto de vista até das expectativas que possam ter no âmbito do desempenho das funções nas empresas em que estão a desempenhar as suas funções, que não sejam prejudicados também do ponto de vista carreira e do ponto de vista financeiro, e isso, como nós sabemos, muitas vezes acontece.

É necessário, por isso que sejam eliminados estes obstáculos, este conjunto de questões e que se garanta desta forma que não existem estes condicionalismos no sentido, de facto, conseguir que todas as grávidas possam fazer-se acompanhar pelos maridos ou companheiros, com certeza, mas não só, a legislação, não estabelece restrições a este nível, pode ser uma amiga, pode ser a mãe, a tia, o pai, ou seja, pode ser a pessoa que é escolhida por parte da grávida para a poder acompanhar e muito bem.

Portanto, eu estou absolutamente convencido que quando esta proposta chegar e com um conjunto de argumentos que aqui foram aduzidos pelas diversas bancadas parlamentares e até considerando também algumas outras propostas, nomeadamente as que foram já apresentadas por parte do Bloco de Esquerda nesta matéria, do PAN e penso que do Partido Socialista também, é evidente que eu penso que o legislador nacional também vai olhar para esta questão e vai verificar que é uma questão de justiça, muitas vezes temos aquela visão tecnocrata, que é uma política virada para a natalidade e é, é! Porque, obviamente, a natalidade também está ligada ao conjunto de circunstâncias que nós criamos para que as

famílias possam, de facto, fazer as opções que têm que fazer nessa matéria que dependem de um conjunto de circunstâncias que são medidas para todas as famílias. Mas é muito importante para mim, que é fundamental, é também a questão da justiça e esta questão, de facto, é uma questão de justiça social e trata-se aqui de remeter uma proposta que tem que ser aprovada na Assembleia da República, uma proposta que eu tenho a certeza que o legislador nacional alertado para estas circunstâncias específicas destas 6 ilhas sem hospital, alertado para esta situação específica, terá, com certeza também uma leitura diferente daquela que fez quando procedeu a estas alterações e, portanto, irá com certeza aprovar as alterações que aqui lhe são propostas por parte deste Parlamento, do Parlamento dos Açores.

E não é por acaso, que as intervenções que, entretanto, já me antecederam, vão todas no mesmo sentido, ou seja, há aqui da esquerda à direita, uma confluência de posições, porque se trata de uma questão muito transparente, uma questão muito justa que venha e que é possível e tenho a certeza que venha a ser adotada e aprovada por parte do legislador nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Só para esclarecer, e, daquilo que também foi dito pela Sra. Deputada Vera Pires, quanto a não perceber aquilo que foi explanado por parte do Grupo Parlamentar do CDS, dizer que efetivamente aquilo que disse, foi que no nosso entendimento, primeiro expliquei qual foi o espírito de termos apresentado esta proposta de alteração e o que é que suscitou ter apresentado esta iniciativa e depois,

reconhecendo a pertinência daquilo que é proposto por via das propostas de alteração, nomeadamente no que concerne a quem vai fazer os tratamentos de fertilidade, que a nossa questão se prendia exatamente com o facto de querermos alargar o que se pretende com esta iniciativa e ficarmos no fim de contas, digamos assim, sem conseguir resolver aquilo que nos moveu a levar a apresentar esta iniciativa e foi só apenas isso aquilo que transmiti, porque a verdade é que depois, e, por aquilo que parece termos aprovado esta iniciativa, a mesma será, a concretização daquilo que se pretende com esta iniciativa dependerá da Assembleia da República e não ficará na nossa mão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Depois também dizer naquilo que foi dito pela Sra. Deputada Isabel Teixeira no que concerne à opção das grávidas, que por exemplo, as grávidas do Grupo Central ou do Grupo Ocidental não poderem fazer o acompanhamento durante a sua gravidez no hospital do Divino Espírito Santo, a verdade é que essa situação já há muito que acontece, apesar das grávidas poderem na altura do parto optarem pelo Hospital do Divino Espírito Santo, no momento do acompanhamento e nas ecografias no acompanhamento que fazem tal não é possível.

Na altura e ainda no anterior Governo essa questão já se colocava, o que nos foi transmitido e já também com o anterior Secretário da Saúde, essa questão também coloquei ao Sr. Secretário, e, o que nos quer antes quer agora o que nos foi na altura transmitido é que efetivamente prendia-se com a capacidade de resposta a estas grávidas, por forma a prestar o melhor serviço e porque estes momentos, este acompanhamento tem que ser feito naquela determinada altura e, como tal, não se coadunava com a falta de resposta que pudesse existir no timing que era preciso fazer ecografia e por essa gestão e essa capacidade de resposta é que o Hospital Divino Espírito Santo faz o acompanhamento às grávidas de São Miguel e de Santa Maria e o Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira e da Horta fazem

o acompanhamento às grávidas do Grupo Central e do Grupo Ocidental, mas reconheço que muitas vezes somos abordadas, quer antes, quer agora por essa questão e claro que o alerta que faço é se efetivamente se verificar essa capacidade de resposta às grávidas do Grupo Central e do Grupo Ocidental pelo parte do Hospital Divino Espírito Santo, claro que é algo que devemos que devemos alterar, mas eram estes os argumentos do passado, foram estes os argumentos que também nos foram aludidos já com este Governo e também queria só deixar esse esclarecimento, muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Esta Anteproposta de Lei traz-nos aqui uma questão que não é nova, mas felizmente é-nos trazida pela coligação com propostas de alteração do Bloco de Esquerda e do PAN, que são pertinentes, eu diria, contribuem para a equidade entre cidadãos tal e qual como esta proposta da coligação, mas não posso deixar de referir que quer no caso do Código do Trabalho, quer no caso do Regime de Proteção Social que aqui estamos propor à República seja alterado, foram perdidas oportunidades num passado ainda recente, umas em 2009 e outras já em 2023, destas alterações terem sido feitas em sede da Assembleia da República, com a participação dos cinco Deputados eleitos pela Região Autónoma dos Açores.

E isto, nós devemos referir sempre, nós elegemos a cada ato eleitoral para legislativas para a Assembleia da República, cinco Deputados pela Região Autónoma dos Açores que não tiveram em atenção nada disto que nós aqui

encontramos.

Seria desejável, seria mesmo muito bom, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não tivesse que apresentar Antepropostas de Lei, era sinal de que os nossos Deputados na República estavam preocupados com as questões dos açorianos, em vez de estarem enredados na política nacional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um telefonemazinho ao Rui Rocha.

Deputado Nuno Barata (IL): O telefonema já seguiu.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É só aqui um pequeno esclarecimento àquilo que eu disse, que eu não falei não foi no acompanhamento da gravidez, falei sim, foi na realização do parto no Hospital do Divino Espírito Santo. Muito obrigada.

Presidente: Muito Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

Vamos começar por votar esta Anteproposta na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 12/XII foi aprovada por unanimidade na votação na generalidade.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade, pergunto se há inscrições para o debate na especialidade. Não havendo, vamos votar o art.º 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manterem como estão.

Secretário: O art.º 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar, passando ao art.º 2.º, a proposta de alteração

apresentada pelo PAN ao aditamento da alínea c) do n.º 1 do art.º 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 voto a favor do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação as duas propostas de aditamento da alínea d) e da alínea e), propostas pelo BE. Não havendo oposição, colocarei à votação da Câmara, as propostas de aditamento à alínea d) e da alínea e) ao n.º 1 do art.º 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao aditamento da alínea c) do n.º 1 do artigo 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, o Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração ao n.º 2 do art.º 35.º.

Presidente: Sim, é verdade, a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista é entendida como uma alteração de logística normal, que será corrigida em redação final global como muitas outras propostas que acontecem nesta Casa e anomalias que os diplomas na sua origem têm e que

são corrigidas na redação final global, essa e outras que foram apresentadas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, eu julgo que as propostas de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista foram admitidas e uma delas é ao n.º 2 do art.º 35.º sob pena de fazermos a votação do art.º eliminando o n.º 2 do art.º 35.º, essa é a nossa perspetiva, mas o Sr. Presidente fará como, naturalmente entender.

Presidente: Foi o entendimento que tivemos.

Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao aditamento da alínea c) do n.º 1 do artigo 65.º.

Uma interpelação, faça favor, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, sem prejuízo de entendimento diferente, mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicitava a votação da sua proposta de alteração, se a isso não se opuser a Câmara, muito obrigado.

Presidente: Penso que não há oposição da Câmara.

Há uma proposta de aditamento do Partido Socialista, eu posso informar a Câmara que todas, à exceção de uma das propostas de alteração do Partido Socialista, todas as outras, já tinham sido identificadas como necessidades de correção na redação final global, o Partido Socialista entregou hoje, e bem, já estavam identificadas pelos serviços, consideramos que não era necessário votá-las porque elas seriam corrigidas na redação final, mas se o Partido Socialista entende votá-las, tudo bem.

Está à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 2 do art.º 35.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 1 do

PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao aditamento da alínea c) do n.º 1 do artigo 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 a favor do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar as duas propostas do Bloco de Esquerda de aditamento da alínea d) e da alínea e) em conjunto? Então coloco à votação as propostas de aditamento à alínea d) e alínea e), apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao n.º 1 do art.º 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 3 do art.º 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao mesmo número.

Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao

n.º 5 do art.º 94.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Acontecem agora também três situações que foram propostas apresentadas pelo Partido Socialista, que não considerávamos a necessidade de votá-las, mas como quiseram votar a outra também quererão votar estas e votaremos.

Está à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 2 do art.º 249.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a segunda proposta, apresentada pelo Partido Socialista ao art.º 249.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta do Partido Socialista apresentado ao art.º 252.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido

Socialista à alínea d) do n.º 2 do art.º 255.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o art.º 2.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao art.º 3.º, a primeira proposta de alteração é do PAN é uma proposta de alteração do n.º 1, com a alteração da epígrafe.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao n.º 2 do art.º 37.º B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda do art.º 37.º C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de

Esquerda do art.º 37.º D.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o art.º 3.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao art.º 4.º, está à votação, a primeira proposta de alteração é do PAN, proposta de alteração ao aditamento da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Pergunto à Câmara se as duas propostas de aditamento feitas pelo Bloco de Esquerda à alínea d) e alínea e), posso colocá-las à votação em conjunto? Estão à votação as propostas de aditamento à alínea d) e alínea e), apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao n.º 1 do art.º 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alteração do n.º 1 do art.º 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN, aditamento da alínea c) do n.º 1 do art.º 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam, o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento de uma alínea d) ao n.º 1 do art.º 27.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea e) apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 1 do art.º 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o art.º 4.º, com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 4.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao art.º 5.º, a primeira proposta de alteração é apresentada pelo PAN ao n.º 1 do art.º 9.º B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 2 votos abstenção do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um art.º 9.º C, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do art.º 9.º D, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 5.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como

estão.

Secretário: O art.º 5.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 6.º, a primeira proposta de alteração é do PAN ao aditamento da alínea c) do n.º 1 do art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar as duas propostas de aditamento apresentadas pelo Bloco de Esquerda em conjunto?

Estão à votação as propostas de aditamento apresentadas pelo Bloco de Esquerda da alínea c) e alínea e) ao n.º 1 do art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alteração do n.º 3 do art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao art.º 29.º, com a alteração

da epígrafe apresentada pelo Bloco de Esquerda. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, à epígrafe do art.º 56.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o art.º 6.º, com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 6.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 7.º, a primeira proposta de alteração é do PAN com alteração da epígrafe do n.º 1 do art.º 9.º B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se as duas propostas de aditamento feitas pelo Bloco de Esquerda podem ser colocadas à votação em conjunto?

Estão à votação a proposta de aditamento do art.º 9.º C e do art.º 9.º D, propostas pelo Bloco de Esquerda ao art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o art.º 7.º, com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 7.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um art.º 7.º A, apresentado pelo PAN.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, eu queria só retirar essa proposta de alteração.

Presidente: Retirar a proposta, está retirada.

Votamos o art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 8.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um art.º 8.º A, apresentado pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o art.º 9.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 9.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 21/XII foi aprovada por unanimidade em votação final global.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda, passar para o ponto 3 da agenda.

Sr. Deputado Paulo Silveira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Manifestar a nossa satisfação pela aprovação por unanimidade na generalidade desta iniciativa, mostra a preocupação de todos os partidos com assento nesta Assembleia sobre esta matéria. Votámos favoravelmente esta proposta porque o efeito prático que nos propúnhamos, para já era desonerar as empresas, as entidades empregadoras do pagamento de despesas de acompanhamento da mulher grávida e transferir esses encargos para o Orçamento de Estado, bem como, também, com as alterações que foram bem-vindas por parte dos vários partidos a esta iniciativa, que também permitiram que haja apoio à assistência para a deslocação de tratamentos de procriação medicamente assistida.

Este diploma pretende criar condições de dignidade e igualdade para as pessoas grávidas e respetivas famílias ou quem quer, neste caso, agora, procurar engravidar que residam nas ilhas, principalmente nas ilhas sem unidade hospitalar, mantendo-se assim os laços familiares de apoio à assistência à grávida para este momento tão importante do nascimento de um filho.

Aguarda-se assim, e este aqui o busílis agora da questão, visto esta unanimidade nesta aprovação, que a Assembleia da República aprove estas alterações à legislação laboral e a proteção da parentalidade aprovadas por esta Assembleia, demonstrando assim cooperação e solidariedade para com esta Região Autónoma e com as famílias e empresas açorianas que tão propaladas são nesta Casa. Muito Obrigado, disse.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e da Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Sra. Deputada Isabel Teixeira faça favor.

(*) Deputada Isabel Teixeira (PS): Muito Obrigada, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O PS como sempre está em defesa dos Açores e dos açorianos e mostrou isto ao aprovar esta proposta e a estar ao lado dos partidos que a apresentaram.

Queremos defender sempre sem entrar em conspirações e em jogos políticos, porque os Açores e açorianos são a nossa causa e por isso nós estamos cá para responder de uma forma concreta aos problemas das famílias, aos seus anseios e àquilo que mais os preocupam no dia a dia. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais declarações de voto? Não havendo, vamos avançar para o ponto 3 da nossa agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII – “Aprova o Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores”**, é uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais para a sua apresentação.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo

Há 18 anos, o titular da pasta da Educação do Governo Socialista nos Açores elaborou, unilateralmente, um despacho normativo, o famoso 48/2005, que aumentava, de forma significativa, a componente letiva de trabalho dos docentes dos Açores, preterindo o trabalho não letivo de estudo didático e científico, de preparação de aulas, de avaliação de alunos e de desenvolvimento de trabalhos de

projeto e de articulação com a comunidade, fundamental para o desenvolvimento qualitativo da Educação.

Nos Açores e no país, os governos socialistas de então lançaram uma campanha que reestruturava os sistemas educativos, para pior, invocando que os professores eram uma classe privilegiada, cheios de regalias, com uma carga de trabalho semanal baixa e com muitas férias, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Oh Sra. Secretária, menos!

A Oradora: ... sem rigor na sua avaliação do desempenho e em que todos, independentemente do seu valor, chegavam ao topo da carreira.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Os Governos socialistas de então, do Continente e da nossa Região, alteraram o Estatuto da Carreira Docente, criando uma carreira mais longa, marcada por uma forte depreciação salarial. É certo que aqui se conseguiram evitar as quotas de acesso aos 5.º e 7.º escalões, mas também aqui se restringiram as reduções da componente letiva por idade e tempo de serviço, tendo o Governo Socialista dos Açores ido ainda mais longe neste ataque à classe docente, restringindo-lhe direitos laborais aplicáveis a toda a administração pública.

Alheios às fortes críticas e aos alertas de que tais ataques à dignidade docente teriam como consequência a diminuição da atratividade da carreira, os Governos Socialistas de então prosseguiram as suas políticas de desvalorização docente. Decorridos quase vinte anos, faltam-nos professores e são mesmo muito poucos os alunos das nossas escolas e universidades que almejam tal profissão.

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Não por falta de habilitações, mas porque a docência não é uma carreira atrativa. Não, este não é um acaso, resulta precisamente dos fortes ataques à carreira e à desvalorização do papel do professor. Não foi por falta de aviso. Os docentes, os seus sindicatos, hoje aqui presentes e que cumprimento, e os partidos

políticos que então constituíam a oposição não somente contestaram as políticas que estavam a ser prosseguidas, como apresentaram propostas alternativas, na sua essência rejeitadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Aqui chegados, confrontamo-nos com uma forte depreciação da condição docente. Não podemos apagar o passado. Os ataques perpetrados prejudicaram fortemente os professores e educadores no ativo, que se sentem cansados e desmotivados. É importante continuarmos a fazer referência a todas as aleivosias praticadas, não somente para que não se repitam os erros cometidos, mas também porque nos encontramos fortemente condicionados pelos efeitos de tais políticas. Houvesse mais professores, e poderíamos apresentar propostas mais apelativas de horários de trabalho. Houvesse menos dívida, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... e teríamos condições para uma maior valorização remuneratória. *(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

A Oradora: Não, não podemos apagar o passado, mas podemos construir um futuro pautado pela confiança. Confiança num Governo que hoje cumpre com a sua palavra, com o seu programa eleitoral e de governação.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Confiança de um Governo nos professores e educadores que, com elevada dedicação aos seus alunos, devem ter tempo para se centrarem cada vez mais no essencial, ensinar.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Trazemos hoje a este parlamento o diploma que rege a carreira docente, fruto de negociações sindicais uma vez mais, marcadas pela convergência. No momento em que, no Continente, os alunos estão sem aulas, em que o governo socialista faz um braço de ferro com os professores, nos Açores o

momento é de diálogo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Somos um exemplo pela estabilidade e apresentamos um diploma que é, também, exemplar em todo o país.

Trazemos um diploma que valoriza o trabalho do professor estagiário, remunerando-o.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Criamos um regime de acompanhamento e exigência no primeiro ano em que os docentes exercem tais funções. Valorizamos a formação contínua, alargamos os incentivos à estabilidade aos docentes contratados, introduzimos apoios ao alojamento, concedemos uma bonificação aos docentes contratados que se mantenham na mesma escola durante três anos consecutivos. Clarificamos o conteúdo das componentes letiva e não letiva do trabalho docente. Introduzimos reduções na componente não letiva de estabelecimento, por idade e tempo de serviço. Salvuardamos adequações no caso de doença. Consagramos direitos à parentalidade, às férias, ao usufruto do estatuto do trabalhador-estudante vigentes na administração pública. Aumentamos o número de horas de acumulação permitidas, correspondendo a uma necessidade das escolas profissionais da Região. Contemplamos como serviço docente o prestado pelos educadores de infância em creches. Introduzimos a igualdade no horário e nas reduções dos docentes de todos os ciclos e níveis de ensino, repondo a justiça há muito almejada pelos educadores de infância e pelos professores do 1.º ciclo do ensino básico.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Pela primeira vez na Região, negociámos um estatuto em clima de estabilidade. Indubitavelmente, teremos agora um estatuto melhor. Não é possível

resolver os problemas num toque de mágica, mas o futuro começa a escrever-se hoje, em que construímos a confiança na docência e pela docência nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Está apresentado o diploma, estão abertas as inscrições, a Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

A Educação é a estratégia mais estruturante para a melhoria das sociedades e das economias.

É com a Educação que se realiza a mobilidade social ascendente, pilar de um novo paradigma de desenvolvimento que queremos e estamos a levar por diante nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Precisamos de recuperar tempo perdido, inverter insucessos, ganhar confiança, fazer mais rápido e melhor, atingir resultados de excelência. Sabemos que o caminho não é fácil. Mas estamos determinados, temos ambição e a convicção...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... de que o sucesso começa com professores qualificados, dignificados, respeitados e motivados.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A proposta do novo Estatuto da Carreira Docente é prova disso. No ponto de partida temos constrangimentos. Mas também vantagens. E desde

logo a estabilidade da nossa classe docente, que contrasta com a insegurança, a insatisfação, diria até, a convulsão que perpassa o sistema educativo do território continental. A recuperação parcial do tempo de serviço e a não imposição de quotas na progressão da carreira foram ganhos significativos dos professores dos Açores na luta e diálogo encetados com os anteriores governos. Dizemo-lo com clareza e objetividade. Como também dizemos que muito ficou por resolver na vida dos professores e educadores; injustiças por corrigir, ambições por concretizar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sem temer e com sentido de responsabilidade, avançamos. Fosse outra a situação financeira herdada, mais professores e educadores houvesse, com habilitação profissional, e mais valorizadas seriam ainda as condições para o exercício da profissão docente nos Açores.

Deputada Délia Melo (PSD): É verdade!

O Orador: Já reduzimos significativamente a precariedade, com a criação de quadros de ilha e a abertura de 1.020 novas vagas; ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É bom lembrar!

O Orador: ... passámos a pagar a compensação pela caducidade de todos os contratos; criámos bolsas para mestrados em educação; desburocratizámos a atividade docente.

Chegou a hora de assegurar a todos os professores e educadores a mesma carga horária semanal e reduções por idade, uma luta e ambição que dura há 15 anos e que se concretiza pela primeira vez no nosso país.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É tempo de recuperar anos de serviço perdido na transição entre carreiras e que o PS sempre negou aos profissionais da educação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É bom lembrar!

O Orador: É tempo de equiparar o pessoal docente à restante administração pública quanto a faltas, licenças e dispensas, acabando com as normas redutoras deixadas pela governação socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É tempo de reduzir a componente não letiva de estabelecimento de ensino, em razão da idade dos professores e educadores.

É tempo de reintroduzir o modelo de estágio pedagógico com formação em contexto de trabalho de lecionação e remunerado, abandonado pela governação socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos devolvendo a confiança ao Sistema Educativo Regional. Professores e Educadores terão agora uma carreira compensadora e reconhecida. A Coligação faz a diferença. Os Açores merecem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Encontramo-nos num período da vida escolar em que a falta de docentes na nossa Região, a nível nacional e além-fronteiras é na verdade um dos grandes problemas com que os sistemas educativos se confrontam.

E, tempos vivemos em que as exigências não se compaginam com o recurso a profissionais, sem a devida habilitação para o tão especial e privilegiado ato de lecionação.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: O estatuto da carreira docente é, sem dúvida, o principal instrumento com que os governos podem contar para ultrapassar este desiderato.

Urge investir na captação e na fixação de docentes para a Região Autónoma dos Açores, pelo que será numa primeira linha de soluções, a valorização da carreira, aquela que é a primordial resposta a tomar-se.

Importa por isso, apoiar esta como todas as iniciativas que intencional e sustentadamente persigam este objetivo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E é apenas num esforço conjunto que se ultrapassará tão difícil obstáculo.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Ainda bem que pensa assim!

O Orador: Eu repetiria esta frase, e é apenas num esforço conjunto que se ultrapassará tão difícil obstáculo.

Não sendo ignorável que esta luta de captação de docentes se trava num enquadramento competitivo entre os três nacionais sistemas de ensino.

Deputadas Andreia Costa e Ana Luis (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isto mesmo, e além do plasmado através da presente iniciativa, apresentámos ainda duas propostas de alteração, que apenas pretendem reforçar essa mesma valorização da carreira.

Relativamente à primeira, é por nós aqui proposto que igualemos o vigente nos sistemas educativos do território continental e da Região Autónoma da Madeira, no que concerne às horas de serviço docente suplementar, ou seja, que o acréscimo na remuneração pelo trabalho suplementar do serviço docente letivo seja de 50% para a segunda e subsequentes horas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: No que concerne à segunda proposta, estamos convictos da importância de um automatismo no despoletar dos incentivos à estabilidade, ou

seja, propondo que sempre que nos dois anos letivos imediatamente precedentes, se verifique em cada um deles uma carência do corpo docente de uma unidade orgânica numa percentagem igual ou superior a 30, por resolução do Conselho do Governo Regional, seja determinada a aplicação de incentivos à estabilidade ou auscultado o Conselho Regional de Educação.

Por último, deixamos à Sra. Secretária da Educação e Assuntos Culturais...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Os parabéns...?

O Orador: ... um pedido que contribua para o serenar de duas preocupações deste Grupo Parlamentar, que expresse a esta Assembleia a palavra clara e inequívoca que todas estas alterações do atual estatuto da carreira docente, não colocam em risco de modo algum, o regime organizativo de lecionação para a educação pré-escolar e primeiro ciclo de ensino, definido por praticamente todos os países da Europa e inclusivamente plasmado na Lei de Bases do sistema educativo nacional, a monodocência coadjuvada.

Para além disto, que expresse ainda a esta Assembleia o garante que já em setembro, o arranque do ano letivo se fará com a tranquilidade indispensável, nomeadamente estando asseguradas todas as necessidades de pessoal docente para o sistema educativo da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Educação é o futuro.

E, assim como sucedem algumas outras profissões, as medidas políticas na área da educação, efetivamente não têm, por isso, grande espaço de manobra sem que, de forma indelével, condicione o futuro de todos nós.

Um estatuto da carreira docente progressivamente melhorado é um estatuto da carreira docente centrado na melhoria das condições de trabalho oferecidas aos docentes da nossa Região, fator preponderante inquestionável a nosso ver para o contributo do sucesso educativo dos nossos alunos. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça o favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começando aqui por aquilo que foi a última intervenção, dizer que é bom ver este Partido Socialista no que concerne à área da Educação, tão cooperantes e com e criando fazer este esforço conjunto...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Finalmente!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... em tantas das alterações que temos feito na área da Educação.

Por isso é bom reconhecer, e aqui a minha palavra de apreço, Sr. Deputado.

Depois começar por dizer que no nosso entendimento, esta proposta apresentada por parte do Governo Regional, é um diploma, trata-se de um diploma basilar do nosso sistema educativo regional e que vem também dar cumprimento àquilo que está plasmado no próprio Programa do Governo.

Sem dúvida que valorizar a carreira docente quer no plano social, quer no plano material, quer no plano profissional, sem dúvida que esta dignificação da carreira, que infelizmente ao longo dos anos tem vindo a perder importância, é, sem dúvida, o caminho daquilo que consideramos que deve ser o sucesso educativo da nossa Região, tendo professores motivados para lecionar, que vejam também no Governo Regional, um parceiro daquilo que é o seu trabalho, da importância que este tem na nossa sociedade e é esse trabalho que tem sido desenvolvido por este Governo de dois anos e meio, é preciso também não esquecer que...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... estamos a falar de um Governo que está em funções em dois anos

e meio, que muito já se fez no que concerne à matéria de Educação, desde a caducidade dos contratos, desde os quadros em que já permitiu a abertura de 1029 novas vagas, quer a revisão do estatuto também do pessoal da ação educativa, quer do regime jurídico da autonomia da gestão das unidades orgânicas, que até foi aprovado no Plenário passado nesta Casa e tem sido feito um trabalho árduo nesta matéria de puxar a Educação para cima...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que tenhamos, sem dúvida, também os nossos docentes valorizados, esse trabalho tem e sem dúvida, sido feito.

A questão é: é suficiente? É preciso mais? Claro que sim! Mas a verdade é que o ponto de partida também não era o melhor, haviam várias questões e reivindicações, das quais os docentes reivindicavam e muito bem, e queríamos nós ter condições financeiras para poder chegar a todas aquelas que são as reivindicações da classe docente e daquilo que nos é transmitido pelos próprios sindicatos, mas o caminho faz-se caminhando e temos dado passos seguros nesse sentido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Também parece-nos que é de todo importante ressaltar a questão do diploma que chega aqui com base na negociação com os sindicatos, na base de compromisso com os próprios sindicatos e acho que isso também é esse trabalho desenvolvido, quer por parte dos sindicatos, quer por parte da Secretaria Regional da Educação, é sem dúvida de louvar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Estamos aqui perante um diploma que, sem dúvida que traz benefícios a vários níveis, quer esta luta de há quinze anos dos professores do primeiro ciclo e educadores de infância que desde que existiu o fim das carreiras especiais do regime de aposentação por parte do Governo da República, que estes professores se sentiam injustiçados pelo facto de não terem redução de horário,

exatamente porque tinham esta compensação, vá, digamos assim, do desgaste que tinham por não ter essa redução de horário e quando este fim deste regime especial de aposentação acontece, estes professores têm-se sentido ao longo dos anos, estamos a falar de uma luta de quinze anos, injustiçados pelo facto de não verem nem a sua situação do regime de aposentação mais cedo, nem a redução de horário equiparado aos seus colegas, e, isto era uma reivindicação de há muito e queremos, cientes dos desafios que enfrentamos, mas a verdade é que nos parece que é importante ter existido esta vontade política, porque é disso que se trata, essa vontade política de aceder a esta reivindicação e a esta luta tão antiga.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Temos também a questão da recuperação do tempo de serviço perdido nas várias transições e entre carreiras, que era algo também reivindicado por muitos docentes, pelos próprios sindicatos, que também fica acautelado com esta proposta, quer também a questão da redução da componente letiva no horário do estabelecimento, quer também a equiparação à restante administração pública nomeadamente naquilo que concerne a faltas, férias e licenças, também está acautelado, o regime de estágios pedagógicos, o acompanhamento dos docentes no início da sua carreira.

De uma forma generalizada, existe uma série de reivindicações que eram há muito conhecidas e que estão acauteladas neste diploma, neste regime de compromisso que foi estabelecido até ter chegado a este documento final.

Depois deste trabalho, é verdade também foi desenvolvido o trabalho no âmbito da Comissão, com as audições realizadas com os pareceres, com as audições realizadas com os sindicatos, com reuniões dentro também dos sindicatos com os próprios Grupos Parlamentares.

E, a verdade, e por parte do Grupo Parlamentar do CDS, e, reconhecendo alguns dos argumentos que foram iniciados no âmbito destas reuniões de reivindicações que os sindicatos também gostariam de ver plasmados neste documento,

apresentámos uma proposta de alteração conjunta, equilibrada daquilo que nos parece, a nós, partidos que a subscrevemos, aquilo que era possível ir mais além daquilo que era apresentado pelo documento do Governo Regional, certos que, claro que gostaríamos de ir mais além, mas é o possível dentro daquilo que foi a nossa análise, do que foi apresentado.

E, termino, por agora dizendo que sem dúvida que isto é um momento único na nossa Região, que muitas das reivindicações que há tantos anos, que muitas vezes foram trazidas a esta Casa e que não viram a sua aprovação, que agora vamos ver a aprovação e vamos poder ir também ao encontro daquilo que eram reivindicações tão antigas por parte dos docentes, estando cientes que todo o caminho se faz caminhando e que estes são sinais sem dúvida para que a carreira docente seja valorizada, reconhecida e que dentro da própria classe, tenhamos professores cada vez mais motivados para o exercício desta profissão e que estejam também a motivar futuros novos colegas para que continuem na percussão desta carreira, que é tão importante na nossa Região.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Não raras vezes usamos aqui a frase feita de que a Educação é o único elevador social que conhecemos, aquele que melhor pode tirar da pobreza a maior parte de cidadãos, é um lugar-comum, é recorrente, mas é verdade e tem que ser sempre dita e repetida até que se perceba a necessidade que temos de olhar para a Educação de uma forma diferente daquela que foi olhada num passado ainda recente.

Disse e bem, o Sr. Deputado Joaquim Machado, que este diploma e disse a Sra. Secretária ali daquela tribuna, que este diploma vem repor muita justiça, disseram algumas, eu diria que repõe muita justiça daquela que era preciso repor no caso da classe docente.

Porque não há Educação sem infraestruturas, mas muito menos há educação sem professores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Um professor trabalha na rua, mas a rua não dá aulas aos alunos, nem uma escola fantástica sem professores funciona.

Uma das poucas vantagens de já ter atingido alguma vetusta idade, é de ter percebido cedo as vantagens do mercado e, este também é um caso, eu sou do tempo em que não havia professores, eu sou do tempo em que tinha professores de matemática, de português de inglês, com habilitações suficientes e habilitações suficientes nesse tempo era o 11º ano de escolaridade.

E, depois passamos por um tempo em que havia excesso de professores, havia professores que estavam numa bolsa nas escolas a fazer ocupação dos tempos letivos e as substituições de professores que estavam de baixa ou que não podiam participar ou que punham um art.º numa situação qualquer dessas.

E aí, houve uma desvalorização da classe docente, havia gente a mais disponível para lecionar, não eram professores, eram pessoas que estavam ali a prestar aquele serviço, eram tratadas como tal, quando na verdade esses eram professores, os outros davam aulas, estes eram professores, mas estavam totalmente desvalorizados, o mercado tinha-os desvalorizado.

Desvalorizaram de tal forma, que hoje há outra vez falta de professores, hoje há outra vez necessidade de criar incentivos e há, de facto, essa necessidade de valorizarmos aqui essas carreiras.

Nós estamos perante um diploma e perante as propostas de alteração que já entraram, que na verdade, vem trazer um acréscimo de despesa ao Orçamento

Regional. Nós também já falamos aqui várias vezes da forma como foram desorçamentadas despesas correntes transformadas em despesas de capital e, este é um caso em que nós vamos aumentar a despesa corrente, é um facto! Em milhões de euros até, vão ficar disponíveis na algibeira dos professores, é bem melhor do que ficarem na mão de despesistas, até porque na algibeira dos professores, cada um deles escolhe o que fazer com ele, se for na algibeira do Governo, a gente nem sempre escolhe, só pode escolher 4 em 4 anos e às vezes nem tem bem a noção como é que o faz.

Mas, neste aumento de despesa corrente, permitam-me que diga, isto é despesa de capital, porque isto, na verdade, é investimento que vamos fazer no setor educativo, valorizar a carreira dos professores é investimento que estamos a fazer no setor educativo, é uma daquelas situações em que a despesa corrente pode ser interpretada como despesa de capital.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E, permita-se Sr. Presidente, só para terminar ainda deixar algum tempo, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão está inscrito e a gente nunca sabe, para dizer que foi nesse desiderato, foi na tentativa de melhorar o diploma, que subscrevemos as propostas de alteração que foram apresentadas ainda há pouco, que já tínhamos, inclusivamente intenção de acompanhar algumas das propostas de alteração que o PAN tinha apresentado, embora não o tenhamos dito, mas, era uma situação que tínhamos entendido que era para acompanhar, mas, dizia eu, apresentamos uma proposta de alteração em conjunto com outras bancadas parlamentares que, na nossa opinião, vem valorizar ainda mais o diploma que o Governo nos trouxe e também dizer que essa proposta de alteração foi também consensualizada com a tutela, porque isto não poderia ser de outra forma, até porque era importante perceber o nível da despesa que estávamos a constituir e com sentido de responsabilidade também fazê-lo de uma forma concertada com o próprio Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O investimento em Educação é um investimento central para o desenvolvimento dos Açores.

Sem uma Educação de qualidade sem procurar resolver os seus problemas estruturais, dificilmente conseguiremos progredir e não conseguiremos cumprir esse grande objetivo, que é desenvolver os Açores.

E nós temos, infelizmente, alguns números vergonhosos no que diz respeito à Educação nos Açores, do abandono escolar precoce às elevadas taxas de reprovação que não nos devem deixar descansar.

Valorizar quem trabalha na Educação é por isso, um passo fundamental.

É urgente garantir condições de trabalho a todos e todas quantos trabalham na Educação, incluindo, como não podia deixar de ser, os docentes integrados na carreira docente.

Neste ano já se verificaram, como já vinha a acontecer há vários anos e como por muitas vezes se alertou, enormes carências, docentes em muitos grupos de recrutamento na oferta de emprego a termo resolutivo para supostas necessidades não permanentes.

Há recurso à Bolsa de Emprego Público, ou seja, potencialmente docentes não profissionalizados em grande número, só nos últimos 90 dias, dou alguns exemplos do pré-escolar, com 14 ofertas, no primeiro ciclo com 24 ofertas, no segundo ciclo com 12 ofertas em 4 grupos distintos, no terceiro ciclo e secundário com 31 ofertas e 9 grupos de recrutamento com a bolsa de recrutamento já praticamente esgotada.

Não há efetivamente Educação de qualidade sem existirem os agentes dessa mesma educação, sem professores, sem o demais pessoal da ação educativa,

peçoal, técnico, sem a participação também ativa dos pais e encarregados de educação.

Esta proposta de Estatuto de Carreira Docente que o Governo nos apresenta é uma alteração importante ao Estatuto em vigor, cria um novo Estatuto, mantendo, na prática e no essencial a estrutura anterior.

Nomeadamente no que diz respeito às regras de reposição do tempo intercarreiras, regras que criaram da transição entre carreiras, regras que criaram para muitos docentes uma carreira de duração superior àquela que deveria existir, uma reivindicação antiga e justa que o Bloco de Esquerda sempre acompanhou.

O Governo decidiu fazer essa reposição de forma faseada, consideramos que ela podia ser feita de outra forma, mas mantendo o faseamento, consideramos que mesmo assim se pode ir mais longe na celeridade desse mesmo faseamento e, pelos vistos, a coligação também o considera porque apresenta propostas de alteração nesse sentido.

Nós, fazemo-lo também, embora com um pouco mais de ambição, propomos outra medida que o Bloco de Esquerda já tinha proposto na passada legislatura, que diz respeito em sede de orçamento a alteração dos horários de trabalho dos docentes do pré-escolar e primeiro ciclo, o que se afigura uma medida de justiça importante para muitas e muitos docentes.

Para além disso, o Bloco defende que, em vários aspetos, a proposta pode ir e deve ir mais longe, tendo por isso também apresentado um conjunto de propostas de alteração.

Criando justiça efetivamente para que os docentes contratados, e, há muitos que continuam contratados na Região, recebam de acordo com o seu tempo de serviço, para além de terem a situação de precariedade que continuam a ter, porque efetivamente o cumprimento da célebre Diretiva Comunitária no que diz respeito à integração em quadro após três anos de serviço, não é cumprido como deveria ser na Região e, por isso mesmo, continuam a existir muitos docentes contratados

há vários anos.

E, devo lembrar a esse respeito que Portugal foi instado pela Comissão Europeia a criar novas medidas para garantir a não discriminação dos docentes contratados. O país, segundo foi noticiado, poderá ter que responder perante as instâncias judiciais comunitárias, caso não sejam garantidas as condições que o direito comunitário preconiza neste domínio, nomeadamente no que diz respeito à discriminação salarial, é essa a proposta que fazemos, se as docentes e os docentes contratados já estão sujeitos a precariedade e ausência de estabilidade na sua vida, é preciso que, no mínimo, se garanta o salário a que teriam direito se estivessem nos quadros.

Propomos ainda considerar o trabalho noturno a partir das 19:00 e garantir que o trabalho suplementar seja pago a 50% a partir da segunda hora, uma majoração de 50% a partir da segunda hora.

Não desistimos ainda da contabilização do tempo de serviço dos docentes que desempenham funções nos centros de atividades de tempo livre, uma proposta que tantas vezes fizemos neste Parlamento e que sempre foi negada a esses docentes. No que respeita aos incentivos à fixação, medida que tem alterações nesta proposta, consideramos que se deve não só ir mais longe com a criação de um subsídio ao transporte e recorde que há muitos docentes contratados que têm que andar literalmente com a casa às costas de ano para ano, e, temos de ponderar, naturalmente, se é preferível fazer esse investimento ou deixar alunos em muitas ilhas sem elas, e nós consideramos que é necessário e é justo fazer esse investimento.

No entanto, de pouco servirão medidas como o incentivo ao alojamento, se não existir habitação disponível.

Em várias ilhas, nomeadamente aquelas de menor dimensão, menor população bem se poderá atribuir um subsídio de alojamento de 1000 euros, de 1500 euros, porque de nada servirá se não há uma única casa disponível para arrendamento, e

isso sucede em várias ilhas dos Açores.

Por isso, não sendo naturalmente matéria que seja refletida em Lei no Estatuto, depende da sua aplicação, o Governo terá que criar em várias ilhas e deve criar em várias ilhas soluções para alojamento dos docentes, de outro modo ficaremos com alunos sem aulas em várias ilhas dos Açores.

É preciso tornar também objetivos os critérios de aplicação dos apoios à fixação e, por isso, propomos que nas escolas ou ilhas onde haja uma mobilidade acima de 30%, estes incentivos previstos sejam aplicados obrigatoriamente.

Estas são propostas que fazemos e que pretendem que esta revisão do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, vá mais longe, garantindo que há melhores condições de trabalho, carreira e, acima de tudo, garantindo que há o efetivo direito à Educação, a todas e a todos os alunos na Região, porque esse é efetivamente o grande objetivo e o objetivo primordial, que só se faz naturalmente com docentes, com uma carreira valorizada, com uma carreira que permita fixar e garantir uma perspetiva de vida e de melhores condições de trabalho a todas e a todos os professores dos Açores, muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros. do Governo.

Cara Sra. Secretária da Educação, Sofia Ribeiro, cara colega, que ambição V. Exa. nos apresenta aqui e quero também dar, já agora, os parabéns ao Secretário das Finanças, que também, que permite toda esta ambição.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Pensava que estava esquecido!

Deputado Berto Messias (PS): Ainda te vais lembrar muita vez disto!

O Orador: É merecido também esta referência ao Sr. Secretário das Finanças,

Duarte Freitas.

Sra. Secretária eu, quero-lhe endereçar estes parabéns por aquilo que está a fazer em conjunto com o Governo, em conjunto com todos os agentes que melhoraram os documentos iniciais, os sindicatos, os diversos agentes que tiveram oportunidade de dialogar com V. Exa., os diversos partidos políticos.

Mas aquilo que V. Exa. nos está aqui a apresentar, o Governo Regional, nos está aqui a apresentar é verdadeiramente revolucionário no nosso país, é algo incrível olhar para uma proposta com esta ambição, quando a nível nacional os professores estão na rua para a valorização das suas carreiras e aqui há uma proposta desta amplitude, que faz justiça à carreira docente, que faz justiça a muitos docentes, e, que é fundamental para que os Açores tenha uma perspetiva diferente, veja bem, o Partido Socialista referenciava na manhã e perguntava-nos qual é a vossa estratégia, qual é a vossa política? V. Exa. responde hoje, responde aqui e agora com este diploma e este Governo Regional e esta maioria, a nossa política é apostar na Educação como um fator de sucesso para a sociedade açoriana!

(Aplausos dalguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é a nossa política! Não é uma declaração de amor inconstante, uma paixão inconstante, como tantas vezes já sucedeu no passado, é algo concreto que V. Exa. aqui apresenta.

Eu, deixe-me confidenciar a V. Exa., eu sou de uma família de professores, minha irmã é professora do primeiro ciclo e o meu irmão também é professor do primeiro ciclo, já estão os dois reformados, sou um pouco mais novo, mas quero dizer, a V. Exa. que para os professores do primeiro ciclo, para os educadores de infância, se trata de uma justiça que demorou muito tempo a chegar, ainda vai demorar muito tempo a chegar a nível nacional, mas que aqui V. Exa., este Governo Regional, esta maioria e todos os que apoiaram esta proposta são responsáveis por esta coragem de fazer justiça em relação a estes professores, estes educadores de

infância que ao longo de todos estes anos foram largamente prejudicados nas suas carreiras. E é que de facto, nós olhámos para o serviço, eu fui Presidente do Conselho Executivo durante muitos anos e a verdade é que, porque é que eles tinham um horário maior? Porque é que tinham que trabalhar mais que os outros quando a dificuldade tremenda que tinham que enfrentar também no âmbito daquela que era a sua responsabilidade em termos letivos, era tão grande, é uma injustiça de muitos anos que hoje aqui se repõe, como muitas outras coisas, como a recuperação do tempo de serviço que nós continuamos a fazer, neste caso, o tempo perdido na transição entre carreiras, em que a nível nacional, o Governo Galamba, António Costa, ainda não tem a coragem de o fazer e nós aqui já estamos na etapa seguinte, que é recuperar o tempo de serviço da transição entre carreiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: E quero-lhe dizer, Sra. Secretária, veja bem, o Sr. Deputado Rodolfo Franca, diz que nos acompanha, hesitante, pé ante pé e pergunta-lhe a V. Exa., o Sr. Deputado Rodolfo Franca, que perguntava, mas tem a certeza de que isto vai resultar? Tem a certeza, tem a certeza? Tem que nos dar aqui a sua garantia.

Eu pergunto-lhe, então se um Governo apresenta aqui uma proposta e não tem a certeza daquilo que aprova ou o Partido Socialista já diz que vai apoiar e vai acompanhar e é preciso a sua palavra, não Sra. Secretária, o que é preciso é convicção, a coragem, que este Governo Regional teve de avançar neste caminho, como nenhum outro teve em Portugal ao longo de todos estes anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Rodolfo Franca, venha, acompanhe se estiver convencido, assumindo a sua responsabilidade, Sr. Deputado, assumindo esta ambição tremenda que é avançar por este caminho porque é com uma classe docente que esteja devidamente bem tratada, motivada, em que se tenha feito

justiça, em que se tenham criado condições para que possam exercer a sua atividade, é assim que nós temos um plano para o futuro dos Açores que passa por ter melhor educação, toda a ambição, toda a motivação para mudar os Açores, que é isto que este Governo Regional está a fazer com este alicerce fundamental que é a Educação.

Por isso, Sra. Secretária, é preciso muita coragem. Ainda há os Velhos do Restelo. Sr. Deputado Rodolfo Franca, ainda este Velho do Restelo. Bom, nós vamos. Mas vamos porque temos de ir.

Deputada Ana Luís (PS): Deixe a Sra. Secretária responder!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Menos!

O Orador: Vamos, porque esta proposta é uma proposta ambiciosa, porque esta é uma proposta que significará muito para as nossas escolas, porque esta proposta fará justiça à classe docente, porque esta proposta permitirá de facto, melhorar o setor da Educação, porque não pode existir melhoria no setor da Educação se os professores continuarem a ser maltratados e se não forem valorizados e é isto que esta proposta faz em muitos âmbitos e é por isso, e é por isso que eu quero saudar a sua coragem política, a coragem deste Governo, a coragem política desta maioria por avançar por este caminho em que outros ainda estão hesitantes, mas vêm, vêm porque sabem que isto é o futuro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Antes de fazer a minha intervenção, gostaria de cumprimentar também os sindicatos que estão aqui presentes e a todos os colegas, portanto, que também tiveram um papel muito importante para aquele que é o documento final que

estamos hoje aqui a discutir. E, dizer também deixar uma nota positiva sobre a forma como está a decorrer esse debate com muita cordialidade, muito construtivo e também consensual, o que é de louvar, porque nesta matéria realmente é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa.

Voices de alguns Deputados da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dalguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em relação a esta proposta de Estatuto de Carreira Docente que estamos aqui a analisar e que esperamos ver aprovada nesta Assembleia, nós estamos perante um instrumento, sem dúvida, de valorização dos profissionais de educação e obviamente, a dar mais um passo naquilo que é o potencial do sucesso educativo dos nossos alunos. Sabemos bem que a Educação de qualidade exige investimento e é por isso que este surge este documento para que possamos de facto fazer a diferença na Educação nos Açores.

Neste diploma, em particular, estão a ser definidas melhores condições para os nossos docentes, que queremos altamente qualificados e motivados, ora nós sabemos que quanto mais valorizarmos a classe docente, melhores serão os resultados que iremos obter nos nossos alunos.

E, também, verdade seja dita, já foi dito aqui hoje que isto vai representar um enorme esforço financeiro no nosso Orçamento Regional, mas não podemos hipotecar o futuro das gerações com base nos constrangimentos que sentimos hoje, portanto, temos mesmo de fazer esse investimento.

Deputados Bruto da Costa, Gustavo Alves e Catarina Cabeceiras: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Há aqui indiscutivelmente um leque de alterações positivas, todas elas já foram aqui esplanadas, não as vou estar a repetir, vou-me debruçar somente em relação a uma que foi falada, que foi a preocupação do Partido Socialista, folgo em ver que houve já uma evolução no pensamento do Partido Socialista, porque

na última discussão do Estatuto da Carreira Docente nós, ao falarmos da redução da componente letiva, ou uniformização dos horários dos professores da educação pré-escolar e primeiro ciclo em relação aos demais, era algo que não era acolhido nem era sequer, enfim, algo que o Partido Socialista quisesse implementar.

E, apontava três razões, uma financeira, uma legal e uma pedagógica, ora, hoje o discurso já é diferente, não há entraves, há preocupações, pois dizer então aqui que em relação à legalidade não é posta em causa, falou o Partido Socialista, na questão da monodocência, não há que preocupar, porque aquilo que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo é que a lecionação do primeiro ciclo seja em regime de monodocência ou monodocência coadjuvada, portanto, aquilo que nós temos aqui é exatamente esta segunda situação que se coloca, mas com um regime de horário que é perfeitamente viável e obviamente, corrige injustiças.

Em relação à questão pedagógica, ora, os alunos são de facto a nossa prioridade e chegamos até aos alunos através da valorização daqueles que são os verdadeiros obreiros da Educação, que são os professores, portanto, valorizando a carreira docente, vamos conseguir, obviamente, melhores resultados.

E, muito rapidamente nós vemos isso, estabelecendo aqui o paralelismo com o que acontece a nível nacional, portanto, greves atrás de greves porque não é valorizada a carreira docente leva a prejuízos incalculáveis naquilo que é o desenvolvimento educativo dos alunos.

Deputados Bruto da Costa: Bem lembrado.

A Oradora: Portanto, eu terminaria aqui com uma espécie de exercício logístico, digamos assim, a dizer que a melhoria da carreira docente potencia professores motivados, os professores motivados potenciam o sucesso educativo dos alunos, logo a melhoria da Carreira Docente potencia o sucesso educativo dos alunos. Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Muito Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu vou tentar, pelo menos não repetir, mas obviamente que quase todos os argumentos vão ser iguais relativamente à importância que nós damos à Educação e à importância que deveríamos dar aos professores.

Mas ainda sou do tempo, não um tempo tão longe como o Sr. Deputado Nuno Barata, mas ainda sou do tempo que ser professor era uma profissão de prestígio dentro da sociedade.

A profissão de professor era também uma profissão de qualidade que todas as pessoas que tinham essa oportunidade ou que faziam esse esforço a nível académico, sabiam que iriam ter uma profissão de qualidade.

Mas eu ainda sou do tempo também que vários Governos da República, Governos dos Açores, Governos da Madeira, retiraram totalmente a honra dos professores e tiraram o prestígio totalmente a esta profissão.

E, basta olhar se calhar o problema aqui é do liberalismo, que gosta tanto dos mercados, tínhamos mais professores, o que é que aconteceu? Pelos vistos a Iniciativa Liberal já não concorda muito com este mercado, porque se calhar, os mercados não têm razão lá por ter a mais professores, não quer dizer que temos que delapidar totalmente as reivindicações ou pelo menos o mínimo de honra de uma profissão, que forma a sociedade, seja ela no continente, seja nos Açores, ou seja na Madeira, e conseguiram os Governos, vários governos, durante mais de 30 anos, conseguiram retirar o prestígio total a esta profissão. Pelo menos temos esta iniciativa, que consegue, pelo menos, dar mais...

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Deputado Pedro Neves, o senhor não concorda

com o IL!

O Orador: ... algum prestígio ou pelo menos conseguir acomodar algumas reivindicações, talvez não todas as que queriam, o PAN acha que podíamos ir um pouco mais além, por isso é que nós fizemos uma proposta de alteração e, pelos vistos, são tão boas, são tão boas que a Iniciativa Liberal fez aqui um arranjinho...

Deputado Nuno Barata (IL): Não foi isso!

O Orador: ... com a coligação e com o CHEGA e repetiu exatamente as propostas de alteração do PAN, eh pá, porque isto não pode ser do PAN, tem que ser nosso, tem que ser nosso, mas vou ser sincero, o que interessa é que desde que os professores ganhem, eu já fico contente.

Pode haver repetição das propostas de alteração, mas temos que dar, sem dúvida novamente esse prestígio e este é o primeiro passo, mas não vai ser o único passo. Precisamos dar muitos mais passos para elevar novamente esta profissão que nos formou a todos para conseguirmos estar onde estamos agora. Obrigado.

Presidente: Muito Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, por me dar a oportunidade, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começaria até por uma frase que aqui foi dita, “eu sou do tempo de”, não! Eu estou no tempo que os professores têm dignidade e têm de ser tratados com respeito, se parte da sociedade se lembrou de retirar esse respeito e administrativamente atirar para cima das costas destes profissionais que tanto precisamos e que tanta dignidade precisa e do respeito que eles merecem é um problema paralelo, eles nunca o perderam alguém é que fez com que eles perdessem.

Por isso, eu estou no tempo, como dizia a Sra. Secretária uma vez, e, retive esta frase, um professor tem que ser um inspirador, tem que ser um inspirador, Sra. Secretária, esta ficou-me!

Tem que ser um inspirador e é verdade, porque tive alguns bons professores que me inspiraram e que já tive oportunidade de lhes agradecer.

Deputado Nuno Barata (IL): Não fui eu!

O Orador: Não foi aqui o Sr. Deputado Nuno Barata, que este nunca mencionou nada que prestasse, mas brincadeiras à parte, já tive oportunidade de agradecer a alguns dos meus professores e, se calhar, até aproveitava a oportunidade para agradecer a todos, até os menos, enfim, aqueles que menos me ensinaram, mas também aprendi o que não se devia fazer, mas grande parte deles ensinaram-me coisas muito boas e deram-me lições de vida que hoje guardo também enquanto pai, aproveito para agradecer aos professores dos meus e dos nossos filhos, o esforço que eles fazem com menos enfim, ferramentas às vezes que eles têm hoje em dia para poderem trabalhar.

E eu penso, pensamos todos, por aquilo que eu percebo, que a Educação tem que ser sempre uma prioridade para todos os açorianos, nem vale a pena repetir o que dissemos o mês passado ou que aqui o CHEGA disse, que a Educação não pode ser encarada como um custo, mas sim como investimento, o Sr. Secretário das Finanças há de ter paciência, há de ir poupando noutras coisas, mas a verdade é que um Estado que dá dinheiro, esta é para si, mas um Estado que dá dinheiro às vezes para coisas que não têm qualquer retorno e, antes pelo contrário, criam-nos problemas sociais, é um Estado que não sabe trabalhar no futuro ou para o futuro e trabalhar para o futuro é investir na Educação, seja ela a Educação que nós conhecemos do ensino oficial, mas seja ela também a formação profissional, o despertar de competências que todos devem ter.

Já disse e digo-lhe publicamente, há uma reflexão a fazer, é um erro estarmos a reter crianças, jovens até aos 18 anos nas escolas e depois eles quase que já não têm grandes caminhos a trilhar a partir daquela idade, até se acostumam ao nada fazer e começam a ver alguns exemplos que é trilhar o caminho do nada fazer, numa altura cada vez mais precisamos de gente que queira agarrar uma profissão

com dignidade.

Também chegamos aqui a uma situação que já não é aliciante ser professor, já se falou aqui da falta de dignidade e do respeito que às vezes a sociedade demonstra, isto é o que nós temos que ultrapassar e penso que este diploma neste sentido, esse Estatuto também neste sentido, vai de começarmos a dignificar a carreira dos professores e muito bem, com a concordância, mesmo que não total dos sindicatos, também tive oportunidade de conversar com alguns, obviamente que é assim e também sei que no dia a seguir de aprovarmos esse Estatuto é o dia de começarmos a trabalhar nas melhorias do próximo, porque é assim mesmo, a Educação é dinâmica.

Que assim seja, da parte do CHEGA, terá sempre a concordância, sempre quisemos dar passos em frente e sempre quisemos investir no futuro.

Quanto ao custo financeiro, a mim nada me incomoda, quando eu vejo tanto dinheiro desperdiçado, se, este dinheiro for parar aos nossos jovens, às nossas crianças, ao futuro da nossa Região, está muito, mas muito bem empregue. Muito obrigado.

Presidente: Muito Obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu não gostava de centrar o problema dos professores ou a falta de uma carreira, o tratamento de igualdade dos professores com dignidade ou não dignidade, eu não gostava de sequer de associar a palavra dignidade àquilo que os professores auferem.

Eu acho que é um péssimo princípio, eu acho que os professores acima de acharem que devem auferir mais algum dinheiro acharem que devem ter pelo menos uma igualdade de tratamento entre professores, desde logo pela quantidade de horas letivas, eu acho que acima de tudo, a palavra reconhecimento pelo serviço

prestado à sociedade e a palavra confiança, confiança por parte da classe docente relativamente aos agentes políticos, no sentido destes estarem sensibilizados para a necessidade que é termos professores motivados, termos professores a uma só classe, não professores de fazer 20 horas por semana e professores de fazer 30 horas por semana, mas de fazerem todas as mesmas horas por semana, de, independentemente estarmos a falar em ensino secundário ou ensino primário, estamos a falar de profissionais de educação e que eu acho que é isso a palavra principal que os professores querem da nossa parte da classe política, é esse reconhecimento, pois se esse reconhecimento se vai materializar agora em 4 ou 5 milhões de euros por ano a mais do que aquilo que são os encargos com os docentes, eu acho que esse também é um assunto que merece reflexão, mas acima de tudo, eu acho que, acima de tudo o que os professores querem é um reconhecimento e uma atenção por parte de nós na resolução dos problemas que, este diploma aparentemente vem resolver.

Da minha parte, sinto-me tranquilo com a aprovação deste diploma, no entanto, a questão que já foi aqui levantada, também e que eu já falei dela aqui, a dotação necessária para fazer face a esse aumento de encargos, pois eu não entro no mesmo populismo de que os dinheiros mal gostos em a, em b ou c.

Eu quero acreditar que este Governo, como até o anterior, tudo fez para de uma forma harmónica, investir os recursos que tinham no sentido de serem equitativos a toda a sociedade.

E, eu entendo que esses 4 ou 5 milhões de euros, ao que me foi informado necessários para fazer face a esse novo compromisso, vão fazer falta em mais algum lado, é assim se temos um endividamento zero, se temos uma dotação já previamente estabelecida para este ano, alguma coisa vai ficar atrás relativamente a 2024, porque a aprovação desta medida vai representar em 2024 mais dinheiro. É preciso perceber se efetivamente o que é que pode ficar atrás, até porque e há pouco quando falei na questão da equidade de horas letivas para os professores, é

preciso também levar o assunto a outra dimensão que é, há mais vida para além dos professores, e, ainda hoje de manhã, na sessão de perguntas que se realizou sobre São Miguel, houve aqui uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Nuno Barata, a pobreza em São Miguel, eu não creio que a pobreza em São Miguel seja porque os micalenses sejam mais preguiçosos, porque sejam menos inteligentes, porque sejam menos eficazes na gestão da sua vida no dia a dia, eu creio que a pobreza em São Miguel reflete-se precisamente no rácio entre empregabilidade pública e empregabilidade privada.

Deputado Nuno Barata (IL): Qual é?

O Orador: E a empregabilidade privada, como sabemos, a média salarial é mais baixa.

Deputado Nuno Barata (IL): É um facto!

O Orador: Portanto, esta é a realidade que eu acredito que condiciona a progressão da qualidade de vida nos micalenses, portanto, os micalenses são mais pobres porque são menos funcionários públicos.

E, o que eu espero é que por parte deste Governo e fazendo fé à necessidade de esses mais cerca de 5 milhões que serão necessários, não os retirar àquilo que é economia para lá daquilo que é a gestão do erário público relativamente ao pagamento dos honorários aos funcionários públicos, é importante reter isto, o dinheiro que vai ser posto agora na mão de um professor, não pode faltar ao dinheiro de uma prestadora de serviços de limpeza, não pode faltar a um carpinteiro, não pode faltar ao electricista, um pedreiro ou a um pescador.

Esse dinheiro terá que ser gerido de outra forma, porque ele não pode faltar a outra economia, porque, caso contrário, estaremos a ser injustos e eu não queria que essa resolução dos problemas da carreira docente venha a ser um encargo para as outras profissões que já são debilitadas, que já são menos remuneradas na ilha de São Miguel. Muito Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra.

Secretária Regional da Educação, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*):
Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Devo confessar-vos que me agrada muito nesta Casa hoje, muitos dos adjetivos e classificações que aqui foram criados e que foram referidos.

Nós falamos em confiança dos professores, ...

Deputado Nuno Barata (*IL*): A senhora está falando com ex-sindicalista ou como Secretária Regional?

A Oradora: ... nós falamos na valorização aos professores, nós falamos no agradecimento aos professores, que diferença, que diferença que aqui está, só por isto vale a pena este Governo de coligação.

(*Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo*)

A Oradora: Sr. Deputado Rodolfo Franca colocou uma questão, à qual eu vou dar resposta, nós há vários anos a esta parte, nas várias reuniões que temos e encontros que temos com educadores de infância e professores do primeiro ciclo, todos eles nos dizem, é comum dizerem-nos que a monodocência pura e dura já acabou há muito tempo.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): A senhora está enganada!!!

A Oradora: Longe vão os tempos em que tivemos um magistério primário muito importante e que fez um percurso, foi feita uma a evolução com diferentes formas, até mais diversas e plurais na formação dos educadores de infância e dos professores do primeiro ciclo do ensino básico, até introduzindo algumas áreas de especialização aos próprios, a própria criação de agrupamentos de escolas e escolas básicas e integradas e secundárias, permite um trabalho diferenciado com outras equipas e os Srs. fizeram e bem, a introdução, a consolidação na Região de um modelo de monodocência coadjuvada nas revisões que assim fizeram, em

que, o professor do primeiro ciclo e o educador de infância continua a desenvolver o seu trabalho com a introdução de docentes de outras áreas da especialização a trabalharem em cooperação com eles na própria sala de aula e é precisamente este o modelo que nós preconizamos, ou seja, continuarmos a defender que o educador de infância, o professor do primeiro ciclo, é a figura de referência predominante na sua sala de aula e depois, em paralelo, nós temos a criação de equipas pedagógicas que vão continuar a estimular e potenciar ainda mais o desenvolvimento de práticas colaborativas e, portanto, aqui fazendo mais jus ao modelo de monodocência coadjuvada, não nos esqueçamos que quando fazemos isso, estamos, e, quando estamos a apresentar esta equidade de horários entre os docentes de todos os ciclos e níveis de ensino, obviamente que estamos a dar resposta a uma pretensão já antiga dos educadores de infância e dos professores do primeiro ciclo, como aqui foi dito, mas há uma outra questão que diz respeito à qualidade do tempo não letivo que estes profissionais têm que ter para prepararem e avaliarem condignamente as suas aulas.

Os nossos alunos estão diferentes, os nossos alunos são muito mais exigentes, requerem muito mais tempo de atenção, requerem muito mais grau de especialização e para que isso possa acontecer os professores do primeiro ciclo e os educadores de infância, estou a apontar para cima, porque reconheço alguns, precisam do devido tempo para prepararem condignamente essas aulas, e, é preciso precisamente por isso que nós temos, agora a aplicar uma redução do tempo letivo, que se traduz em mais tempo não letivo, em mais tempo de trabalho individual,...

Deputado Carlos Freitas (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):
Muito bem!

A Oradora: ... para que possam fazer, precisamente esse trabalho, e, portanto, fazemos isso, respeitando os professores e os educadores, mas com o objetivo dos alunos, olhar para os alunos, aquilo que eles precisam para que possamos ter de

facto a Educação a alavancar o sistema educativo regional.

Nesta preparação que aqui agora se antevê, já combinamos com os conselhos executivos das nossas unidades orgânicas e estamos a preparar para muito em breve, uma reunião do conselho coordenador e até mesmo da Comissão Permanente das Unidades Orgânicas com a presença, depois será em convite aos sindicatos e também à federação de pais, no sentido de podermos então preparar todas as linhas orientadoras para que o próximo ano letivo possa decorrer no máximo possível num regime de estabilidade.

É um trabalho que estamos a desenvolver e que em breve terá essa expressão desta reunião.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Muito obrigada.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo mais inscrições, eu tenho a informar que a Mesa não está em condições de iniciar as votações, como devem compreender acabaram de entrar propostas e nós temos que nos preparar para votar o diploma, que é muito complexo e muito longo.

Podemos votar na generalidade e continuamos a especialidade amanhã?

Sras. e Srs. Deputados, vamos então votar a Proposta de alteração e aditamento à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII – Aprova o Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores

Votação na generalidade, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII, foi aprovada

por unanimidade na votação na generalidade.

(Aplausos dos Deputados de todas as bancadas)

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para uma interpelação, Sr. Presidente, solicitando um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, atendendo a nossa hora, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje, boa noite a todos, bom descanso e começamos amanhã às 10h00 com o PTAP.

Eram 19 horas e 27 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

Documentos entrados

1- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 57/XII

Assunto: [Décima nona alteração ao Decreto Legislativo regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de](#)

[janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, 6/2019/A, de 12 de fevereiro, 8/2019/A, de 9 de maio, 1/2020/A, de 8 de janeiro, 12/2020/A, de 3 de junho, 15-A/2021, de 31 de maio, 9/2022/A, de 23 de maio, e 1/2023/A, de 5 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 05 – 03

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2023 – 06 – 19;

N.º 58/XII

Assunto: [Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2022/A, de 6 de abril](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 05 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2023 – 06 – 05.

2- Projeto de Resolução:

N.º 160/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo](#)

Proveniência: Deputado Independente

Data de Entrada: 2023 – 04 – 26

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

3- Proposta de Resolução:

N.º 12/XII

Assunto: [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2022](#)

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2022 – 05 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de Parecer: Aguarda parecer do Tribunal de Contas

4- Requerimentos:

Assunto: Governo não dá resposta às avarias constantes da grua do Porto da Calheta São Jorge

Autores: Maria Isabel Teixeira, Mário Tomé e José Manuel Ávila (PS)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 20

Referência: 54.02.05 – N.º 610/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreq610.pdf

Assunto: Governo não cumpre a lei entregando na Assembleia Legislativa os planos e orçamentos e planos estratégicos plurianuais das entidades do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores

Autores: Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Manuel Ávila, Tiago Branco, Tiago Lopes e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 611/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque611.pdf

Assunto: Programa anual de deslocações de profissionais de saúde para 2023

Autores: Tiago Lopes, Lubélio Mendonça, José Eduardo, Marta Matos, Mário Tomé, Maria Isabel Teixeira, José Manuel Ávila, Manuel Ramos, Joana Pombo Tavares e João Vasco Costa (PS)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 612/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque612.pdf

Assunto: Combate à alga *Rugulopteryx Okamurae*

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 613/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque613.pdf

Assunto: Governo Regional não dá resposta ao problema das descargas residuais irregulares em Rabo de Peixe

Autores: Carlos Silva e Valdemira Gouveia (PS)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 26

Referência: 54.02.02 – N.º 614/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque614.pdf

Assunto: Apoio financeiro aos cuidadores informais

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 26

Referência: 54.09.00 – N.º 615XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque615.pdf

Assunto: Governo Regional opta em manter a indefinição quanto às estratégias de desenvolvimento e controlo da carga turística do destino Açores

Autores: Rui Anjos, Carlos Silva, José Manuel Ávila e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 616/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque616.pdf

Assunto: Mecanismo de penalização financeira aos formandos da Ponte Norte-Cooperativa de ensino e desenvolvimento da Ribeira Grande, CRL

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 28

Referência: 54.06.02 – N.º 617/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque617.pdf

Assunto: Governo da direita deixou cair o projeto da «Marca Açores»

Autores: Carlos Silva e Rui Anjos (PS)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02

Referência: 54.02.00 – N.º 618/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque618.pdf

Assunto: Relatório com as conclusões do Estudo Diagnóstico do Equilíbrio e Sustentabilidade das Escolas Profissionais de Direito Privado na Região Autónoma dos Açores

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 619/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque619.pdf

Assunto: Trabalhadores que recebem o salário mínimo regional

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 620/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque620.pdf

Assunto: Juros de mora a pagar pela Região Autónoma dos Açores à EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 621/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque621.pdf

Assunto: Horários das lotas nos Açores

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02

Referência: 54.09.00 – N.º 622/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque622.pdf

Assunto: Relatório de avaliação da Dual Açores

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 03

Referência: 54.06.02 – N.º 623/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque623.pdf

Assunto: Comissão Europeia confirma agravamento dos prazos de pagamentos a fornecedores da responsabilidade do Governo Regional da Direita

Autores: Tiago Lopes e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 624/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque624.pdf

Assunto: As lutas internas do Governo Regional da Direita estão a degradar o sector da saúde nos Açores

Autores: Tiago Lopes e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 625/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque625.pdf

Assunto: Situação caótica de acumulação de resíduos sólidos urbanos no centro de processamento de resíduos das Flores

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 04

Referência: 54.06.08 – N.º 626/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque626.pdf

Assunto: Governo continua a adiar o aumento do parque de estacionamento do aeródromo de São Jorge prejudicando os jorgenses e o sector do turismo na ilha

Autora: Maria Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 04

Referência: 54.02.05 – N.º 627/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque627.pdf

Assunto: Aquisição de máscaras com defeito

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 05

Referência: 54.09.00 – N.º 628/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque628.pdf

Assunto: Pedidos de mudança de habitação solicitados por pessoas portadoras de deficiência ou com uma condição clínica incapacitante

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 629/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque629.pdf

Assunto: Pavilhão da Escola Básica e Secundária da Calheta

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08

Referência: 54.01.05 – N.º 630/XII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque630.pdf

5- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Qual a necessidade e oportunidade do protocolo de cooperação assinado pelo Presidente do Governo com a Guarda Nacional Republicana (GNR)?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 578/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp578.pdf

Assunto: Ações de fiscalização da IRAE

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 24

Referência: 54.09.00 – N.º 595/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp595.pdf

Assunto: Operação do DASH Q-200 na ilha do Corvo condiciona mobilidade dos corvinos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 24

Referência: 54.02.09 – N.º 596/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp596.pdf

Assunto: Sistema VTS (Vessel Traffic Service) na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 24

Referência: 54.03.00 – N.º 597/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp597.pdf

Assunto: Há falta de equidade do Governo dos Açores na atribuição dos apoios aos clubes açorianos organizadores de provas de automobilismo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 584/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp584.pdf

Assunto: Cativações do Governo Regional condicionam ainda mais o setor da Cultura nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 592/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp592.pdf

Assunto: Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) na Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27

Referência: 54.08.00 – N.º 593/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp593.pdf

Assunto: Ponto de situação de propostas e recomendações aprovadas pelo Parlamento dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27

Referência: 54.10.00 – N.º 594/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp594.pdf

Assunto: Governo Regional desiste da participação dos Açores nos Jogos das Ilhas prejudicando os jovens atletas açoriano

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 600/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp600.pdf

Assunto: Missiva do Presidente do Governo enviada ao Primeiro-Ministro a propósito dos estragos causados pela Depressão EFRAIN

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27

Referência: 54.02.08 – N.º 601/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp601.pdf

Assunto: Risco de queda de falésia no trilho Vigia de São Pedro

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27

Referência: 54.06.02 – N.º 604/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp604.pdf

Assunto: Vigilância no Porto de São Mateus

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27

Referência: 54.09.03 – N.º 605/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp605.pdf

Assunto: Preocupação com a atualização do Sistema de Identificação Parcelar (iSIP)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27

Referência: 54.01.00 – N.º 606/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp606.pdf

Assunto: Incumprimento nas remunerações de professores contratados a termo resolutivo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 28

Referência: 54.06.00 – N.º 598/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp598.pdf

Assunto: Parque Industrial das Lajes, na Praia da Vitória, uma trapalhada herdada do Partido Socialista

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02

Referência: 54.01.03 – N.º 602/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp602.pdf

Assunto USISM e HDES continuam sem Presidente do Conselho de Administração

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 05 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 558/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp558.pdf

Assunto: Discussão pública no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental da 2.^a fase da variante à cidade da Horta

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 05 – 03

Referência: 54.06.07 – N.º 608/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp608.pdf

6- Informações:

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposto para Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline, S.A., o Dr. Francisco Duarte da Silva Bettencourt e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 04 – 24;

Assunto: Ofício n.º 755-ST a remeter, para conhecimento o Relatório n.º 01/2023 – FS/SRATC – Auditoria ao Grupo SATA (2013-2019)

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 04 – 26;

Assunto: Solicitação para realização de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de maio de 2023, que versará sobre políticas de desenvolvimento sustentável e crescimento socioeconómico da ilha de S. Miguel

Proveniência: Nuno Barata, Deputado da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal (IL)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 26;

Assunto: Solicitação de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 160/XII - Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furação Lorenzo

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2023 – 04 – 26;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de deslocação à Região Autónoma da Madeira para um encontro de trabalho, tendo em conta as competências da Comissão de Política Geral nas áreas relacionadas com Administração Pública Regional e Local e

Comunidades Açorianas

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 04 – 27;

Assunto: Envio do objeto das perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de maio de 2023, que versará sobre políticas de desenvolvimento sustentável e crescimento socioeconómico da ilha de S. Miguel, nomeadamente assuntos sociais, saúde, cultura e educação, mobilidade, transportes e comunicações e desenvolvimento económico e sustentabilidade, informando que o número de perguntas para cada um dos quesitos será de três

Proveniência: Nuno Barata, Deputado Regional da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que tem intenção de exercer o mandato de Deputado, em regime de afetação não permanente, com efeitos a partir de 3 de maio de 2023

Proveniência: José Contente, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02;

Assunto: Correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um convite para as atividades do VIP DAY do III Curso de Segurança Marítima do Centro do Atlântico

Proveniência: Professora Doutora Helena Carreiras, Ministra da Defesa Nacional e Contra-Almirante Nuno de Noronha Bragança, Coordenador do Centro do

Atlântico

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 2 de maio de 2023, a Comissão de Economia deliberou admitir a Petição n.º 52/XII – Por uma Sede condigna para o Clube Naval da Horta

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 53/XII (GOV) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, que criou o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA, até 26 de maio de 2023

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02;

Assunto: Correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os pareceres elaborados e aprovados pelo Conselho de Opinião da RTP, em reunião de 28 de abril de 2023 sobre o Relatório e Contas de 2020 e o Relatório do cumprimento das Obrigações de Serviço Público de Rádio e Televisão e do Projeto Estratégico de 2020, solicitando que seja dado conhecimento dos pareceres à Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2023 – 03 – 03;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que retoma a sua situação de Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em regime de afetação permanente, com efeitos a partir de 4 de maio de 2023

Proveniência: José Contente, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 05 – 04;

Assunto: Envio a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores do relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avals a Empresas Privadas

Proveniência: Sabrina Furtado, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avals a Empresas Privadas

Data de Entrada: 2023 – 05 – 04;

Assunto: Solicitação de substituição integral da Anteproposta de lei n.º 21XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Assistência à maternidade nas ilhas sem unidade hospitalar, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08;

Assunto: Envio a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a renúncia ao exercício do cargo de Secretário da Mesa da ALRAA, com efeitos a partir de 9 de maio de 2023

Proveniência: Tiago Branco, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08;

Assunto: Of. S/076/2023/XII apresentando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura do Deputado Lubélio de Fraga Mendonça ao exercício do cargo de Secretário da Mesa da ALRAA, com efeitos a partir de 9 de maio de 2023, bem como a aceitação de candidatura

Proveniência: Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Dias Faria, Carlos Silva e Berto Messias, Deputados do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08.

7- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17777.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 05 – 05;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17767.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Transpõe a Diretiva (UE) 2020/1057, relativa ao destacamento dos condutores do setor do transporte rodoviário e cria o respetivo regime sancionatório MI - (Reg. DL 125/XXIII/2023) - Audição n.º 125/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 04 – 26;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 693/XV (PCP) – Regime de aposentação dos trabalhadores dos matadouros públicos da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira - Audição n.º 193/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 04 – 26;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1842-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 708/XV (PSD) – Determina a extensão e clarifica o regime específico de acesso à reforma a todos os trabalhadores dos matadouros das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores - Audição n.º 195/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 04 – 26;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1846-AR.pdf

Assunto: Sobre a Anteproposta de Lei n.º 21/XII (PSD/CDS-PP/PPM) - Assistência à maternidade nas ilhas sem unidade hospitalar, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis

n.ºs 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 04 – 28;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICAPpL021.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Procede à regulamentação da Agenda do Trabalho Digno MTSSS (Reg. DL 163/XXIII/2023) - Audição n.º 126/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02.

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17780.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Regulamenta a Lei n.º 90/2021, de 16 de dezembro, que altera o regime jurídico aplicável à gestão de substituição - MS - (Reg. DL 126/XXIII/2023) - Audição n.º 123/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 05 – 02;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XII (GOV) – Aprova o Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 05 – 05;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR052.pdf>

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII (GOV) – Organização do trabalho suplementar nos serviços de urgência, unidades básicas de urgência, serviços de atendimento permanente e serviços de atendimento urgente, unidades de cuidados intensivos e unidades de cuidados intermédios e coronários do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR054.pdf>

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII (GOV) – Define as regras de contagem do tempo de serviço dos trabalhadores das carreiras de enfermagem, para efeitos de progressão na respetiva carreira e de transição para a categoria de enfermeiro especialista

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR055.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 81/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Estatuto do Dirigente Desportivo Voluntário da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR081.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 82/XII (BE) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março, que estabelece o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR082.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 05 – 08.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17773.pdf

8- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 101, 102 e 103 e a Separata n.º 39/XII.

Os redatores, Sónia Furtado e André Silva